

2019

PLANO INTEGRADO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA ZEIS BOM JARDIM

Plano de Geração de
Trabalho e Renda



IMAGEM: © THAIS MENESCAL

**ZEIS
É A LUTA DAS
COMUNIDADES**

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Coordenadora geral: Irlys Alencar Firmo Barreira

Equipe técnica: Genilria Almeida Rios
Luíza Perdigão

ECONOMIA

Coordenador de área: Gil Célio de Castro Cardoso

Equipe técnica: André Vasconcelos Ferreira
Maione Rocha
Catarina Maria Rabelo
Selma Maria Peixoto Alcântara
Thaís Gabriela Veras Gama
Nicole Stephanie Florentino de Sousa Carvalho
Paulo Torres Junior
Lucas Moreira Pontes
Bruno Almeida Bandeira
Natanael Alves Ferreira
Victoria Regia Arrais de Paiva

MOBILIZADORES SOCIAIS

Francisca Ione Fernandes da Silva
Carla Naina Silva do Nascimento
José Ivan da Silva
Jeferson Carvalho de Aquino
Brena Kelly Garcia Guerra
Breno Ferreira de Oliveira
Erlando Tabosa Albuquerque
José Alberto Alves
Winy Mesquita Limo Bezerra
Yago Joca Andrade

INTEGRANTES DO CONSELHO GESTOR ZEIS BOM JARDIM

CONSELHEIROS TITULARES

Francisco das Chagas Araújo

André Alves do Nascimento

Zélia Inácio Tabosa

Francisco Elivelton Rodrigues de Lima

Maria Zenilce de Freitas Sousa

João Batista Carneiro

CONSELHEIROS SUPLENTE

Antônia Mendes de Souza

Maria Áurea Felipe da Silva

Raelly Pereira de Sousa

Luiz José Oliveira da Silva

José Rodrigues dos Santos

Lucileide Rodrigues do Nascimento

Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza

- CDVHS

ÓRGÃOS PÚBLICOS

GABINETE DO PREFEITO

IPLANFOR

HABITAFOR

CEPS

SEUMA

SER V

CMF

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE FORTALEZA (IPLANFOR)

Superintendente Eudoro Walter de Santana

Diretoria de Integração e Articulação de Políticas (DIART) Juliana Mara de Freitas Sena Mota

Gerência de Integração de Políticas Públicas Joana e Silva Bezerra Kesselring

Gerência de Políticas para Zonas Especiais Natália Nunes Saraiva

Analistas de Planejamento e Gestão Armando Elísio Gonçalves da Silveira
Gérsica Vasconcelos Góes
Haroldo Soares Lopes Filho

Comissão Técnica para o acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato 025/2019 (IPLANFOR/FUNDAÇÃO CETREDE) Ana Elisa P. Câmpelo de Castro
Ellen Garcia de Silveira
Gérsica Vasconcelos Goes
Haroldo Lopes Soares Filho

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama Procedimentos metodológicos para elaboração do Plano de Geração de Trabalho e Renda.....	19
Figura 2: Gráfico Ocupação dos moradores – ZEIS Bom Jardim (2019).....	43
Figura 3: Gráfico Natureza do Trabalho – ZEIS Bom Jardim (2019).....	44
Figura 4: Gráfico Desemprego na Família ZEIS Bom Jardim (2019).....	44
Figura 5: Gráfico Atividades Econômicas Reconhecidas pelos Moradores com maior frequência – ZEIS Bom Jardim.....	45
Figura 6: Mapa de Localização da ZEIS Bom Jardim.....	54
Figura 7: Gráfico Violência no Bom Jardim/Fortaleza – Crimes letais intencionais.....	62
Figura 8: Gráfico Ocorrência de crimes violentos contra o patrimônio (CVP 1).....	63
Figura 9: Gráfico Ocorrência de crimes violentos contra o patrimônio (CVP2).....	64
Figura 10: Gráfico Ocorrências de furto.....	65
Figura 11: Gráfico Apreensão de armas.....	66
Figura 12: Gráfico Ocorrências de crimes sexuais.....	67
Figura 13: Mapa de Equipamentos Educacionais Localizados na ZEIS Bom Jardim.....	68
Figura 14: Mapa de Concentração de Igrejas na ZEIS Bom Jardim.....	69
Figura 15: Mapa de Concentração de Serviços de Saneamento na ZEIS Bom Jardim.....	70
Figura 16: Mapa de Concentração de Espaços de Lazer na ZEIS Bom Jardim.....	71
Figura 17: Gráfico Empreendimentos Econômicos por Setores na ZEIS Bom Jardim.....	72
Figura 18: Mapa de Concentração de Outros Serviços na ZEIS Bom Jardim..	73
Figura 19: Gráfico Empreendimentos Econômicos do Setor de Outros Serviços na ZEIS Bom Jardim.....	74
Figura 20: Gráfico Empreendimentos Econômicos do Setor de Alimentação na ZEIS Bom Jardim.....	74

Figura 21: Mapa de Concentração de Serviços de Alimentação na ZEIS Bom Jardim.....	75
Figura 22: Gráfico de Empreendimentos Econômicos do Setor de Comércio na ZEIS Bom Jardim.....	76
Figura 23: Mapa de Concentração de Comércio na ZEIS Bom Jardim.....	77
Figura 24: Ciclo Gestão e Planejamento.....	125

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Reunião com a comunidade do Bom Jardim, dia 23/09/2019, na sede do Conselho Comunitário do Santo Amaro.....	20
Foto 2: Reunião com a comunidade do Bom Jardim, dia 23/09/2019, na sede do Conselho Comunitário do Santo Amaro.....	21
Foto 3: Oficina de Diagnóstico Participativo ZEIS Bom Jardim.....	22
Foto 4: Oficina de Diagnóstico Participativo na ZEIS Bom Jardim.....	22
Foto 5: Oficina Planejamento em Economia Solidária na ZEIS Bom Jardim.....	23
Foto 6: Oficina Planejamento em Economia Solidária na ZEIS Bom Jardim.....	23
Foto 7: Oficina Gestão Estratégica e Organizacional (19/10/2019).....	25
Foto 8: Oficina Gestão Estratégica e Organizacional (19/10/2019).....	25
Foto 9: Oficina Gestão Estratégica e Organizacional (25/10/2019).....	26
Foto 10: Oficina Gestão Estratégica e Organizacional (25/10/2019).....	26
Foto 11: Oficina IV Plano de Negócios Sustentáveis e Solidários ZEIS Bom Jardim.....	27
Foto 12: Trabalho em grupo na Oficina IV - ZEIS Bom Jardim.....	27
Foto 13: Apresentação cultural do Grupo de Flautas da UECE.....	28
Foto 14: Mesa de abertura.....	29
Foto 15: Painel 1: Socialização dos Resultados do PIRF.....	29
Foto 16: Painel 2 Organizações de apoio e fomento à Economia Solidária.....	31
Foto 17: Painel 3 Experiências exitosas em Economia Solidária.....	32
Foto 18: Painel 4 O papel das Incubadoras de Economia Solidária no Ceará.....	33
Foto 19: Painel 5 Diálogos com as Outras Economias.....	34
Foto 20: Feirão de Socioeconomia Solidária - Praça da Gentilândia.....	36
Foto 21: Apresentação Cultural do Grupo Cordapés no XVIII Feirão de Socioeconomia Solidária. Praça da Gentilândia.....	36
Foto 22: Apresentação dos planos de trabalho das áreas UFC/PIRF.....	50
Foto 23: Apresentação dos planos de trabalho das áreas UFC/PIRF.....	50
Foto 24: Aprovação dos planos de trabalho UFC/PIRF pelo Conselho Gestor.....	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Processos e Atividades PIRF- Economia.....	37
Quadro 2: Empreendimentos Solidários integrantes da RCSES no Bom Jardim.....	48
Quadro 3: Produtos que compõem o arranjo produtivo do Artesanato.....	80
Quadro 4: Informações da FOFA do arranjo produtivo do Artesanato.....	82
Quadro 5: Missão Visão, Valores, Metas e estratégias de atuação no arranjo produtivo do Artesanato.....	85
Quadro 6: Problemáticas e soluções para arranjo produtivo do Artesanato.....	88
Quadro 7: Os principais produtos do arranjo produtivo da Beleza no Bom Jardim.....	91
Quadro 8: Informações da FOFA do arranjo produtivo da Beleza.....	91
Quadro 9: Missão Visão, Valores, Metas e estratégias de atuação no arranjo produtivo da Beleza.....	94
Quadro 10: Problemáticas e soluções para o arranjo produtivo da Beleza.....	96
Quadro 11: Principais produtos no arranjo produtivo de comércio e alimentação ZEIS Bom Jardim.....	98
Quadro 12: Informações da FOFA do arranjo produtivo do Comércio e Alimentação.....	98
Quadro 13: Missão Visão, Valores, Metas e estratégias de atuação no arranjo produtivo do Comércio e Alimentação.....	100
Quadro 14: Problemáticas e soluções para o arranjo produtivo Comércio e alimentação.....	103
Quadro 15: Produtos que compõem o arranjo produtivo da Confecção.....	105
Quadro 16: Informações da FOFA do arranjo produtivo da Confecção.....	105
Quadro 17: Missão Visão, Valores, Metas e estratégias de atuação no arranjo produtivo da Confecção.....	106
Quadro 18: Informações da FOFA do arranjo produtivo da Marcenaria e Metalurgia....	111
Quadro 19: Missão Visão, Valores, Metas e estratégias de atuação no arranjo da Marcenaria e Metalurgia.....	111
Quadro 20: Matriz de Planejamento de ações de geração de trabalho e renda na ZEIS Bom Jardim.....	121

Quadro 21: Proposta de Matriz Simplificada para Monitoramento e Avaliação do Plano de ações de geração de trabalho e renda na ZEIS Bom Jardim..... 126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Percentual de escolaridade na ZEIS Bom Jardim.....	55
--	----

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABIT	Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
AIS	Áreas Integradas de Segurança
Anteag	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
APL	Arranjo Produtivo Local
Ceart	Central do Artesanato do Ceará
CDVHS	Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa
Cetra	Centro de Estudos do Trabalhador
CEP	Código de Endereçamento Postal
CUT	Central única dos Trabalhadores
CPS	Coordenadoria de Participação Social
CVP	Crimes Violentos contra o Patrimônio
EES	Empreendimento Econômico Solidário
FBB	Fundação Banco do Brasil
Gespar	Gestão Participativa para o Desenvolvimento
IADH	Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEMI	Instituto de Estudos e Marketing Industrial
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEES	Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários
IFCE	Instituto Federal do Ceará
Iplanfor	Instituto de Planejamento de Fortaleza
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
Iteps	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários
Intesol	Incubadora Tecnológica de Economia Solidária
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PARQFOR	Parques Tecnológicos e Criativos de Fortaleza
PIRF	Plano Integrado de Regularização Fundiária



PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PNAD	Pesquisa Nacional de Domicílios
PNES	Política Nacional de Economia Solidária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RCSES	Rede Cearense de Socioeconomia Solidária
SDE	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Secultfor	Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza
Sesc	Serviço Social do Comércio
Seuma	Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINAES	Sistema Nacional de Economia Solidária
Sine-IDT	Sistema Nacional de Emprego - Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
SIP	Sistema de Informações Policiais
SSPDS	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação
Unilab	Universidade da Integração Internacional da Lusofania Afro-Brasileira
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DA ZEIS BOM JARDIM	17
2.1 Construindo ações fortalecedoras da economia local.....	18
2.2 Ações de Sensibilização e Mobilização do Território	20
2.2.1 Oficina Diagnóstico Participativo (I)	21
2.2.2 Oficina Planejamento em Economia Solidária (II).....	22
2.2.3 Oficina Gestão Estratégica e Operacional voltada à Economia Solidária (III)...	24
2.2.4 Oficina Plano de Negócios Sustentáveis e Solidários (IV)	26
2.2.5 II Seminário Cearense de Economia Solidária: geração de trabalho e renda nos territórios das ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga	28
2.2.6 Ações Complementares.....	34
2.3 Matriz de processos e atividades	36
3 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: Construindo uma estratégia de desenvolvimento da economia local	39
3.1 Lançando as bases conceituais e contextuais: o papel dos arranjos produtivos no contexto de desemprego	39
3.2 Mapeamento do mercado de trabalho na ZEIS Bom Jardim.....	41
3.3 Economia Solidária e Autogestão: Princípios de fortalecimento da economia local	46
3.4 Importância do planejamento participativo para o desenvolvimento local	51
4 ANÁLISE DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS BOM JARDIM.....	54
4.1 Caracterização geral.....	54
4.2 Configurações da violência no Bom Jardim	58
4.2.1 Indicadores de criminalidade	61
4.2.2 Algumas estratégias de enfrentamento.....	67
4.3 Diagnóstico e planejamento dos Arranjos Produtivos na ZEIS Bom Jardim	78
4.3.1 Sumário do Plano de Negócios do Arranjo Produtivo do Artesanato.....	78
4.3.2 Sumário do Plano de Negócios do Arranjo Produtivo da Beleza	89
4.3.3 Sumário executivo do Arranjo Produtivo Comércio e Alimentação	96
4.3.4 Sumário executivo do Arranjo Produtivo da Confecção	103

<i>4.3.5 Sumário executivo do Arranjo Produtivo da Marcenaria e Metalurgia</i>	<i>109</i>
5 APRECIACÃO GERAL E RECOMENDAÇÕES	115
6 UMA PROPOSTA DE SISTEMA SIMPLIFICADO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	125
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
8 REFERÊNCIAS	130
9 APÊNDICE 1	133
10 ANEXOS	134
10.1 Cartaz seminário.....	134
10.2 Programação seminário.....	135
10.3 Modelo convite às instituições	136
10.4 Programação do Feirão de Socioeconomia Solidária	137
10.5 Roteiro Metodológico 3ª Oficina – Planejamento Estratégico e Operacional	138
10.6 Documento Complementar ao Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Bom Jardim	145

1 INTRODUÇÃO

O presente Plano de Geração de Trabalho e Renda é resultado da intervenção da equipe de Economia da Universidade Federal do Ceará (UFC), compondo o Plano Integrado de Regularização Fundiária – PIRF, na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Bom Jardim. Trata-se de território reconhecido pelo governo municipal por seu potencial econômico, ao mesmo tempo em que apresenta fragilidade social decorrente das condições precárias de regularização fundiária.

É no contexto das desigualdades sociais e econômicas que surge e se intensifica historicamente a segregação entre a “cidade formal” e a “cidade informal”. No tocante à primeira, o Estado realiza uma gestão baseada na oferta de recursos com infraestrutura básica que garante o bem-estar da população. Já a “cidade informal” é caracterizada pela clandestinidade e invisibilidade social e política. Uma das referências dessa “cidade informal” explicita-se no (re)desenho urbano associado a “novas” áreas de interesse, conforme o desenvolvimento local e a especulação imobiliária. A construção de empreendimentos luxuosos, de infraestrutura, bem como parques industriais, porto, estações de trem etc., algumas vezes articulados ao plano urbanístico, não isento de interesses econômicos, turísticos ou esportivos, contribuem para o aumento da cidade informal.

Na política de desenvolvimento urbano, as ZEIS são consideradas áreas ocupadas de forma irregular, geridas por uma legislação específica, sendo também caracterizadas como um instrumento de regularização fundiária. O Art. 123 do Plano Diretor de Fortaleza, elaborado em 2015, define as ZEIS como:

[...] porções do território, de propriedade pública ou privada, destinadas prioritariamente à promoção da regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais de baixa renda existentes e consolidados e ao desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social e de mercado popular nas áreas não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas, estando sujeitas a critérios especiais de edificação, parcelamento, uso e ocupação do solo (SEUMA, 2015, p. 41).

Para alcançar territórios de ZEIS, o poder público elabora o Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), que consiste em um

[...] conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da

propriedade urbana, e o direito ao meio ambiente equilibrado (FORTALEZA, 2016, p. 5).

Em Fortaleza, o PIRF constitui uma proposta de planejamento elaborada pela Prefeitura Municipal, por meio do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), em parceria com diversas universidades e centros de ensino superior, entre as quais a UFC, que compreende ser o plano um instrumento de potencialidade social e desenvolvimento para os territórios/ZEIS.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DA ZEIS BOM JARDIM

A metodologia adotada espelhou-se em três experiências realizadas com cuidado e rigor, sendo ajustadas à realidade do território/ZEIS. Uma delas refere-se à Metodologia GESPAR – Gestão Participativa para o Desenvolvimento, construída no âmbito do convênio BNB/PNUD – BRA 93/012. Essa abordagem metodológica leva em conta a realidade dos sujeitos diretamente envolvidos e o contexto no qual estão inseridos, a participação em todos os processos de formação e capacitação e o reconhecimento dos saberes popular e técnico.

A articulação e a integração entre instituições e entidades locais e regionais buscam dar significado teórico-prático ao conceito de gestão participativa na perspectiva do desenvolvimento local endógeno, integrado e sustentável.

A Metodologia de Sustentabilidade da Fundação Banco do Brasil (FBB) enfatiza a participação da comunidade na construção do desenvolvimento local, considerando, para tal, a definição de uma equipe de campo, atuando como mobilizadora, em diálogo com a equipe técnica. Tem como foco as dimensões das cadeias produtivas e tecnologias sociais, além das próprias políticas públicas, visando à inclusão socioprodutiva, ao mesmo tempo, definindo uma perspectiva específica de política de combate à pobreza.

Já a metodologia de construção do plano de negócio/sustentabilidade desenvolvida pela Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) segue princípios participativos, adequando-se à proposta de inclusão e participação do PIRF. A ferramenta da Planilha de Indicadores de Autogestão tende a contribuir no processo de geração de trabalho e renda em uma perspectiva econômica solidária.

O plano de negócios/sustentabilidade da ANTEAG, organizado por empreendimento econômico solidário (EES), forneceu inicialmente a ferramenta do seu diagnóstico organizacional como base para construção do Plano de Geração de Trabalho e Renda aqui reunido, organizado por arranjos produtivos locais (APLs) e tendo como fundamento os princípios da economia solidária, sendo sua elaboração primordial para a respectiva inserção na cadeia produtiva (PARREIRAS, 2007). Neste sentido, a economia solidária oferece uma contribuição direta à construção de outro modelo de desenvolvimento, pensado em suas múltiplas dimensões, já que o modelo de organização do empreendimento econômico solidário e as práticas da economia solidária pressupõem a existência de coesão

social, forte organização territorial, redução das desigualdades e respeito às diferenças, de forma a fomentar o dinamismo econômico, promover a proteção ambiental e colaborar para a organização sociopolítica de territórios e comunidades.

A economia solidária expressa as formas de organização econômica – de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo – baseando-se no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade. São milhares de atividades econômicas realizadas por organizações solidárias: cooperativas, associações, empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão, grupos solidários informais, redes de cooperação em cadeias produtivas e arranjos econômicos locais ou setoriais, bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos, dentre outros.

A prática da economia solidária tem conduzido a sociedade para uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e da ecologia. Sua base é associativa e cooperativa, voltada para o modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Essa experiência se deve à visão econômica de geração de trabalho e renda em espaços públicos na perspectiva de construção de um ambiente socialmente justo e sustentável. Em outras palavras, a economia solidária consiste em um movimento social baseado nos princípios da autogestão; solidariedade; cooperação; respeito ao meio ambiente, às diferenças étnicas, culturais, sexuais e de gênero; e do consumo justo, sustentável e solidário como um sistema harmônico, interdependente e auto gerenciário.

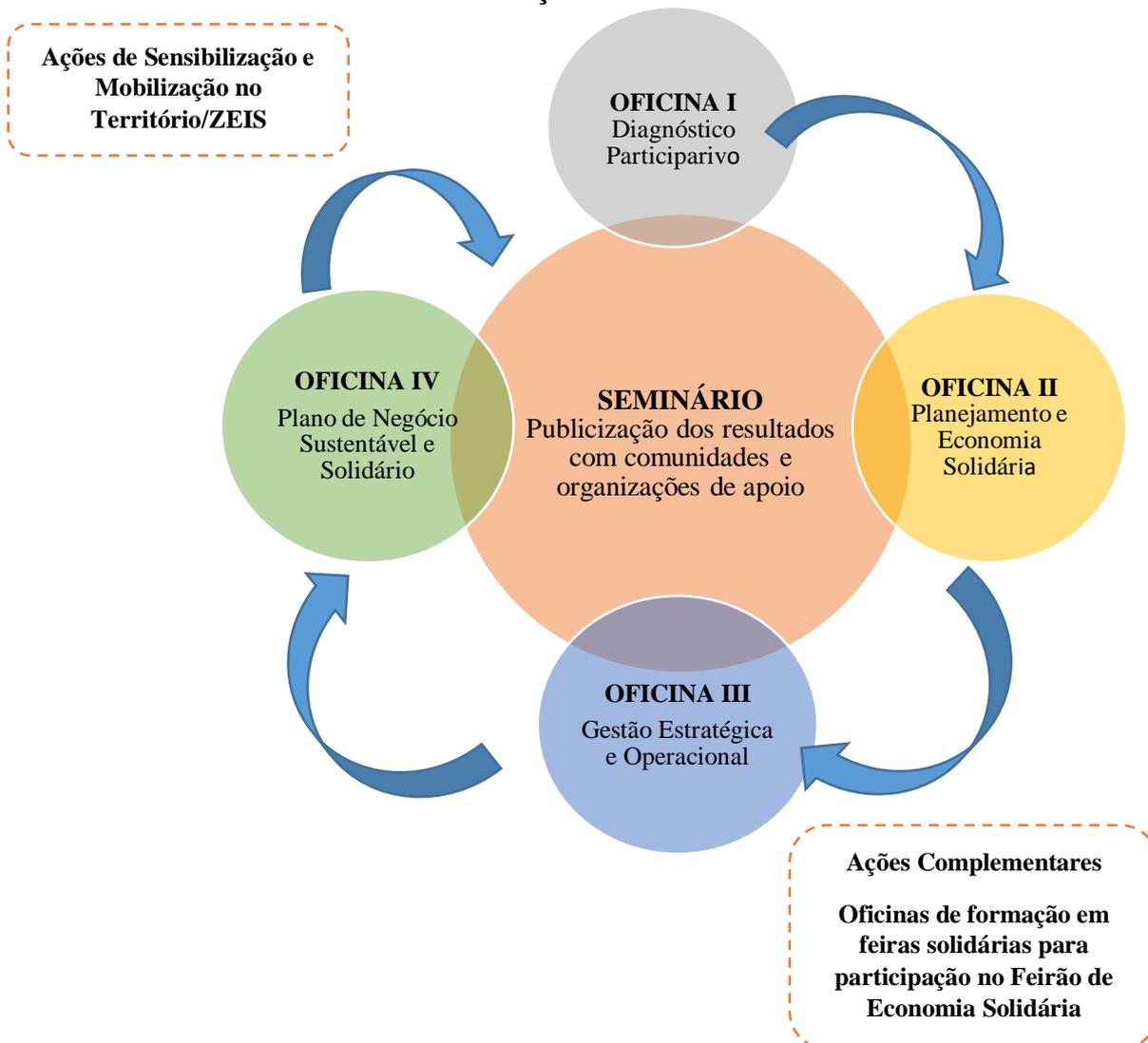
2.1 Construindo ações fortalecedoras da economia local

A metodologia adotada se fundamenta em processos de formação e capacitação focados na participação e na autonomia da população/moradores no olhar e agir sobre a sua realidade, identificando e maturando os fenômenos e os objetivos que dão materialidade à microeconomia e sua relação com as condicionalidades dos espaços e das políticas públicas fomentadoras de iniciativas de trabalho e renda. O Plano configura, portanto, proposições que atentem para a realidade dos APLs, das vocações e potencialidades econômicas dos espaços urbanos, das boas práticas produtivas experimentadas pelos diferentes espaços e segmentos do território/ZEIS, das instituições e entidades que atuam nas políticas de fomento às iniciativas de natureza socioeconômica e produtiva, enfim, que oportunizem a ferramenta do diagnóstico socioeconômico, contribuindo efetivamente para aprimorar as iniciativas produtivas

existentes, ao tempo em que oferece indicações de outras iniciativas produtivas viáveis no contexto do território em questão.

Antes do detalhamento das atividades desenvolvidas para a elaboração do referido Plano, alguns pressupostos merecem a nossa atenção, na busca por assegurar a eficiência e a eficácia das atividades de geração de trabalho e renda no contexto da realidade do território/ZEIS, alargando, portanto, as experiências inovadoras para o fortalecimento da economia local. Apresente-se, no diagrama a seguir, alguns dos pressupostos e das respectivas atividades que fundamentaram a elaboração do Plano de Geração de Trabalho e Renda.

Figura 1 - Diagrama Procedimentos metodológicos para elaboração do Plano de Geração de Trabalho e Renda



Fonte: Equipe PIRF- Economia, 2019.

2.2 Ações de Sensibilização e Mobilização do Território

As ações de sensibilização foram realizadas inicialmente através de reuniões com o Conselho Gestor e a comunidade. Ao todo, foram realizadas três reuniões em que foram definidos os locais em que ocorreriam as atividades de formação, seguidas de ações junto aos Mobilizadores Sociais com vistas à realização dos eventos e seus desdobramentos, além da presença da equipe na comunidade (sede do Espaço Bom Mix), uma vez por semana, no escritório de campo. Essa vivência de campo oportunizou uma aproximação com as outras equipes e grupos locais, oferecendo o serviço de orientação sobre educação financeira e elaboração de orçamento familiar. Tal iniciativa fortaleceu a aproximação entre as partes, firmando os laços de confiança e, ao mesmo tempo, formando cidadãos locais, capazes de promover uma gestão financeira pessoal e em seu empreendimento com mais eficiência. A seguir, apresentam-se algumas fotos:

Foto 1 – Reunião com a comunidade do Bom Jardim, dia 23/09/2019, na sede do Conselho Comunitário do Santo Amaro



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

**Foto 2 – Reunião com a comunidade do BOM JARDIM,
dia 23/09/2019, na sede do Conselho Comunitário do Santo Amaro**



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

Em relação ao percurso formativo, conforme diagrama apresentado anteriormente, ocorreram quatro Oficinas, conforme exposto a seguir:

2.2.1 Oficina Diagnóstico Participativo (I)

Essa atividade utilizou a matriz de planejamento participativo denominada de FOFA para identificar as fortalezas e fraquezas (sistema interno) e as oportunidades e ameaças (ambiente externo), já orientando e agregando os empreendimentos por ramos produtivos, a saber: Artesanato; Beleza; Comércio e Alimentação; Confeção e Marcenaria/Metalurgia. Esse processo ocorreu em dois momentos, sendo o primeiro na tarde do dia 12/09/2019 e o segundo na noite do dia 17/09/2019, reunindo, respectivamente, uma média de 35 e 40 participantes, integrados aos respectivos segmentos produtivos. A primeira atividade aconteceu na comunidade Marrocos, à Rua Urucutuba, nº 1469, e a segunda no Espaço Cultural CPEC, no Parque São Vicente. Em ambas as ocasiões, o facilitador, Prof. Gil Célio, fez uma exposição dialogada da metodologia e depois foram realizados trabalhos em grupo para a elaboração dos quadrantes da matriz, conforme o descrito a seguir.

De início, houve uma breve apresentação sobre o PIRF, destacando as atividades relativas à elaboração do Plano de Geração de Trabalho e Renda, e, naquele momento específico, cujo intuito foi identificar as atividades econômicas existentes e mapear/diagnosticar a área no contexto econômico. O momento de elaboração do diagnóstico participativo ocorreu com base na matriz metodológica FOFA, na qual os participantes identificaram Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, observando sua atividade econômica, e assim foram identificados os respectivos arranjos produtivos em que estavam inseridos, a saber: Artesanato, Beleza, Confecção e, agregados em um mesmo segmento ficaram Alimentação e Comércio, Metalurgia e Marcenaria. A seguir, expõem-se algumas imagens:

Fotos 3 e 4 – Oficina de Diagnóstico participativo na ZEIS Bom Jardim



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC

2.2.2 Oficina Planejamento em Economia Solidária (II)

O foco foi explorar a importância do planejamento e a necessidade de organização de pequenos empreendimentos em arranjos produtivos solidários, em contraponto à lógica estritamente competitiva, que reduz a sustentabilidade das iniciativas econômicas, em particular de pequenos/as e médios/as produtores/as. De modo semelhante ao momento anterior, houve exposição dialogada da metodologia e os participantes foram divididos por arranjo produtivo, em grupos, contando com a presença de um integrante da equipe do PIRF em cada grupo para apoiar a sistematização das informações. O roteiro desta atividade contemplou temas ligados ao planejamento, mas também abordou experiências exitosas em

economia solidária, a fim de servir como inspiração para os participantes. Dentre essas, os grupos de trocas solidárias (com ou sem moeda social), assim como práticas de consumo solidário¹ foram abordadas, entre elas a da Rede Xique-Xique (no Rio Grande do Norte). Essa atividade foi realizada em 10/10/2019 e envolveu cerca de 30 pessoas no Espaço Bom Mix, no Canindezinho, e foi facilitada pelo Prof. André Ferreira. A equipe de apoio presente auxiliou no desenvolvimento dessa atividade, que também teve o objetivo de coletar informações mais específicas dos arranjos produtivos já identificados na oficina anterior. A seguir, apresenta-se algumas fotos:

Fotos 5 e 6 – Oficina Planejamento em Economia Solidária na ZEIS Bom Jardim



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

A seguir, há a síntese do roteiro metodológico que orientou os trabalhos:

1º momento - Apresentação expositiva: Conceito de planejamento; Importância do planejamento para o empreendedor; Conceito e práticas exitosas de economia solidária; ECOSOL como estratégia competitiva para os pequenos empreendimentos; Aspectos propostos da economia solidária; Estudo e aplicação da FOFA para os arranjos produtivos locais identificados.

2º momento - Grupos de trabalho: Divisão dos participantes em pequenos grupos de acordo com o segmento que trabalha a fim de identificar na sua realidade o que foi apresentado teoricamente. Nesse momento a FOFA foi aprofundada nos grupos.

¹ Mais informações sobre o tema dos grupos de consumo solidário podem ser acessadas pelo: <<https://institutokairos.net/wp-content/uploads/2012/04/Grupos-de-Consumo.pdf>> Acesso em: 29.mai.2020.

3º momento - Socialização dos dados: Retorno dos participantes ao grupo maior para apresentar o que foi discutido nos pequenos grupos. Nesse momento o facilitador fez suas contribuições e os outros envolvidos na oficina validavam o que estava sendo apresentado.

Os resultados gerados pela atividade estão disponíveis a partir da página 64 e também nos sumários dos respectivos arranjos produtivos, nos itens que abordam o referido tema.

2.2.3 Oficina Gestão Estratégica e Operacional voltada à Economia Solidária (III)

A ideia de consumo solidário e conscientização ambiental foram fomentadas ao longo das oficinas II e III, as quais impulsionaram os empreendedores a pensar em compras coletivas e consumo consciente. A oficina II trabalhou a economia solidária e sua organização produtiva, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo, baseando-se no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida ou bem-viver. A oficina III deu continuidade nessa discussão, na perspectiva da gestão e sustentabilidade do negócio. Os modelos de negócio solidários e sustentáveis foram apresentados e partir disso avançou-se na compreensão da sustentabilidade do empreendimento. Foram dadas instruções sobre: Redução de custos operacionais e Gestão de insumos e/ ou matérias-primas. Outro ponto abordado refere-se à importância de redução na produção de lixo, assim como sua separação, orgânico e seco. Os empreendedores também foram orientados sobre o layout do estabelecimento, o qual deve ser arejado e iluminado, utilizando o mínimo possível de recursos artificiais. Essas e outras discussões sobre sustentabilidade x gestão e negócios foram embasadas nas próprias experiências apresentadas pelos(as) empreendedores(as) na oficina anterior. Foram identificados empreendedores com desejo de entrar no mercado de comida vegana, assim como no trabalho com reciclagem.

Nos painéis 4 e 5 que serão apresentados no ponto 2.2.5, a ideia de consumo solidário foi aprofundada ao mesmo tempo que boas práticas em economia solidária no âmbito do município de Fortaleza e do estado do Ceará foram apresentadas.

As atividades foram facilitadas pela Profa. Maione Rocha, em parceria com Paulo Torres Jr, e buscaram aprofundar a compreensão sobre a importância do planejamento estratégico, identificando a situação em que cada arranjo se encontra atualmente e delineando

possíveis melhorias de acordo com os objetivos propostos. Para tanto, foi exibido um pequeno vídeo sobre o planejamento nos pequenos negócios solidários e, na sequência, os participantes foram organizados em grupos, por arranjo produtivo, respondendo a um roteiro de questões² sobre seu processo produtivo, destacando os principais desafios.

A ação formativa ocorreu em dois momentos, nos dias 19/10 e 25/10/2019, e envolveu cerca de 30 pessoas em cada, ambos na sede da Associação dos Moradores do Siqueira, e seus resultados estão disponíveis a partir da página 65 e também nos respectivos segmentos produtivos, nos itens que abordam a análise financeira e operacional, bem como o plano de sustentabilidade. A seguir, estão algumas imagens da referida Oficina:

Fotos 7 e 8 – Oficina Gestão Estratégica e Organizacional (19/10/2019)



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

² O conteúdo da Oficina versou sobre os seguintes pontos: Conceito e etapas do planejamento estratégico; Gestão estratégica e operacional (visão, visão estratégica, valores, missão); planos estratégico, tático e operacional; Identificação do setor de atividade do empreendimento/negócio (indústria, comércio, serviços) para formação do arranjo; Conceito de mercado; Caracterização do processo produtivo (o que produzir, para quem, como, quanto, fontes de receita, resultado); Alternativas para o fortalecimento dos empreendimentos/arranjos solidários (MEI, Simples Nacional, Associação, Cooperativa). O roteiro metodológico encontra-se nos anexos, ao final do Plano.

Fotos 9 e 10 – Oficina Gestão Estratégica e Organizacional (25/10/2019)



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

2.2.4 Oficina Plano de Negócios Sustentáveis e Solidários (IV)

Com base na análise do apanhado de informações levantadas nas oficinas anteriores, buscou-se refletir sobre possíveis soluções para os principais problemas levantados e traçar algumas estratégias para a sustentabilidade dos empreendimentos, gerando, assim, o Plano de Negócios Sustentáveis e Solidários. Nessa atividade, facilitada pela Prof^a Selma Alcântara, foi feita uma dinâmica para recompor a memória das oficinas anteriores, com uso de um novelo de lã, em que cada participante foi convidado a recordar um momento que mais chamou a sua atenção durante o percurso formativo. Na sequência, mais uma vez, houve os trabalhos em grupo, por arranjo produtivo, em que os participantes elaboraram uma matriz simplificada de plano de negócios, com apoio de integrantes do PIRF em cada grupo. Essa atividade aconteceu na tarde do dia 30/10/2019, na sede do Conselho Comunitário do Santo Amaro (Compasa). A síntese das informações consta dos itens Estratégias de Sustentabilidade, descrito em cada arranjo produtivo, e também na matriz que sintetiza as principais ações do Plano de Geração de Trabalho e Renda para a ZEIS. Seguem algumas fotos:

Foto 11 – Oficina IV Plano de Negócios Sustentáveis e Solidários ZEIS Bom Jardim



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

Importante destacar que a dinâmica realizada permitiu também identificar os aprendizados oportunizados pelo percurso formativo e pela forma como as pessoas se referiram às atividades que participaram.

Foto 12 – Trabalho em grupo na Oficina IV - ZEIS Bom Jardim



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

2.2.5 II Seminário Cearense de Economia Solidária: geração de trabalho e renda nos territórios das ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga

O referido seminário teve por objetivos: a) apresentar o PIRF às representações dos diversos segmentos das comunidades e organizações governamentais e não governamentais, indicando os resultados, as possibilidades e os desafios do trabalho desenvolvido; b) construir possibilidades de parcerias e uma agenda de compromissos com as instituições e organizações sociais e não governamentais para o fortalecimento do território/ZEIS; c) relatar experiências inspiradoras em economia solidária; d) abordar o papel da incubação no fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários.

Considerando a relevância desse evento, como culminância do processo vivenciado no PIRF/UFC, as páginas seguintes apresentam uma breve sistematização, em que serão destacados o processo de organização, em parceria com a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, os painéis temáticos, as atividades culturais e a participação dos grupos produtivos integrados às ações do PIRF no Feirão Estadual.

O evento aconteceu nos dias 12, 13 e 14 de dezembro, no Auditório José Albano (Centro de Humanidade II) da Universidade Federal do Ceará, tendo reunido mais de cem pessoas, dentre moradores da ZEIS, organizações de apoio governamentais e da sociedade civil, profissionais que atuaram no PIRF, estudantes, entre outros. A seguir, algumas fotos dos momentos que compuseram a programação do evento:

Foto 13 – Apresentação cultural do Grupo de Flautas da UECE



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

Foto 14 - Mesa de abertura



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

Participantes (da esquerda para a direita): Rogério da Costa Araújo (Conselho Gestor ZEIS Bom Jardim), Francisco Fernando Martins (Conselho Gestor ZEIS do Pici), Prof. Gil Célio (Coord. Economia PIRF/UFC), Prof^a. Irllys Barreira (Coord. Geral PIRF/UFC), Haroldo Lopes Soares Filho (Iplanfor) e Álvaro Graça Júnior (Conselho Gestor ZEIS do Poço da Draga).

O primeiro painel reuniu os coordenadores de área e cada um apresentou os resultados dos percursos vivenciados, conforme pode ser apreciado na foto 15.

Foto 15 – Painel 1: Socialização dos resultados do PIRF



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

Participantes (da esquerda para a direita): Prof. André Ferreira (Equipe Economia PIRF/UFC); Haroldo L. Soares Filho. (Iplanfor), Prof^a Lúcia Maria Silvia Melo Casimiro (Coord. Direito PIRF/UFC) e Prof^a Clarissa Freitas (Coord. Arquitetura PIRF/UFC).

O painel seguinte teve o intuito de fomentar a formulação de uma agenda de compromissos com as ações de consolidação do PIRF – principal demanda externada pelos participantes do Seminário; o painel 2 reuniu diversas instituições que apoiam ou pretendem apoiar as atividades econômicas nas ZEIS. Nesse sentido, compuseram o referido painel as seguintes representações: da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza (SDE); do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); do Programa de Microcrédito Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil (BNB); e da Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC). As articulações ocorreram mediante diálogo com estas instituições, que expuseram suas linhas de atuação e seus resultados alcançados, bem como explicitaram como poderão apoiar a ZEIS. Sabe-se que são passos importantes que precisam ser continuados quando da implementação do Plano, cabendo ao Conselho Gestor e entidades responsáveis pela execução das ações o aprofundamento desse processo.

Foto 16 – Pannel 2: Organizações de apoio e fomento à Economia Solidária



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

Participantes (da esquerda para a direita: Profª Lara Capelo Cavalcante (Pró-reitoria de Extensão – UFC); Luis Carlos de Araújo (SDE/Prefeitura de Fortaleza), Prof. André Ferreira (Equipe Economia PIRF/UFC) e Paulo Jorge Mendes Leitão (Sebrae/Ce).

Destaque-se que o referido painel coaduna com os objetivos contidos no Termo de Referência que tratam do *Fomento e Desenvolvimento de Empreendimentos de Economia Solidária*, notadamente nos eixos: *identificar instituições públicas e privadas que apoiam empreendimentos de Economia Solidária*, nesse caso, indo além da mera identificação formal, iniciada nas comunidades, durante as oficinas e reuniões, mas também criando possibilidades de diálogo e estabelecimento de compromissos públicos com as ZEIS. Em geral, tais compromissos foram voltados a oportunizar ações de formação, capacitação e crédito, sendo este último voltado ao microcrédito.

Os painéis seguintes também foram oportunidades de intensos debates sobre diversas temáticas ligadas à economia solidária no Ceará, incluindo experiências exitosas com

mulheres nos meios urbano e rural, habitação de interesse social, finanças solidárias, entre outros.

Foto 17 – Painel 3: Experiências exitosas em Economia Solidária



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

Participantes (da esquerda para a direita: Nicole Carvalho (Equipe Economia PIRF/UFC); Ângela Monteiro (IADH – Projeto Habitação de Interesse Social), Flávia Cavalcante Tavares (Cetra – Coord. Rede Agroecológica do Ceará), Catarina Rabelo (Equipe PIRF Economia), Profª Nazaré Soares (Profª do curso de Gestão de Políticas Públicas da UFC, responsável pelo Projeto com a Rede Feminista Estrela de Iracema), Luciana Eugênio (Rede Bodega de Comercialização Solidária) e Isabel Forte (Rede Cearense de Socioeconomia Solidária – Cáritas Diocesana).

Ainda no que se refere às experiências exitosas, houve destaque para o papel das universidades no apoio e no fomento aos empreendimentos solidários. Nessa direção, o painel 4 abordou o papel das Incubadoras de economia solidária no Ceará, tendo contado com a participação das atualmente existentes.

Foto 18 – Painel 4: O papel das Incubadoras de Economia Solidária



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

Participantes (da esquerda para a direita: Nicole Carvalho (Equipe PIRF Economia – UFC); Prof. Francisco Guedes (IEEES/Universidade Estadual Vale do Acaraú), Profª Clébia Freitas (Intesol/Unilab), Profª Victoria Paiva (Iteps/UFCA), Maíra Nobre (Incubadora do IFCE) e Kathyana Silva (Associação Emancipadas, empreendimento incubado pelo Instituto Palmas)³.

No dia 14/12, com o intuito de aprofundar os debates sobre as “outras Economias”, houve também um painel voltado para uma discussão mundial sobre o que vem sendo denominado pela expressão “Economias de Francisco⁴”, devido ao chamamento do Papa para a necessidade de criar novas possibilidades de organização da vida econômica. Neste sentido, estiveram presentes integrantes das Economias de Comunhão, do Negro, Solidária, entre outras, como pode ser verificado nas fotos a seguir:

³ O Prof. Osmar de Sá Ponte Jr esteve presente no evento, relatando a experiência da Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão da UFC (uma das primeiras criadas do Brasil), porém precisou ausentar-se antes do final do painel.

⁴ Mais informações estão disponíveis pelo: <<https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/paradigmas-para-uma-economia-de-francisco-1/>> Acesso em 3.mar. 2020.

Foto 19 – Painel 5: Diálogos com as Outras Economias



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

Participantes (da esquerda para a direita): André Ferreira (Economia Solidária), Eduardo Barbosa (Economia de Comunhão), Jonas de Jesus (Economia do Negro), Profª Victoria Paiva (Mediadora/UFCA), Thais Veras (Economias de Francisco) e Prof. Aécio Alves de Oliveira (Curso de Economia Ecológica da UFC). Também participaram Ana Célia Batista (Economia Feminista) e Rafael Silva (Economias de Francisco).

Ocorreu, ainda, o que foi denominado de Ações Complementares, não previstas no planejamento inicial, mas que foram agregadas ao cronograma de atividades pela relevância das parcerias firmadas. A principal delas foi a participação de integrantes da equipe do PIRF na organização do 18º Feirão de Socioeconomia Solidária e Agricultura Familiar, conforme descrito a seguir.

2.2.6 Ações Complementares

O 18º Feirão de Socioeconomia Solidária e Agricultura Familiar⁵ – dialogando e convergindo com as outras economias que buscam construir o Bem Viver e suas reuniões preparatórias foi um evento realizado pela Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES). Contou com várias parcerias de instituições governamentais e não governamentais, entre elas o PIRF/UFC, com o objetivo de fortalecer os empreendimentos solidários em seus diversos ramos (artesanato, alimentação, agricultura orgânica, saúde e beleza, arte e cultura, entre outros) da área metropolitana e interior do estado do Ceará, articulados à RCSES.

⁵ Mais detalhes da programação do evento encontram-se em anexo, ao final desse documento.

A organização dos/as empreendedores/as da ZEIS Bom Jardim nos expositores do Feirão foi bastante diversificada, abrangendo os setores de alimentação, artesanato, serviços de beleza, marcenaria e fotovoltaicos. Com 13 inscritos, a participação da ZEIS foi destacada, estando a maioria dos/as participantes pela primeira vez no evento. Apenas os integrantes do grupo CRIART – grupo de fomento de economia solidária já articulado na comunidade – possuíam experiência de participação em Feirões anteriores. Desse modo, ao se indagar sobre o alcance das expectativas, grande parte dos/as empreendedores/as teceu considerações positivas em torno desta realização, referindo-se como uma nova forma de aprendizagem e organização, além da perspectiva da troca de experiências para a apresentação e a venda de seus produtos. Outro ponto destacado foi a possibilidade de expor seus produtos para diferentes segmentos, ampliando o público consumidor e a divulgação de suas produções. Além disso, a participação no evento fomentou um bom retorno financeiro, o que acresceu, ainda mais, a satisfação dos presentes com a realização do evento.

Em relação à coordenação da RCSES e do Feirão, foi destacado que a participação da ZEIS Bom Jardim foi positiva e que sentiram no grupo a vontade de uma maior integração às atividades da RCSES. Nas palavras de uma das coordenadoras: “Meu sentimento é que ganhamos pessoas para o movimento de Ecosol. Ficamos felizes pela participação de gente nova; sempre que chega alguém pra agregar, é muito bom”. Outro ponto foi a reaproximação de alguns EES, conforme afirmou: “Havia algumas pessoas que eu já conhecia, que já tinham participado da Rede antes [grupo CRIART], mas que estavam um pouco afastadas. Então, foi uma oportunidade de trabalhar novamente com essas pessoas e nos reaproximarmos. Avalio que foi uma experiência boa, de juntar todo mundo, inclusive o pessoal da Feira Negra”.

A seguir, apresentam-se algumas fotos da Feira (local de exposição dos produtos), com destaque para apresentação cultural do Grupo Cordapés (apoiado pelo SESC).

Foto 20 – Feirão de Socioeconomia Solidária - Praça da Gentilândia



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

Foto 21 – Apresentação Cultural do Grupo Cordapés no XVIII Feirão de Socioeconomia Solidária. Praça da Gentilândia



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

2.3 Matriz de processos e atividades

O quadro a seguir mostra o detalhamento das fases de elaboração do presente Plano de Geração de Trabalho e Renda na ZEIS Bom Jardim, relacionando a cada processo as suas principais atividades, considerando as diretrizes do Termo de Referência:

Quadro 1 - Processos e Atividades PIRF- Economia

PROCESSOS	ATIVIDADES REALIZADAS
<p align="center">Diagnóstico Socioeconômico e Produtivo</p>	<p>- Inventário de Estudos e Diagnósticos Socioeconômicos já existentes e socializados com o território/ZEIS, notadamente com apoio da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária e da Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, cujos dados estão na seção seguinte, juntamente com os dados secundários coletados junto às instituições listadas a seguir.</p> <p>- Sondagem junto ao IDT/SINE, PMF, Superintendência Regional do Trabalho, Entidades Não governamentais e Sindicatos para coleta e processamento de informações secundárias sobre o mercado de trabalho local, na próxima seção.</p> <p>- Mapeamento de Concentração de Atividades Socioeconômicas e produtivas existentes, lançando mão do instrumento Etnografia Rua a Rua.</p> <p>- Realização de inventário dos empreendimentos de economia solidária do território/ZEIS, com base nos dados disponíveis no Atlas da Economia Solidária e CADSOL (disponibilizados pela RCSES), juntamente com aqueles coletados na pesquisa de campo, na ZEIS.</p> <p>- Identificação de instituições públicas e privadas de apoio e fomento aos empreendimentos econômicos do território/ZEIS.</p> <p>- Processamento e análise dos elementos de diagnóstico construídos nas etapas de 1 a 5 do Projeto, com destaque para as dimensões/áreas de conhecimento, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Caracterização físico espacial, socioeconômica, físico ambiental, urbanístico e fundiário da população da ZEIS Bom Jardim. * Cartografia social – mapas sociais. * Parcelamento, edificação, uso e ocupação do solo que levem em consideração a relação de acesso aos serviços e espaços públicos, entre outras.
<p align="center">Ações de formação e eventos</p>	<p>- Reuniões com o Conselho Gestor e os Mobilizadores Sociais com vistas à identificação de necessidades de formação profissional para segmentos da força de trabalho local e propor projetos.</p> <p>OFICINAS</p> <ul style="list-style-type: none"> * Oficina 1 Diagnóstico Participativo * Oficina 2 Planejamento e Economia Solidária * Oficina 3 Gestão Estratégica e Operacional * Oficina 4 Plano de Negócios Sustentável e Solidário <p>Nas atividades acima citadas, foram abordados os seguintes temas:</p> <p>- Consumo Solidário e Conscientização Ambiental, buscando despertar nos grupos e nos empreendimentos individuais algumas práticas voltadas para estas finalidades. No tocante ao consumo, a Oficina voltada para o Plano de Negócios sensibilizou para as possibilidades das compras coletivas e também para as trocas solidárias (de produtos, serviços e saberes) entre os participantes.</p> <p>- Estímulo à formação de redes solidárias e arranjos produtivos locais, a partir dos segmentos produtivos identificados, bem como com o intercâmbio de experiências entre os participantes possibilitado pelo Feirão de Socioeconomia Solidária e pelas reuniões preparatórias, que o antecederam. Destaque-se que há grupos que já atuam em redes, a exemplo da Rede de Economia Feminista Estrela de Iracema.</p> <p>- Articulação com Instituições Públicas e Privadas, Acadêmicas e Não Acadêmicas, a fim de constituir Grupos de Apoio, também através da participação em Redes Solidárias, a exemplo da Rede DLIS e a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, visando ao Desenvolvimento Local Sustentável e Participativo.</p> <p>- Realização do II Seminário Cearense de Economia Solidária: geração de trabalho e renda nos territórios das ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga, já relatado anteriormente.</p>
<p align="center">Ações Complementares</p>	<p>- Reuniões preparatórias para participação no 18º Feirão, visando a uma integração dos grupos participantes das oficinas conscientes da singularidade de um evento dessa natureza e da necessária participação ativa em todos os momentos.</p> <p>-18º Feirão de Economia Solidária e Agricultura Familiar, cujo lema foi dialogando e convergindo com as outras economias que buscam construir o Bem Viver, na Praça da Gentilândia, já descrito anteriormente.</p>

Sistematização do Plano de Geração de Trabalho e Renda	<ul style="list-style-type: none">- Sistematização das informações de diagnóstico e formulação das ideias e proposições de geração de trabalho e renda construídas no processo de intervenção da equipe UFC/PIRF-Economia.- Elaboração e revisão do Produto final da sexta etapa – Plano de Geração de Trabalho e Renda.
---	---

Fonte: Caderno de Planejamento Estratégico para Elaboração do PIRF, 2019.

As etapas executadas ao longo do período do projeto contaram com a interação entre equipes, instituições públicas e privadas, membros da comunidade, os quais se apresentaram como parceiros fundamentais para a construção desse Plano.

3 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: Construindo uma estratégia de desenvolvimento da economia local

3.1 Lançando as bases conceituais e contextuais: o papel dos arranjos produtivos no contexto de desemprego

Ao tratar de arranjos produtivos, busca-se fomentar a discussão em torno dos negócios que envolvem pequenos empreendimentos estabelecidos em uma comunidade em torno de potencialidades produtivas locais. Essa proposta parte da concepção de arranjos locais de pequenos empreendimentos que interagem entre si, formulada por Lastres *et al.* (1999). Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) inserem-se no contexto micro ao incorporar a perspectiva local a partir de suas potencialidades e da interação entre os agentes envolvidos na criação, na aprendizagem e na difusão do conhecimento. O conceito traz consigo a percepção dos empreendedores/as locais a respeito da importância da cooperação ao longo do processo produtivo, tendo em vista a estratégia de mercado para alcançar o desenvolvimento econômico local. Assim, a interação local e a cooperação são requisitos primordiais para o aprendizado, o fortalecimento e o crescimento da produtividade, bem como para que os pequenos empreendimentos e demais instituições participantes melhorem seu desempenho e reforcem o desenvolvimento local (DALLA VECCHIA, 2006).

O IPEA (1999) realizou diversos estudos sobre os arranjos produtivos locais, quanto à forma, o produto, sua constituição e tamanho ou amadurecimento. O escopo do presente Plano se direciona ao conceito, desenhado pela instituição, chamado de agrupamento potencial. Esse se dá quando existe, em uma localidade, a concentração de atividades produtivas que apresente alguma característica comum, como uma tradição de uso de determinadas técnicas, mesmo artesanais, sem que esteja ocorrendo, contudo, uma organização ou uma ação conjunta entre os agentes econômicos da atividade existente. Assim, os segmentos produtivos foram identificados mediante dados disponibilizados pelo Sine/IDT, juntamente com as informações específicas sobre economia solidária, repassadas pela Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, sendo complementados com a pesquisa de campo, realizada junto aos grupos produtivos.

Destacam-se como elementos catalisadores desse processo as Associações, as Cooperativas, as ONGs e as Redes (notadamente, as Redes DLIS, RCSES e Rede Estrela de Iracema), que congregam e contemplam a institucionalização dessa concentração de

pequenos/as empreendedores/as individuais, formalizados/as ou não, e suas organizações apoiadoras. Dentre as ações desenvolvidas por esses organismos, podem ser destacadas: a) desenvolvimento de programas de formação e capacitação; b) parcerias com entidades do Sistema “S” e empresas privadas, pela via da Responsabilidade Social e Ambiental (caso da ENEL), visando qualificar a mão-de-obra local e atuar na linha da sustentabilidade; c) participação em programas governamentais, de apoio à comercialização (principalmente, as Feiras) dentre outros. Essas ações conjuntas entre os setores público e privado criam as bases para a geração de externalidades positivas, no dizer de Farah Jr (2001), estabelecidas a partir de uma maior participação e cooperação entre os diversos segmentos dessa comunidade. Assim, ainda de acordo com esse autor, conhecer as potencialidades locais, incluindo o mercado em volta, as possibilidades de articulação e crédito, bem como os pontos fortes e fracos de uma comunidade, dá condições para que esses/as empreendedores/as alcancem melhores resultados tanto na questão econômica, quanto social e ambiental. Através de uma melhor organização política, cultural, social e tecnológica local, o desenvolvimento econômico poderá gerar resultados cada vez mais significativos para a comunidade e para diversos setores constituídos a partir de pequenos negócios.

Dentre os principais objetivos a serem alcançados com esse tipo de organização socioeconômica, pode-se apontar a melhor distribuição dos resultados econômicos obtidos, aliado à elevação na qualidade de vida da comunidade. Para tanto, é necessário que os empreendimentos surjam e se ampliem na sua capacidade de inserção no mercado, individual e coletivamente, assim como na sua permanência nesse ambiente competitivo e global. Dentre as abordagens que se propõem a analisar os empreendimentos ou pequenos negócios, esse Plano priorizou o conceito de Arranjos Produtivos Locais, apresentando-o como uma estratégia de mobilização dos agentes territoriais, com a identificação dos segmentos produtivos na ZEIS, de modo a possibilitar a participação e a atuação conjunta, assim como a coordenação e o controle das ações e dos projetos encaminhados por meio do PIRF. Todo o esforço parte de uma abordagem participativa com o fim de estruturar e implementar uma proposta de geração de trabalho e renda a partir das potencialidades locais voltadas para a criação e o aprimoramento dos APLs em um contexto de fomento à economia solidária e sustentável.

A mobilização dos atores locais incluiu, além dos agentes produtivos, a participação de representantes do poder local (associações e redes, ONGs e lideranças comunitárias) e de outros níveis, com relevância para a especialidade dos arranjos produtivos.

São essas instituições com atuação no território da ZEIS, relacionadas ou não ao negócio em foco, mas com ênfase na construção de negócios solidários (AMORIM; MOREIRA; IPIRANGA, 2016).

Um APL de negócios solidários e sustentáveis pode ser uma estratégia para se alcançar o desenvolvimento local, porque gera capacidade empreendedora, autonomia, autogestão e fortalecimento da solidariedade. Isso ocorre em um ambiente onde há escassez de recursos, acirramento da competição de mercado e a força do capital. Nesse contexto, um arranjo produtivo baseado na solidariedade e na sustentabilidade promove o fortalecimento local do comércio justo, atuando em prol de causas sociais e ambientais, o uso colaborativo de espaços e recursos, e fortalece os laços interpessoais (MENDONÇA, 2011; SAMPAIO; MANTOVANELI JUNIOR; PELLIN, 2005).

No processo de identificação desses arranjos, foram levantados dados sobre o mercado de trabalho, a fim de mapear potenciais atividades produtivas, observando-se também os desafios de inserção socioeconômica percebidos na realidade local.

Um primeiro dado que chama a atenção é o elevado índice de desemprego que atinge o estado do Ceará. Com base nos dados disponibilizados pelo Sine/IDT⁶, em sua pesquisa publicada em dezembro de 2019, 11,3% da população está desempregada. Além desse contingente de pessoas reconhecidamente sem emprego (467 mil), existem outras parcelas da população economicamente ativa no estado que estão em situações de subocupação (416 mil) ou de desalento (364 mil) com relação aos rumos da economia e as oportunidades de trabalho, o que evidencia um quadro de exclusão do mercado de trabalho local.

Ainda de acordo com a referida pesquisa, a perda da capacidade de geração de ocupação pela economia estadual impede a reversão desse quadro na medida em que o desemprego se mantém não apenas elevado como também prolongado: 36% dos desempregados locais já estão há mais de um ano à procura de trabalho, o que evidencia a necessidade de políticas públicas específicas para o trabalho, para além de medidas que estimulem a economia estadual e nacional.

O referido documento identificou os seguintes segmentos econômicos: Extrativismo mineral, Indústria de transformação, Serviços industriais de utilidade pública, Construção civil, Comércio e Serviços, Administração pública, Agropecuária, Extração

⁶ Mais informações estão disponíveis pelo:
<<http://www.idt.org.br/PortalIDT/Arquivos/Publicacoes/Nota%20Desemprego%20-%20dezembro%202019.pdf>> Acesso em 01.mar. 2020.

vegetal, Caça e Pesca. Como principais políticas públicas de trabalho, foram citadas: a intermediação de mão de obra e o seguro-desemprego – ambas implementadas pelo SINE. Porém, sabe-se que a recente reforma trabalhista, associada à reestruturação das políticas na área, foi fortemente afetada com a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego no início de 2018.

Outro dado digno de nota é o peso da RMF na estrutura econômica do Estado, em que pese o fortalecimento de alguns municípios ou regiões (como Vale do Jaguaribe, Litoral Oeste e Litoral Leste). A RMF continua concentrando algo entorno de 2/3 dos empregos, dos estabelecimentos e do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, por fatores históricos, na atualidade, muito em razão das atividades da Companhia Siderúrgica do Pecém.

Em Fortaleza, o cenário se assemelha, pois, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-Contínua), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em maio de 2019, a capital cearense – oitava maior entre as capitais do país – possui cerca de 10,8% dos habitantes desempregados.

Dados do Caged apontam um saldo de empregos de 1.823 empregos no ano de 2019, com uma variação de 0,28%, considerando a variação relativa, que toma como referência os estoques do mês atual e do mesmo mês do ano anterior, ambos com ajustes.

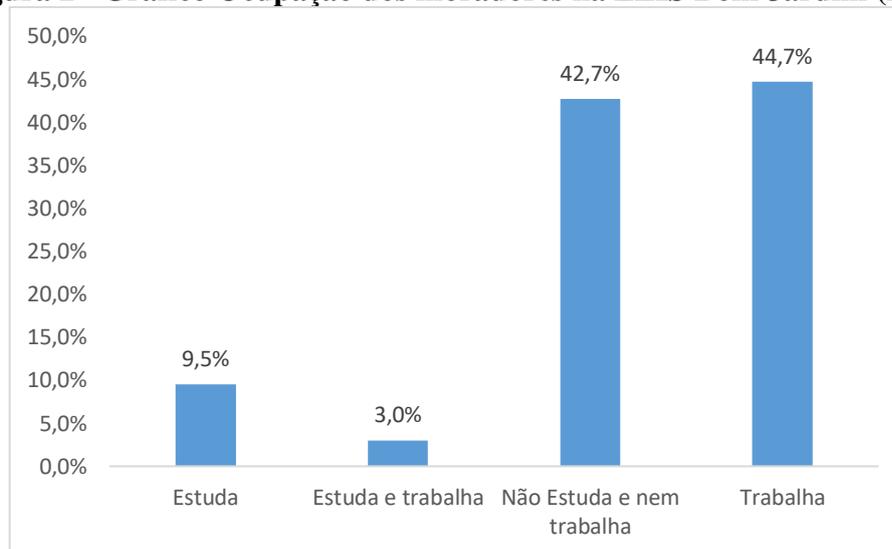
3.2 Mapeamento do mercado de trabalho na ZEIS Bom Jardim

Com relação ao mercado de trabalho na ZEIS Bom Jardim, também considerando a ausência de dados secundários que permitissem realizar uma caracterização mais aprofundada da população quanto ao mercado de trabalho, utilizou-se dados da pesquisa direta (denominada de Etnografia Rua a Rua), anteriormente citada, feita pela equipe PIRF/UFC, cuja amostra foi composta por 201 moradores⁷.

A análise a seguir refere-se à caracterização do perfil geral do mercado de trabalho nos quesitos ocupação, natureza do trabalho e atividade econômica identificada pela comunidade.

⁷ O método estatístico utilizado nessa pesquisa foi detalhado no Caderno de Diagnóstico Socioeconômico, Físicoambiental, Urbanístico e Fundiário do Plano Integrado de Regularização Fundiária (2019).

Figura 2 - Gráfico Ocupação dos moradores na ZEIS Bom Jardim (2019)

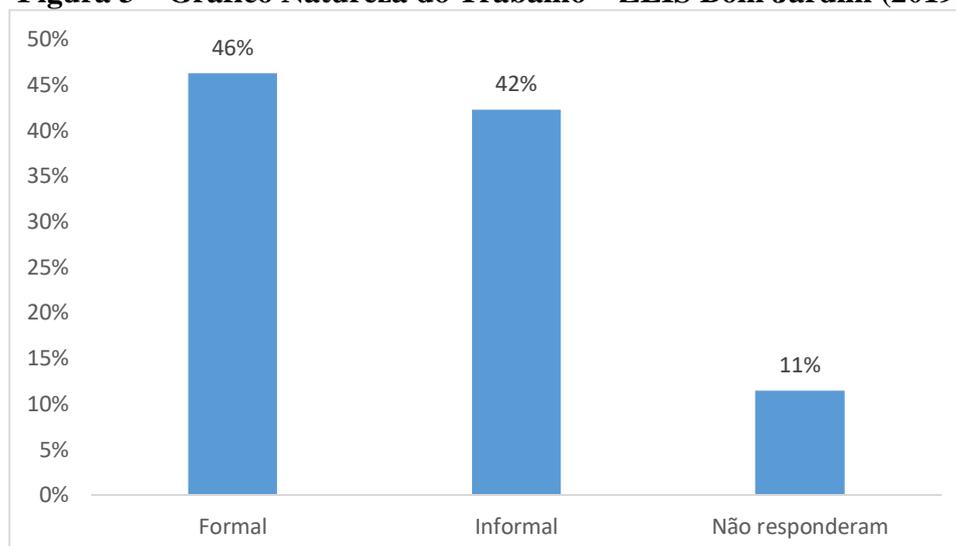


Fonte: Questionário elaborado pela Equipe PIRF/UFC (2019).

Conforme a Figura 2, considerando a soma das faixas dos 44,7% que trabalham e dos 3% dos que trabalham e também estudam, tem-se que cerca de 48% dos moradores afirmam estarem inseridos em algum tipo de ocupação. Entretanto, o fenômeno da desocupação atinge um número significativo de moradores da ZEIS, visto que cerca de 43% dos moradores não estudam nem trabalham, percentual fortemente acima da média cearense, de 11,3% no terceiro semestre de 2019, segundo dados da Pesquisa Nacional de Domicílios/PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Considerando o universo dos moradores que afirmam a condição de trabalhador, indagou-se sobre a natureza do trabalho, categorizando-o como formal ou informal.

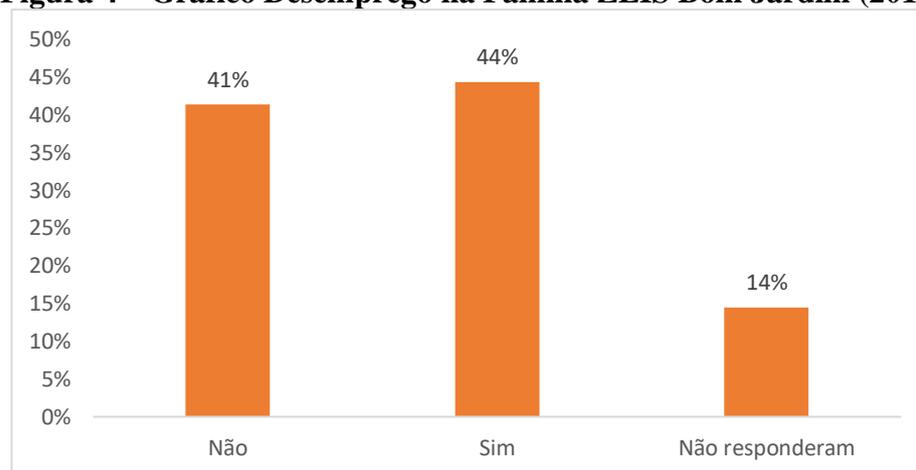
Figura 3 – Gráfico Natureza do Trabalho – ZEIS Bom Jardim (2019)



Fonte: Questionário elaborado pela Equipe PIRF/UFC (2019).

Com relação à natureza do trabalho realizado, a maioria se concentra na formalidade (46%), apesar de parcela semelhante depender do setor informal como fonte de renda (42%) e apenas 11% não responderam. Esses indicadores corroboram com a média cearense que chegou a 55% de trabalhadores na informalidade, em 2019, segundo a PNAD Contínua/IBGE. Ressalte-se que tais dados caracterizam forte variável de estímulo à precarização do trabalho local.

Figura 4 – Gráfico Desemprego na Família ZEIS Bom Jardim (2019)

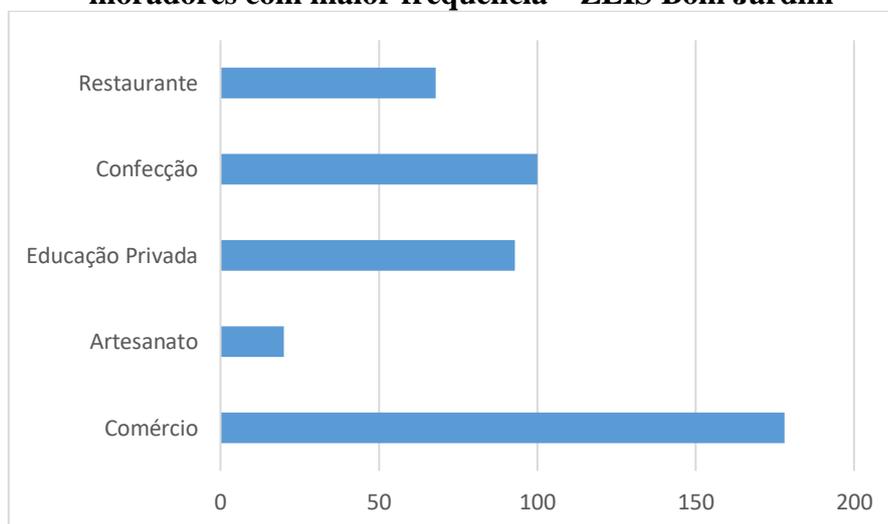


Fonte: Questionário elaborado pela Equipe PIRF/UFC (2019).

Moradores que possuem algum familiar desempregado correspondem a 44%, enquanto 41% não possuem familiares desempregados. Essa característica reforça a variável de trabalho informal, pois, como alternativa ao desemprego, trabalhadores buscam

alternativas de sobrevivência em outras formas de trabalho, situadas principalmente na informalidade.

Figura 5 – Gráfico Atividades Econômicas reconhecidas pelos moradores com maior frequência – ZEIS Bom Jardim



Fonte: Questionário elaborado pela Equipe PIRF/UFC (2019).

A atividade comercial possui forte relevância para os moradores: mais de 90% reconheceram seu significado para o local. Em seguida, vem o ramo de confecções. Outros ramos também se destacam, a saber: educação privada, restaurantes e artesanato, seguindo em ordem decrescente de reconhecimento, por parte dos moradores, compondo as cinco áreas mais citadas nas entrevistas.

Quanto às Ações de Formação de Habilidades Básicas, Específicas e de Gestão Profissionais da Força de Trabalho, presentes na Matriz de Planejamento de ações de geração de trabalho e renda, no eixo relacionado à formação, sugere-se articulação da instância municipal junto ao Conselho Gestor da ZEIS, podendo também envolver os sindicatos, por categoria, na mobilização da mão de obra local para o processo de qualificação, visando sua empregabilidade em segmentos econômicos dentro e fora da ZEIS. Nesse momento, não foi realizado envolvimento mais próximo dos sindicatos, uma vez que a maioria dos empreendedores econômicos que compuseram os arranjos produtivos locais das ZEIS era formada por empreendedores informais, de categorias não organizadas em coletivos de classe, como os sindicatos. A ideia, portanto, é que esses últimos sejam incorporados ao processo durante a implementação do Plano de Geração de Trabalho e Renda, a partir da articulação com o Conselho Gestor da ZEIS, visando à mobilização dos/as trabalhadores/as locais para as atividades formativas, conforme planejado.

Nesse contexto, desafiador do ponto de vista do emprego formal, os arranjos produtivos baseados nas potencialidades da ZEIS têm por objetivo promover a autogestão colaborativa, incentivando o capital social presente no território. Isso ocorre desde a tomada de decisões até a execução dos produtos ou serviços. Portanto, os arranjos produtivos visam a superar a mera participação individualista e descompromissada do ponto de vista sociopolítico, para fomentar ações e práticas relacionadas ao propósito de empreendedorismo solidário, responsável e sustentável.

3.3 Economia Solidária e Autogestão: Princípios de fortalecimento da economia local

A economia solidária é um modo de produção que tem como fundamento a propriedade coletiva ou associada e a liberdade individual (SINGER, 2002). Essa economia se origina com o avanço do capitalismo, relacionando-se também a fatores como a exclusão social, e se consolida por meio de uma lógica diferenciada de produção e repartição da renda. Nesse caso, o trabalho e sua remuneração – da mesma forma que a sustentabilidade ecológica, cultural etc. – não são considerados custos de produção, mas “elementos fundamentais para se pensar o ponto de equilíbrio do negócio” (ANTEAG, 2005).

Os dois aspectos que estruturam a proposta da economia solidária são:

- ✓ Solidarismo entre os/as trabalhadores/as e os empreendimentos – para além da competição que predomina no mercado;
- ✓ Autogestão, a qual se caracteriza por uma gestão descentralizada em que todos/as os/as sócios/as se envolvem, contrapondo-se à gestão centralizada e hierárquica das empresas convencionais. No empreendimento solidário, prevalece o interesse dos/as sócios/as, tendo as assembleias como espaços de reunião para tomada de decisão.

Essas características surgem *pari passu* com o processo histórico que origina a própria economia solidária; diferente do processo pelo qual surgem as empresas capitalistas, resultantes da cooperação entre sujeitos desiguais – proprietários e não proprietários do capital, na economia solidária, os empreendimentos surgem da união entre “iguais”, ainda que sejam setores majoritariamente excluídos do acesso ao capital. A autogestão se coloca, assim, como instrumento capaz de conciliar interesses entre os segmentos empobrecidos da população permite-lhes ampliar a escala de cooperação (trabalho coletivo) e, assim, se fortalecer economicamente (FURTADO, 1998).

Vale, ademais, considerar a economia solidária como uma práxis pedagógica (GADOTTI, 2016), ou seja, um processo formativo dos/as trabalhadores/as, no qual eles/as se “enriquecem” não apenas coletivamente (através da cooperação), como acontece nas grandes empresas, mas individualmente, na medida em que tanto a necessidade de tomar decisões coletivas que favoreçam a empresa, como a troca de saberes e conhecimentos que surgem em um ambiente onde se compartilha objetivos produtivos comuns acabam por favorecer a qualificação dos/as trabalhadores/as do ponto de vista individual. Da mesma forma, as parcerias com grupos de apoio, consumidores e gestores públicos contribuem para potencialização do ambiente pedagógico nos empreendimentos econômicos solidários (EES).

Resulta, com isso, no que se refere à gestão dos processos de geração de trabalho e renda na ZEIS Bom Jardim, que a participação coletiva e solidária poderá contribuir na superação dos obstáculos existentes no território a uma ação inclusiva dessa natureza.

Desse modo, o Plano Integrado de Regularização Fundiária do Bom Jardim se insere, também através de sua equipe de Economia, no processo de fortalecimento das políticas públicas de combate à pobreza e à desigualdade econômica e social, fatores amplamente relacionados à degradação social e do meio ambiente, que precisam ser enfrentados, a fim de evitar que o crescimento das desigualdades comprometa a própria capacidade de superação dos obstáculos ao desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, a economia solidária se coloca como alternativa ao desemprego e à precarização das relações de trabalho seja no aspecto micro, da geração de oportunidades econômicas para populações de baixa renda, ou no plano macro, incluindo o estímulo econômico gerado a partir do seu consumo, sem esquecer as demandas sociais e ambientais.

Dados do Atlas da Economia Solidária (2016) apontam a existência de quase 20 mil empreendimentos no Brasil, sendo que, no Ceará, existem 1.449. Já em Fortaleza, oficialmente integrados ao Cadastro de Empreendimentos Solidários (CADSOL), existem apenas 10 EES mapeados e 3 em fase de análise. Porém, tais dados são de 2014 e carecem de atualização, pois as comissões gestoras estaduais estão desarticuladas desde a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego no início de 2018. Já os dados disponibilizados pela Rede Cearense de Socioeconomia Solidária afirmam a existência de 15 empreendimentos a ela integrados, entre grupos informais, associações e cooperativas, com atuação na capital cearense.

Tendo em vista a necessidade de dados mais específicos sobre a economia solidária no Bom Jardim (micro-dados), a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária

repassou a relação de cinco organizações/grupos produtivos de economia solidária localizados no território, conforme Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Empreendimentos Solidários integrantes da RCSES no Bom Jardim

GRUPO/ORGANIZAÇÃO	CONTATO	FONE	ENDEREÇO
CRIART	Cristina	986225077	Rua: Senhor do Bomfim, 1196 Bom Jardim
ARTES BELAS	Adriana	988642544	Rua: João XIII 477 Bom Jardim
M E M COOPERATIVAS	Eurilene	34975856	Rua: Oscar França, 132. Parque Santa Cecília
ARTE VIDA	Rosa	987534728	Rua: Seis Companheiros 1482. Bom Jardim
TATUMUNDÉ	Rosa	991909900	Av: Urucutuba, Bl.4 Casa 28 – Conjunto Tatumundé.

Fonte: Informação cedida pela RCSES

Conforme se observa, os grupos identificados e apresentados pela RCSES indicam majoritariamente mulheres como organizadoras dos projetos desenvolvidos na comunidade. A principal atividade que viabiliza o fomento da economia solidária no Bom Jardim está associada ao APL do artesanato, destacando-se também a costura como atividade secundária. Dessa forma, a economia solidária é evidenciada como parte da dinâmica produtiva da ZEIS Bom Jardim, sendo meio para o desenvolvimento produtivo e de complementação de renda, sobretudo de mulheres, nos contextos socioeconômicos das comunidades que estão inseridas.

Destaque-se na relação dos grupos apresentada o Coletivo de mulheres Criart, que esteve presente nas oficinas conduzidas na comunidade. A organização tem como sede a comunidade Parque São Vicente. O referido grupo nasceu em 2008 como fruto do projeto Bonjarte, que desenvolvia atividades com crianças e adolescentes da área. A partir de então, o grupo passou a integrar a geração de renda para as mães cujos filhos participavam do projeto, fomentando nesse ensejo uma oportunidade de expandir atividades direcionadas para essa finalidade. Nesse sentido, o grupo passou a congrega mulheres para a condução de trabalhos artesanais diversos (crochê, fuxico etc.), tendo como pilar os princípios da economia solidária.

No âmbito das políticas públicas governamentais, destaca-se o *projeto Meu Bairro Empreendedor*, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza, uma iniciativa que busca o desenvolvimento do empreendedorismo local, valorizando o fomento da economia solidária. A ZEIS Bom Jardim é uma das beneficiárias da ação que está em processo de implementação e que tem como parceiros a Secretaria do

Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG), a Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEINF), a Secretaria do Planejamento e Gestão do Ceará (SEPLAG), a Associação SOMOS UM, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco Santander, o Banco Palmas, o Sebrae, o Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (CRC-CE), o Conselho Regional de Contabilidade da 8ª Região - Ce, o Conselho Regional de Administração (CRA), o Centro Universitário da Grande Fortaleza (UNIGRANDE), a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), a Moeda Seed e do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento Periciais, Informações e Pesquisas do Ceará (SESCAP).

Conforme se observa, ações dessa natureza necessitam de uma ampla articulação de entidades públicas, privadas e do chamado terceiro setor, para que cada uma, atuando em seu segmento específico, possa colaborar com o desenvolvimento dos empreendimentos. Aqui vale um destaque para o papel dos conselhos profissionais e sindicatos, no caso o CRA, o CRC e o SESCAP, que poderão colaborar com a gestão dos empreendimentos, fomentando, inclusive, com a sua formalização. Nesse sentido, durante as oficinas e demais atividades do PIRF, não se contou com a participação das instituições acima citadas.

Ainda em relação à 1ª fase de elaboração do presente Plano, é importante destacar as atividades iniciais de aproximação e sensibilização com a comunidade local.

Nessa direção, destaca-se a aprovação do Plano de Trabalho do PIRF pela comunidade, em reunião ocorrida dia 27/06/2019, no formato de assembleia, realizada no Centro Bom Mix. A atividade contou com uma média de 40 pessoas, entre moradores da ZEIS Bom Jardim, representantes do IPLANFOR e integrantes das equipes de trabalho do PIRF. A seguir, constam algumas imagens emblemáticas que registram o momento em que cada equipe/área de estudo da UFC apresentou o seu plano de trabalho, tendo sido esses aprovados pelo Conselho Gestor da ZEIS.

Fotos 22 e 23 – Apresentação dos planos de trabalho das áreas UFC/PIRF



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC

Foto 24 – Aprovação dos planos de trabalho UFC/PIRF pelo Conselho Gestor



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC

Importante registrar que, antes da primeira Oficina de Diagnóstico Participativo, devido às dificuldades encontradas em relação a mobilização dos moradores e agentes econômicos da ZEIS, principalmente pela compatibilização de agendas, ocorreram três encontros locais para esclarecimentos acerca do PIRF e da proposta de trabalho da equipe

responsável pela elaboração do Plano, sendo sempre destacada a importância da participação da comunidade na sensibilização e na integração nas atividades do PIRF.

3.4 Importância do planejamento participativo para o desenvolvimento local

Ao se fazer um plano de ação na ZEIS para gerar trabalho e renda a partir das potencialidades locais, de forma solidária e sustentável, considerou-se importante elaborar um planejamento participativo, a fim de minimizar as limitações e as ameaças identificadas em cada APL e, assim, permitir o alcance dos objetivos propostos. Outros estudos com tais características já haviam sido realizados no local, a exemplo do Diagnóstico Sócio Participativo do Grande Bom Jardim, realizado em 2003, pelo Núcleo de Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano (GPDU) da Universidade Estadual do Ceará (Uece), com apoio do Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa, organização não governamental que atua na região desde 1994, que contou com ampla mobilização social. Pelo papel protagonista da comunidade, o estudo é citado por vários trabalhos acadêmicos, devido a sua abrangência (horizonte temporal de 20 anos, tendo sido realizado em 501 ruas, com aplicação de 1.324 questionários).

O planejamento é um dos processos administrativos que inclui previsão, organização, comando, coordenação e controle, ou seja, uma atividade de previsão que seria o mesmo de um planejamento da ação empresarial, de gestão (FAYOL *apud* TERENCE, 2002). Assim, a falta de planejamento é a maior causa dos insucessos dos empreendimentos, pequenos ou médios, ao contrário do que se pensa sobre a falta de recursos, erroneamente apontada como maior problema de gestão. Logo, o planejamento estratégico, de cunho participativo, apresenta-se como ferramenta administrativa relevante na operacionalização do negócio, isso porque proporciona reflexão, análise e melhor interação com o seu ambiente interno e externo, auxiliando os/as empreendedores/as no direcionamento de seus recursos visando atingir os seus objetivos (BERTOLI NETO, 1997).

A falta de organização desses agentes econômicos e o não ordenamento e conhecimento das ações sobre os fornecedores, os clientes, a inter-relação entre os agentes solidários locais, a elaboração e disposição dos produtos, o marketing e o balanço contábil podem dificultar ou frustrar a obtenção de lucros e até levar ao fracasso do negócio (BEHR; LIMA, 1999; FERREIRA, 2012).

A formação de arranjos produtivos a partir dos princípios da economia solidária exige planejamento, a fim de vencer os obstáculos presentes e futuros e prever cenários. Além disso, possibilita estratégias a fim de consolidar os pequenos negócios mediante os grandes empreendimentos e as adversidades conjunturais, dado o desafio de garantir seu desenvolvimento. A organização participativa e a cooperação, na medida em que fortalecem laços fraternos e de consciência do ser humano, promovem forças econômicas e políticas – do ponto de vista das relações com o poder público – de forma interligada. Uma comunidade “empoderada” é um ambiente favorável à criação, ao gerenciamento e ao desenvolvimento de empreendimentos. Amartya Sen (2000) corrobora essa ideia, pois, segundo ele, a concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além de variáveis relacionadas à renda. O desenvolvimento deve estar relacionado, principalmente, com a melhoria da vida e das liberdades sociais e individuais.

Entretanto, o novo cotidiano de trabalho (coletivo, democrático e auto gestor) apresenta demandas de natureza diversa que requerem ações imediatas que garantam o cumprimento das atividades, processamento e comercialização de produtos. Paralelamente, a experiência de trabalho subordinado ou precarizado e a baixa escolaridade da maioria dos membros desses grupos se apresentam como obstáculos adicionais a serem superados para que realizem atividades de planejamento do trabalho e do desenvolvimento do empreendimento (BENI, 1999).

A adoção de um planejamento estratégico de autogestão tem sido difundida no Brasil como promotora do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, por intermédio de diversas parcerias entre organizações governamentais e não governamentais. Assim, um planejamento pode ser uma ferramenta estratégica e promotora do desenvolvimento local, se baseada em:

- ✓ Participação organizada da comunidade local;
- ✓ Capacitação continuada para o planejamento e a gestão compartilhada do desenvolvimento;
- ✓ Oferta articulada e convergente de investimentos governamentais e não governamentais;
- ✓ Difusão da cultura empreendedora e apoio ao empreendedorismo local; oferta adequada de crédito para micro e pequenos/as empreendedores/as como o microcrédito (SILVEIRA; REIS, 2001).

Tais premissas foram a base do percurso formativo trilhado, pois a realização de um planejamento com a participação das lideranças locais, dos pequenos empreendimentos individuais e das organizações da economia solidária se constituiu em uma estratégia que contribuiu para a construção do caminho percorrido pelos/as empreendedores/as locais. A metodologia aqui adotada considera a formação uma etapa fundamental para que os/as trabalhadores/as possam se preparar para o futuro em cooperação, a partir do reconhecimento de sua condição atual, identificação de cenários possíveis, levantamento de suas demandas e definição das ações necessárias para tornar real o idealizado.

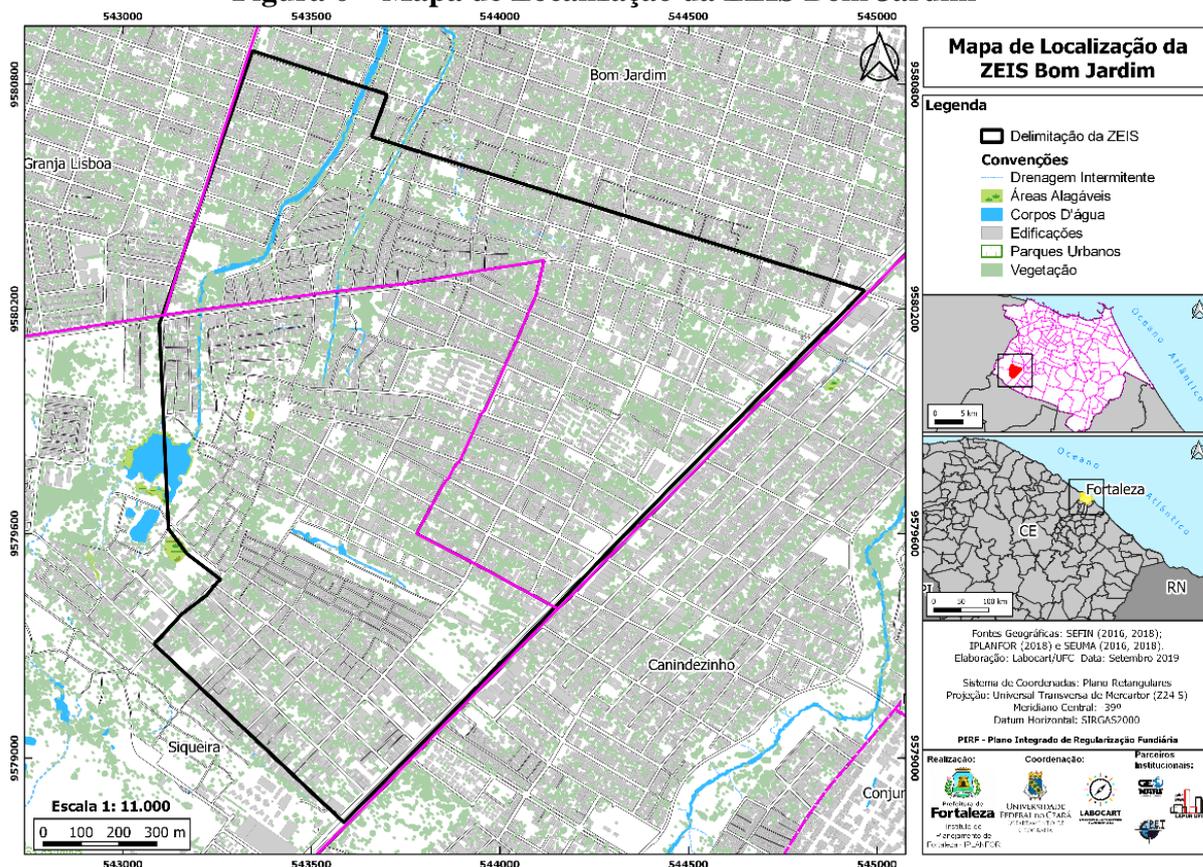
4 ANÁLISE DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS BOM JARDIM

4.1 Caracterização geral

A ZEIS Bom Jardim está inserida na área de abrangência da Regional V, no bairro Bom Jardim, com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,194, sendo o 104º bairro na ordem crescente de desenvolvimento de Fortaleza, que possui 119 bairros (PMF, 2019).

Há diferentes territorialidades registradas, sendo uma delas a denominação de Grande Bom Jardim (GBJ), que envolve os bairros Granja Portugal, Granja Lisboa, Bom Jardim, Canindezinho e Siqueira. Dados oficiais do IBGE (2010) afirmam que há 211 mil habitantes residentes neste território. A Figura 6 mostra a localização da ZEIS Bom Jardim.

Figura 6 – Mapa de Localização da ZEIS Bom Jardim



Fonte: Equipe-PIRF, 2019.

Conforme explicitado na introdução desse Plano, as ZEIS possuem territorialidades singulares formadas pelas comunidades. No caso, são consideradas pelos moradores como bairros que integram o GBJ as seguintes: Parque Santa Cecília, Parque São Vicente, Parque Santo Amaro, Belém, Novo Mundo, Parque Jerusalém, Jardim Jatobá,

Comunidade Nazaré, Parque São João, Sumaré, Santa Luzia, Nossa Senhora Aparecida e Inferninho, entre outras. Algumas localidades, como Sete de Setembro, Oito de Dezembro, Nova Canudos, Marrocos e Pantanal foram constituídas nos anos 1990.

Baseado no estudo realizado pela equipe do PIRF, há predominância do sexo feminino (55%), com um significativo percentual da população na maturidade, ou seja, na faixa etária dos 40 aos 59 anos (29%) e/ou acima dos 60 anos (17%), lembrando que a maioria das/os moradoras/es trabalha (44,7%) e 3,0% deles/as estudam e trabalham, percentual seguido por uma elevada parcela que nem estuda e nem trabalha (42,7%), além de 9,5% que estudam. Um pouco mais da metade afirma que exerce trabalho de natureza formal, como se verificou anteriormente.

A tabela 1 apresenta a distribuição da amostra segundo o grau de escolaridade.

Tabela 1 - Percentual de escolaridade na ZEIS Bom Jardim

Escolaridade ZEIS Bom Jardim (2019)	Total Geral
Ensino Superior Completo	1%
Ensino Superior Incompleto	3%
Ensino Técnico	0%
Ensino Médio Completo	20%
Ensino Médio Incompleto	18%
Ensino Fundamental Completo	10%
Ensino Fundamental Incompleto	35%
Não sabe ler/escrever	7%
Sabe ler/escrever	5%
Total Geral	100%

Fonte: Dados da pesquisa PIRF, 2019.

Ao se observar os dados, verifica-se percentuais baixos de escolaridade, conforme a seguir: 45% dos entrevistados têm, no máximo, o ensino fundamental, sendo 35% desses incompleto. Mas, ao se analisar o coeficiente de correlação (R) entre Escolaridade X Idade, obtém-se uma magnitude de (- 0,39), o que demonstra uma relação inversa entre essas duas variáveis, ou seja, os segmentos mais jovens estão acessando um maior nível de escolaridade, indicando um crescimento intergeracional da mesma, que aponta a possibilidade de se ter, no

futuro, percentuais mais elevados da população local nas classes mais altas de escolarização, incluindo o nível superior.

Ainda segundo a pesquisa, quanto ao tempo de residência no bairro, 1/5 dos entrevistados moram há, pelo menos, 10 anos (20%) e 26% têm mais de vinte anos que habitam no bairro. Cerca de 75% afirmaram não haver nenhum local para fazer cursos ou treinamentos que colaborem na busca de um emprego. Quando perguntados sobre quem seria o principal apoiador das organizações associativistas na comunidade, 40% disseram não conhecer ou não existir, enquanto 22% apontaram as igrejas como apoiadoras da comunidade. Trata-se de um dado significativo, dado o histórico papel das igrejas no enfrentamento das questões sociais. Porém, também permite inferir um recuo dos entes governamentais e, também, dos movimentos sociais nessa esfera de atuação, uma vez que os mesmos não foram citados pelos participantes da pesquisa – embora se saiba da atuação de uma série de associações de bairro, por exemplo, organizadas em torno da Rede DLIS, citada anteriormente.

Quanto à composição da renda familiar, 52% declararam receber algum benefício do governo, em sua maioria do Programa Bolsa Família. A renda advinda de outros membros da família é, de modo geral, informal, com valores inferiores a um salário-mínimo⁸. 47% dos entrevistados dizem aferir apenas um salário-mínimo e 36%, entre 01 e 02 salários-mínimos, caracterizando uma situação financeira bastante modesta e limitada.

De acordo com dados sobre a extrema pobreza na capital cearense publicados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), o Grande Bom Jardim tem quatro de seus bairros no ranking dos 10 bairros com o maior número e proporção de pessoas em extrema pobreza. Há mais de 20 mil pessoas vivendo com até R\$ 70,00 mensais, o que representa 15,26% das 134 mil pessoas miseráveis de toda a cidade de Fortaleza. Essa proporção é quase o dobro dos 8,9% que Fortaleza representa em relação aos 1,5 milhão de pessoas em extrema pobreza no Ceará.

Os dados revelam, ainda, que o Bom Jardim é uma comunidade com expressiva população de mulheres de baixa renda, com baixa escolaridade formal e com um número de pessoas adultas de meia idade crescente, com destaque para o elevado número de idosos. Tal característica populacional é uma tendência mundial com poucas possibilidades de reversão⁹. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), em seu último relatório técnico

⁸ Cujo valor atual (janeiro de 2020) é de R\$1.039,00 (hum mil e trinta e nove reais).

⁹ Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), é considerado idoso o habitante de país em desenvolvimento com 60 anos ou mais e o habitante de país desenvolvido com ou acima de 65 anos. Mais informações estão disponíveis em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>> Acesso em 29.dez.2019.

“Previsões sobre a população mundial”, nas próximas décadas, o número de pessoas com mais de 60 anos de idade será três vezes maior do que o atual, chegando a mais de 2 bilhões em 2050.

Outro dado que merece realce são os altos índices de violência que se constituem em uma das formas de expressão da situação descrita anteriormente, redesenhando espaços urbanos, redefinindo dinâmicas locais, redistribuindo bloqueios e possibilidades, criando novas clivagens e, dessa forma, afetando a própria economia familiar e suas redes sociais, conforme acentua Telles (2010).

Os conflitos observados entre moradores de diferentes comunidades, situadas dentro da ZEIS Bom Jardim, são diretamente relacionados às disputas territoriais entre traficantes de drogas e facções criminosas, reforçando a construção de *sentimentos coletivos de risco* (PERALVA, 2000) e fazendo que a população busque, através de formas individualizadas de auto-organização ou por meio de estratégias pontuais e singulares de proteção, lidar com os problemas relacionados ao mundo social (como a segurança, por exemplo), prejudicando a formação de uma ação coletiva eficiente, seja social, cultural ou econômica (PAIVA, 2007).

Por outro lado, o território abriga uma diversidade de práticas culturais e socioeconômicas inovadoras, entre as quais pode-se citar o Espaço Bom Mix, o Projeto Quatro Varas (na área da Saúde Mental) e o Centro Cultural Bom Jardim, que projetam uma imagem contrastante às narrativas presentes na mídia, que enfatizam o que Silveira (2013) denominou de “cultura do medo” ou, no dizer de Baumam (2013), o “medo líquido”, que estão na base da sociabilidade contemporânea, principalmente nas periferias das grandes cidades.

Disso ainda decorre a construção de um estigma territorial, que funciona como um signo que demarca modos pré-estabelecidos de distinção socioespacial dos moradores da comunidade em relação a outros setores da cidade e que gera inúmeros efeitos negativos para a população local (notadamente na esfera econômica), fazendo com que se erga, sem levar em conta elementos de uma complexa ordem social, política e econômica, uma imagem construída que atinge a todos os moradores de maneira indiscriminada.

Assim aponta Wacquant (2005) *apud* PAIVA (2007, p. 76), ao descrever os efeitos dos estigmas territoriais:

Em primeiro lugar, o sentimento de indignidade pessoal que ele carrega assume uma dimensão altamente expressiva da vida cotidiana, que colore as relações interpessoais e afeta negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas e nos mercados de trabalho. Em segundo, observa-se uma forte correlação entre degradação simbólica e o dismantelo ecológico dos bairros urbanos: áreas comumente percebidas como depósitos de pobres, anormais e desajustados, tendem a ser evitadas pelos de fora, “assinaladas” pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignorados pelos políticos, tudo isso colaborando para acelerar-lhes o declínio e o abandono. Em terceiro, a estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias socióforas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram em diminuir a confiança interpessoal e em minar o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva. (WACQUANT, 2005).

É, ainda, diante desse contexto que a economia local tenta se moldar e se estabelecer, dentro e para a comunidade, seja por meio de arranjos produtivos, seja por meio de uma organização de trabalho quando se confunde o lícito e o ilícito, o formal e o informal, o legal e o ilegal (TELLES, 2010). É, pois, nessa conjuntura que a representação urbana se apresenta, atuando no “*meio social*” e acionando o seu “*capital social*”, nos termos de Foucault (2008), a fim de que com isso se possa sobreviver na adversidade que, conforme Daniel Hirata (2006, 2010), está relacionado com a forma que a população local transita entre as diversas fronteiras que lhes são impostas. Ou seja, parar, quando for preciso; avançar quando for possível; falar no momento certo; calar-se quando necessário; e, sobretudo, saber jogar com as diversas possibilidades de universos superpostos em que estão imersos.

A carência de equipamentos de segurança, a estigmatização da periferia, as perspectivas de risco, bem como a ausência de uma noção integrada de cidadania, advinda desde a formação do Estado de direito brasileiro, fazem com que a violência se perfaça como uma característica constante (e permanente) na ZEIS Bom Jardim.

Para uma melhor compreensão dos impactos da violência na ZEIS Bom Jardim, foram sistematizados dados oficiais sobre o tema, que serão abordados a seguir.

4.2 Configurações da violência no Bom Jardim

De início, importa salientar alguns esclarecimentos conceituais sobre violência e crime, enquanto subprodutos semânticos do termo violência urbana.

A partir do advento do termo “sociedade global” (SANTOS *apud* PAIVA, 2007, p. 10), problemas sociais relacionados com o aumento de processos estruturais de exclusão

social, fundamentados na desigualdade de renda, passam a reger uma nova forma de configuração de sociabilidade e conflitualidade nas cidades ocidentais.

Dentre os efeitos dessa nova forma de organização social, a expansão de práticas violentas passou a tomar ares de destaque e relevância na seara política dos Estados, seja na resolução de conflitos ou como estratégia para aquisição de bens materiais, afetando o modo de vida dos moradores das cidades em suas variadas formas.

O conceito, pois, de violência, com o passar do tempo, foi assumindo uma forma objetiva a partir de causas de sua origem e com consequências diversas, sendo, ainda, denotado de caráter positivo (educacional) ou negativo, a depender do contexto cultural em que estão inseridos os atos violentos.

Zaluar (2004) define violência como uma força que ultrapassa um limite socialmente imputado ou que perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo assim carga negativa ou maléfica. Caracteriza-se, portanto, a partir da percepção, pela sociedade, do limite ao sofrimento causado.

Paiva (2007), por sua vez, toma o conceito de violência sob uma perspectiva de compreensão a partir de uma dinâmica de ações que perturbam, de algum modo, os sistemas de significação e sociabilidade instituídos pela experiência de vida e presentes na expectativa de moradores urbanos que, na maioria das vezes, buscam organizar suas vidas maximizando o seu bem-estar em detrimento de possíveis problemas que venham a lhes incomodar em seu cotidiano.

Dentro de uma concepção positivista, adstrita à noção de (i)legalidade, a violência pode ainda ser definida como todo ato de coação, envolvendo um ou vários atores que produz efeitos negativos sobre a integridade física ou moral de pessoas. Neste sentido, há a violência física, imputando dor física à vítima e ultimando com a cessação da vida (homicídio), e a simbólica (BORDIEU, 2007), que se manifesta em diferentes formas de discriminação e que nem sempre é percebida como forma de violência.

No cenário das cidades contemporâneas, a violência aparece como fenômeno desorganizador da ordem social, a partir da sua difusão no tecido urbano, em detrimento do poder de coação do Estado. Isso porque possui uma expressão potencialmente negativa na vida dos moradores das grandes cidades, na medida em que coloca em jogo a impossibilidade do exercício pleno dos direitos de cidadania das pessoas como se observa em bairros populares controlados por facções criminosas (PAIVA, 2007; ZALUAR, 2004).

No que concerne ao crime, Durkheim (2002) compreende os crimes como atos que ofendem a consciência coletiva de determinado grupo social, sendo definidos a partir das leis penais instituídas, cujo objetivo, em síntese, é o castigo/punição dos indivíduos que cometem atos classificados pela sociedade como ofensivos à manutenção da ordem social. A ideia aqui está atrelada às condutas definidas pelo conjunto de leis que constitui o ordenamento jurídico de um país, válido para uma determinada época e uma determinada sociedade.

Adorno (2002, p.94), por sua vez, define crime como a conduta relacionada às violações no conjunto de direitos socialmente legitimados e reconhecidos pela sociedade, sendo o mesmo caracterizado conforme as disposições dos respectivos códigos jurídicos institucionalizados pelo Estado de direito vigente. Percebe-se, portanto, que a violência, enquanto produto de uma construção social, embora possa ser quantificada a partir de dados de criminalidade, vai além, estando relacionado com aspectos das ações humanas, sejam elas puníveis ou não, que podem causar danos físicos, morais ou psicológicos ao próprio agente e/ou a outras pessoas.

Sob a ótica da Política de Segurança Pública Estadual, geograficamente, a ZEIS Bom Jardim está inserida na área integrada de segurança (AIS) 2 que, por sua vez, compreende os seguintes bairros de Fortaleza: Conjunto Ceará I e II, Genibaú, Granja Portugal, Bom Jardim, Granja Lisboa e Siqueira, bairros considerados perigosos dentro de uma perspectiva institucional.

A amostra apresentada se perfaz dentro do levantamento líquido de ocorrências registradas pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social na AIS 2, limitada aos anos de 2017 a 2019, diante da alteração geográfica de abrangência de cada AIS ocorrida a partir do ano de 2017. Foram utilizadas informações fornecidas pelo Sistema de Informações Policiais da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SIP/SSPDS).

A partir dos referidos dados, é possível construir uma base comparativa sobre os índices de criminalidade e violência na área que integra a ZEIS Bom Jardim, de forma a apresentar uma série histórica para orientar as avaliações das políticas de prevenção e de segurança urbana, dentro da finalidade que se propõe o Plano de Regularização Fundiária de Fortaleza, no tocante à geração de trabalho e renda.

Para efeito de categorização de dados, têm-se como referência cinco categorias:

a) Mortes Violentas (homicídios, lesão corporal seguida de morte, infanticídio, aborto provocado e/ou induzido, suicídio, induzimento ao suicídio, morte no trânsito, outras mortes acidentais e outros crimes contra a vida);

b) Crimes Violentos contra o Patrimônio - Roubos (Subtração do bem segurado mediante grave ameaça ou violência à pessoa), subdivididos em:

*CVP 1 - roubo à pessoa, roubo de documentos e outros roubos que não estão incluídos no CVP 2, exceto latrocínio, e

**CVP 2 - roubo à residência, roubo com restrição de liberdade da vítima, roubo de carga e roubo de veículos, exceto latrocínio.

c) Furtos (Difere do roubo por ser praticado sem emprego de violência contra a pessoa ou grave ameaça);

d) Apreensão de armas de fogo;

e) Crimes Sexuais.

O crescimento da violência e da criminalidade, além de gerar insegurança e instabilidade, faz com que a sociedade se sinta suscetível a ameaças e torne-se refém do medo, reforçando os estereótipos, as barreiras sociais, os preconceitos e a não-aceitação das diferenças socioculturais.

A partir desses breves conceitos, é possível tracejar um panorama acerca da criminalidade e violência na ZEIS Bom Jardim, tendo como referência os registros de ocorrências da base de dados da SSPSD.

4.2.1 Indicadores de criminalidade

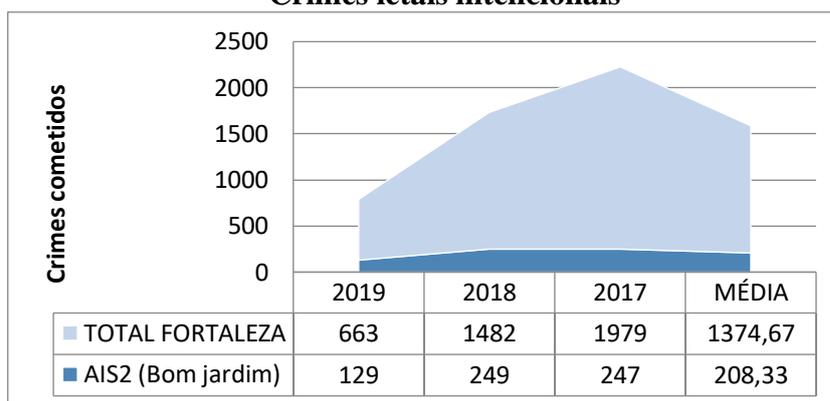
a) Crimes violentos letais intencionais

Os crimes violentos letais intencionais se constituem como uma categoria que abrange crimes de homicídios, lesão corporal seguida de morte, infanticídio, aborto provocado e/ou induzido, suicídio, induzimento ao suicídio, morte no trânsito, outras mortes acidentais e outros crimes contra a vida.

No que se refere à evolução desse indicador, na região da ZEIS Bom Jardim, observou-se uma redução desse tipo de criminalidade dentro da série estatística trienal observada. A redução entre os anos de 2017 a 2019 foi de 41%, conforme se apresenta no gráfico a seguir, tendo como média a quantidade de 208,33 registros por ano. Todavia,

quando se compara o percentual desses crimes cometidos na AIS 2, em relação ao município de Fortaleza, dentro da faixa trienal observada, percebe-se que houve um aumento no número de ocorrências, eis que, no ano de 2019, o percentual desses tipos de crimes registrados na AIS 2 foi de 19,45%, em relação a toda Fortaleza, em comparação ao percentual dos mesmos crimes no ano de 2017, que foi de 12,48%.

Figura 7 – Gráfico Violência no Bom Jardim/Fortaleza – Crimes letais intencionais



Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 2020 (Elaboração própria).

b) Crimes violentos contra o patrimônio * CVP1

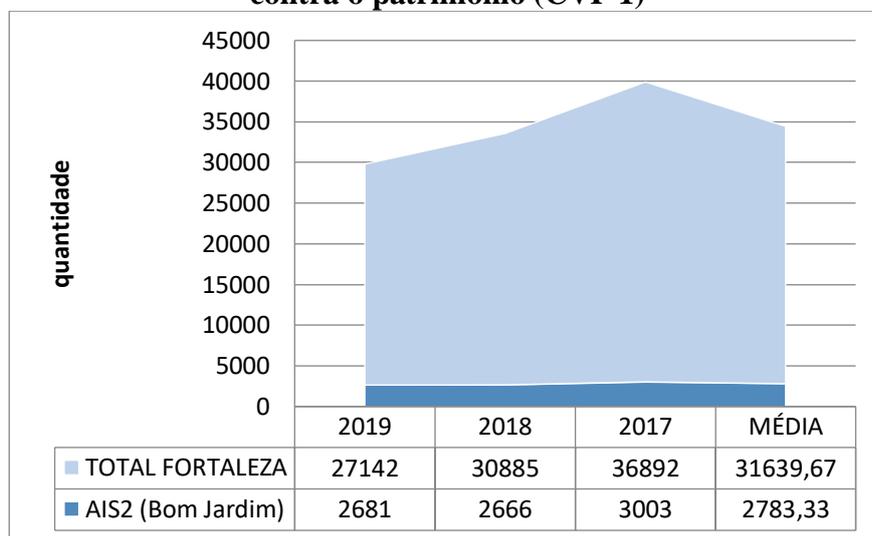
Os crimes violentos contra o patrimônio, dentro da categoria CVP1, constituem-se como uma categoria que abrange crimes de roubo à pessoa, roubo de documentos e outros roubos que não estão incluídos no CVP 2, exceto latrocínio.

Trata-se de posturas em que o bem protegido pela conduta de outrem é o patrimônio da pessoa física, caracterizada pelo uso da violência. Caracterizam-se como crimes que geram, na sociedade, insegurança por ausência ou carência de policiamento preparado em zonas de alto risco. No que se refere à evolução desse indicador, na região da ZEIS Bom Jardim, observou-se uma pequena redução desse tipo de criminalidade dentro da série estatística trienal observada. A redução entre os anos de 2017 a 2019 foi de 70,72%, conforme se apresenta no gráfico a seguir, tendo como média a quantidade de 2783,33 registros por ano.

O referido indicador, porém, quando comparado ao percentual desses crimes cometidos na AIS 2, em relação ao município de Fortaleza, dentro da faixa trienal observada, percebe-se que houve um aumento no número de ocorrências, eis que, no ano de 2019, o percentual desses tipos de crimes registrados na AIS 2 foi de 9,87%, em relação a toda

Fortaleza, em comparação ao percentual dos mesmos crimes no ano de 2017, que foi de 8,13%.

Figura 8 – Gráfico Ocorrência de crimes violentos contra o patrimônio (CVP 1)



Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 2020. Elaboração própria.

c) Crimes violentos contra o patrimônio ** CVP2

Os crimes violentos contra o patrimônio, dentro da categoria CVP2, constituem-se como uma categoria que abrange crimes de roubo à residência, roubo com restrição de liberdade da vítima, roubo de carga e roubo de veículos, exceto latrocínio.

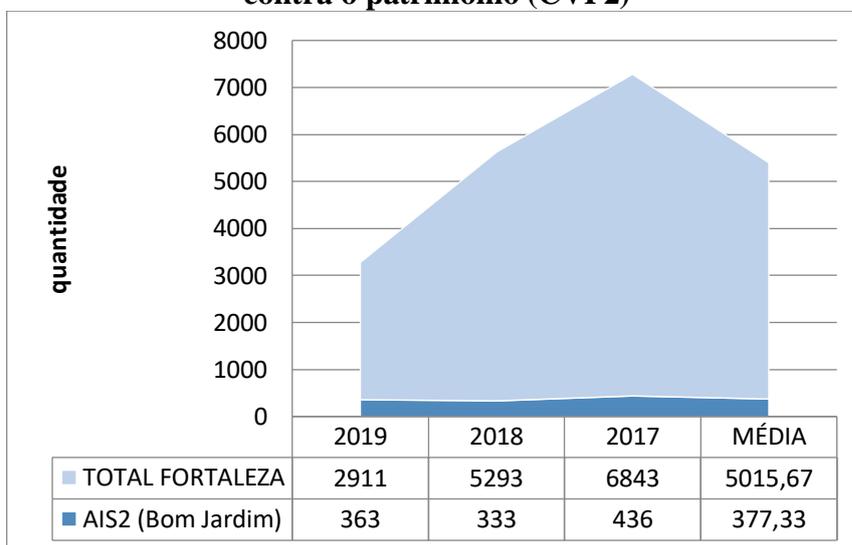
Trata-se de posturas em que o bem protegido pela conduta de outrem é o patrimônio da pessoa física ou jurídica, resguardada em imóveis (casas, empresas etc.) caracterizada pelo uso da violência. Configuram-se como crimes que geram, na sociedade, sentimento de insegurança por ausência ou carência de policiamento preparado em zonas de alto risco e pelo alto índice de violência física impetrada pelos criminosos.

No que se refere à evolução desse indicador, na região da ZEIS Bom Jardim, observou-se uma pequena redução desse tipo de criminalidade dentro da série estatística trienal observada. A redução entre os anos de 2017 a 2019 foi de 16,74%, conforme se apresenta no gráfico a seguir, tendo como média a quantidade de 377,33 registros por ano.

O referido indicador, porém, quando comparado o percentual desses crimes cometidos na AIS 2, em relação ao município de Fortaleza, dentro da faixa trienal observada, indica o aumento no número de ocorrências, eis que, no ano de 2019, o percentual desses

tipos de crimes registrados na AIS 2 foi de 12,46%, em relação a toda Fortaleza, em comparação ao percentual dos mesmos crimes no ano de 2017, que foi de 6,37%.

Figura 9 – Gráfico Ocorrência de crimes violentos contra o patrimônio (CVP2)



Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 2020. Elaboração própria.

d) Crimes de Furto

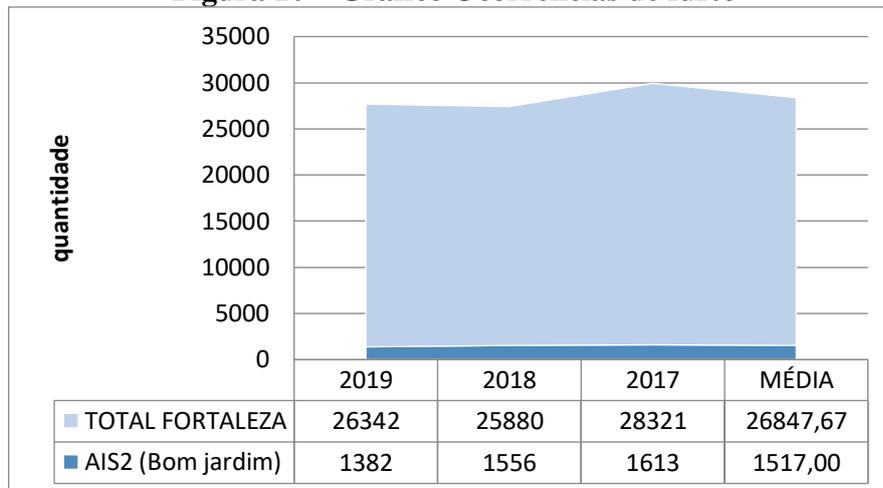
Os crimes de furto se constituem como uma categoria que, por sua vez, diferem do roubo por ser praticado sem emprego de violência contra a pessoa ou grave ameaça.

Essas posturas indicam que o bem protegido pela conduta de outrem ainda é o patrimônio da pessoa física ou jurídica, porém referida conduta criminosa não é caracterizada pelo uso da violência. Também se configuram como crimes que geram, na sociedade, sentimento de insegurança e impunidade, por serem de difícil solução.

No que se refere à evolução desse indicador, na região da ZEIS Bom Jardim, observou-se uma pequena redução desse tipo de criminalidade, dentro da série estatística trienal observada. A redução entre 2017 e 2019 foi de 14,32%, conforme se apresenta no gráfico a seguir, tendo como média a quantidade de 1517 registros por ano.

O referido indicador, porém, quando comparado o percentual desses crimes cometidos na AIS 2, em relação ao município de Fortaleza, dentro da faixa trienal observada, indica uma inexpressiva redução no número de ocorrências, eis que, no ano de 2019, o percentual desses tipos de crimes registrados na AIS 2 foi de 5,24%, em relação a toda Fortaleza, em comparação ao percentual dos mesmos crimes no ano de 2017, que foi de 5,69%.

Figura 10 – Gráfico Ocorrências de furto



Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 2020. Elaboração própria.

e) Crimes de apreensão de armas de fogo

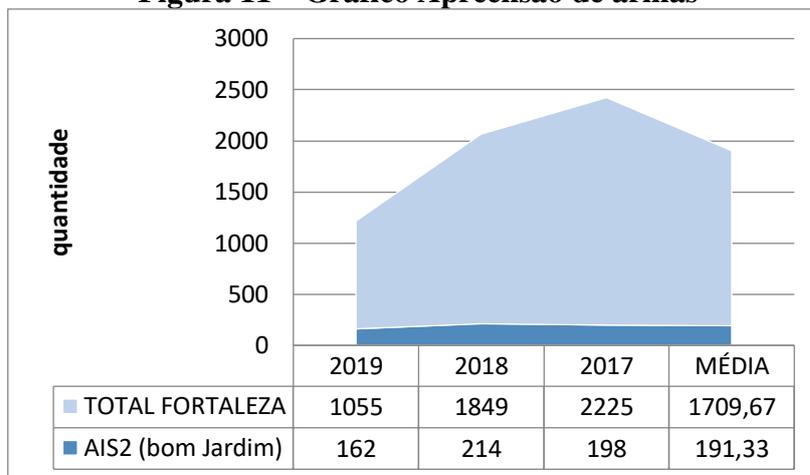
Os crimes tratados neste indicador referem-se à apreensão das armas de fogo, portadas por pessoas sem a regularização de porte ou a inexistência de documento probatório da regularidade da arma.

Trata-se, portanto, de uma medida que visa preservar a columidade pública, evitando o potencial risco à sociedade com a posse por pessoas não autorizadas de armas de fogo irregulares ou de forma indevida. Também pode ser categorizado como crime relacionado com a prática de outros como o roubo ou o homicídio.

No que se refere à evolução desse indicador, na região da ZEIS Bom Jardim, observou-se uma pequena redução desse tipo de criminalidade, dentro da série estatística trienal observada. A redução entre 2017 e 2019 foi de 18,18%, conforme se apresenta no gráfico a seguir, tendo como média a quantidade de 191,33 registros por ano.

O referido indicador, porém, quando comparado o percentual desses crimes cometidos na AIS 2, em relação ao município de Fortaleza, dentro da faixa trienal observada, indica um aumento no número de ocorrências. Destaca-se que, no ano de 2019, o percentual desses tipos de crimes registrados na AIS 2 foi de 15,35%, em relação a Fortaleza, em comparação ao percentual dos mesmos crimes no ano de 2017, que foi de 8,89%.

Figura 11 – Gráfico Apreensão de armas



Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 2020. Elaboração própria.

e) Crimes sexuais

Os crimes tratados nesse indicador referem-se a todos os registros de vítimas afetadas por condutas relacionadas ao constrangimento, abuso ou violência de cunho sexual.

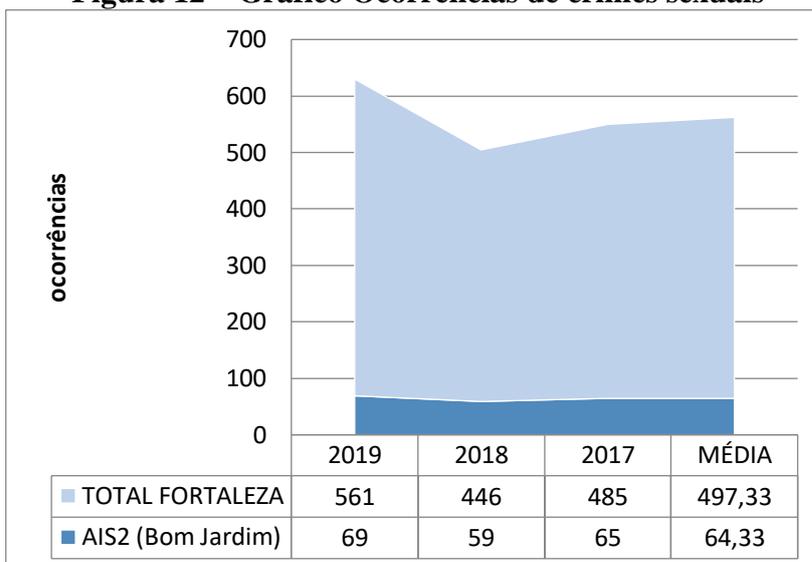
Por serem crimes que se relacionam com questões sociais ligadas, em sua maioria, à questão de gênero, representa um forte indicador para atuação de políticas públicas na salvaguarda da sociedade, tanto no que concerne ao papel repressivo, quanto educativo.

Embora a lei não faça distinção de gênero, no que concerne a esse tipo de crime, em sua maioria, apresenta-se como um crime cometido contra as mulheres.

No que se refere à evolução desse indicador, na ZEIS Bom Jardim, observou-se um aumento desse tipo de criminalidade dentro da série estatística trienal observada. O aumento ocorreu entre os anos de 2017 e 2019 foi 6,15%, conforme se apresenta no gráfico a seguir, tendo como média a quantidade de 64,33 registros por ano.

Esse indicador, porém, quando comparado o percentual desses crimes cometidos na AIS 2, em relação ao município de Fortaleza, dentro da faixa trienal observada, indica uma leve redução no número de ocorrências, observando-se que, no ano de 2019, o percentual desses tipos de crimes registrados na AIS 2 foi de 12,29%, em relação a Fortaleza, em comparação ao percentual dos mesmos crimes no ano de 2017, que foi de 13,40%.

Figura 12 – Gráfico Ocorrências de crimes sexuais

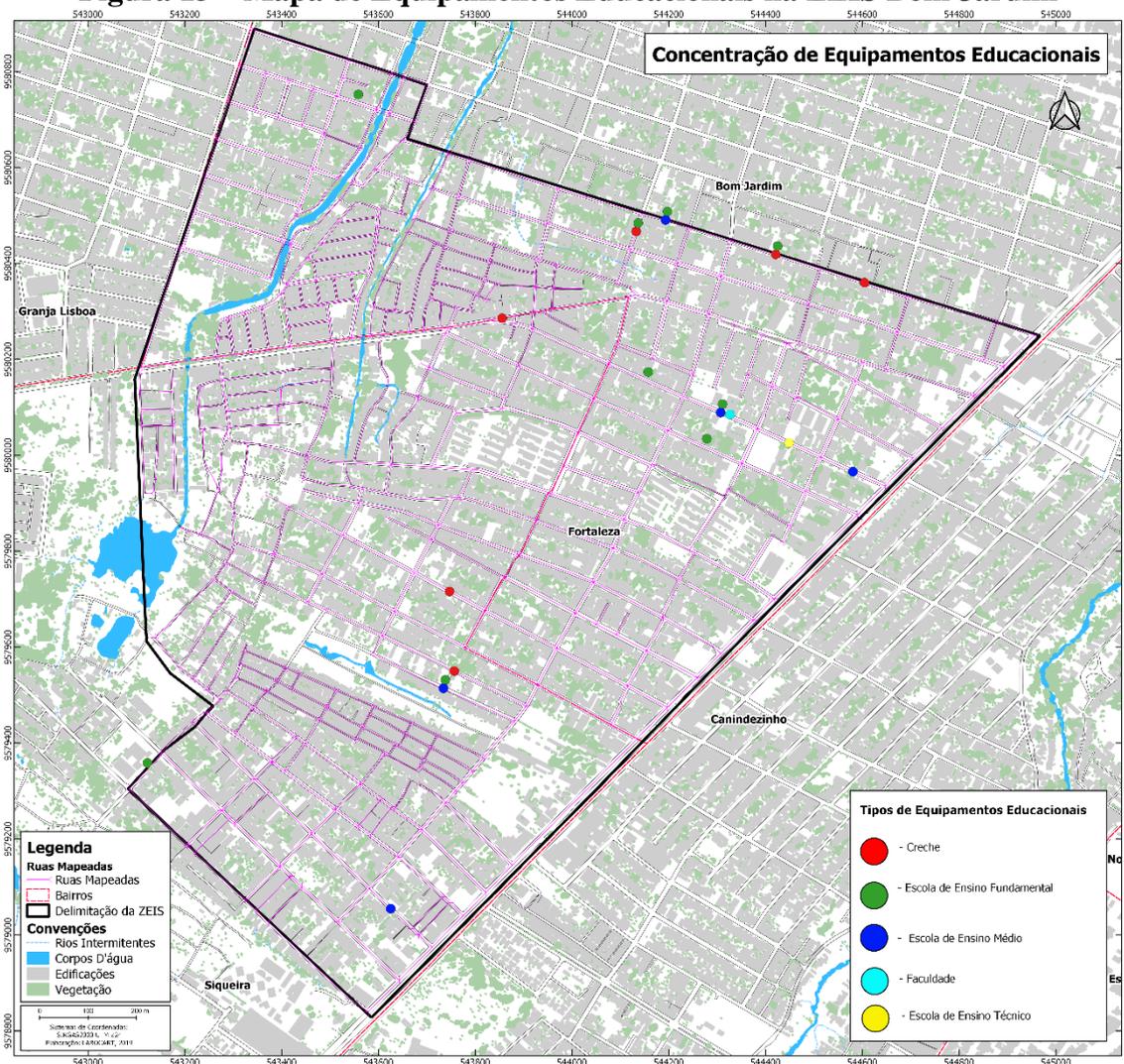


Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 2020. Elaboração própria

4.2.2 Algumas estratégias de enfrentamento

Do ponto de vista das políticas públicas de enfrentamento à situação apresentada com relação aos índices de violência do Grande Bom Jardim, o bairro foi escolhido como uma das áreas prioritárias do *Programa Ceará Pacífico*, implementado pelo Governo do Estado. As soluções para o problema da violência urbana, além de uma dimensão relacionada com a segurança pública, devem ser buscadas em outros temas prioritários, como educação, trabalho e renda etc. Cabe, nesse caso, observar a baixa concentração de equipamentos educacionais na ZEIS Bom Jardim, como se pode ver na Figura 13, que tem como base informações levantadas na etnografia rua a rua realizada no contexto do PIRF-UFC.

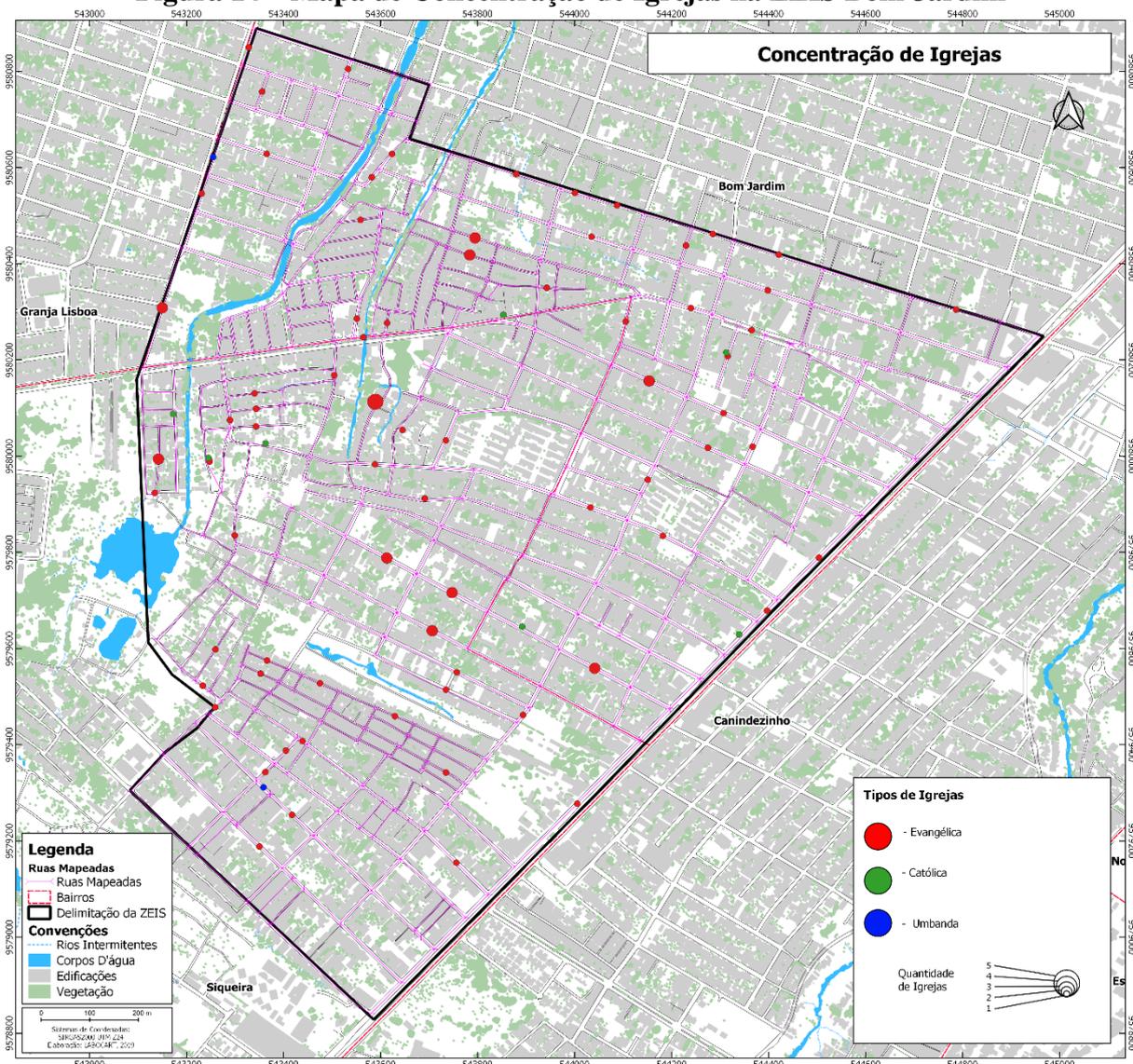
Figura 13 – Mapa de Equipamentos Educacionais na ZEIS Bom Jardim



Fonte: Etnografia rua a rua PIRF-UFC, 2019.

Salta aos olhos, em comparação com a quantidade de equipamentos educacionais, o elevado número de igrejas (Figura 14) localizadas na ZEIS Bom Jardim. Essas últimas, como já se falou, foram identificadas por 22% dos/as entrevistados/as na pesquisa como as instituições que mais apoiam a comunidade.

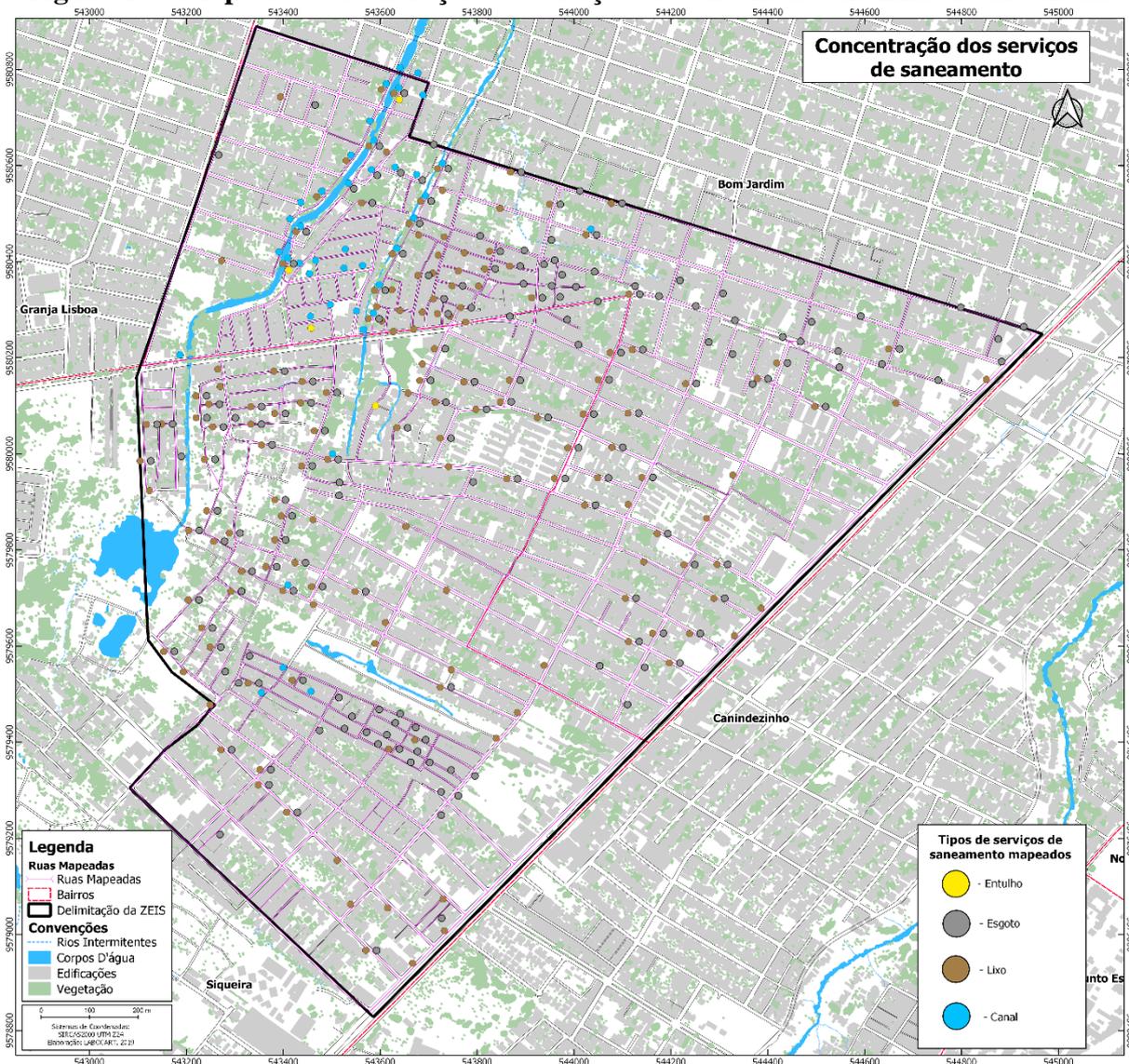
Figura 14 – Mapa de Concentração de Igrejas na ZEIS Bom Jardim



Fonte: Etnografia rua a rua PIRF-UFC, 2019.

Ressalte-se, aqui, a capacidade de organização de eventos por igrejas e escolas (entre eles, cultos, missas, quermesses, cursos, gincanas, feiras escolares etc.). Nesse rol, também se deve destacar os coletivos de arte e cultura, que, juntamente com as instituições citadas acima, realizam funções de formação educacional e cultural. A violência urbana, por sua vez, conforme tratado anteriormente, cria dificuldades à realização desses eventos, bem como às atividades formativas a eles relacionadas. Na mesma direção, situa-se a precariedade dos serviços de saneamento básico, visto que a saúde da população tende a se degradar, na medida em que se recorre, por exemplo, à deposição de efluentes em canais, como se observa na ZEIS Bom Jardim, de acordo com a Figura 15, a seguir.

Figura 15 – Mapa de Concentração de Serviços de Saneamento na ZEIS Bom Jardim

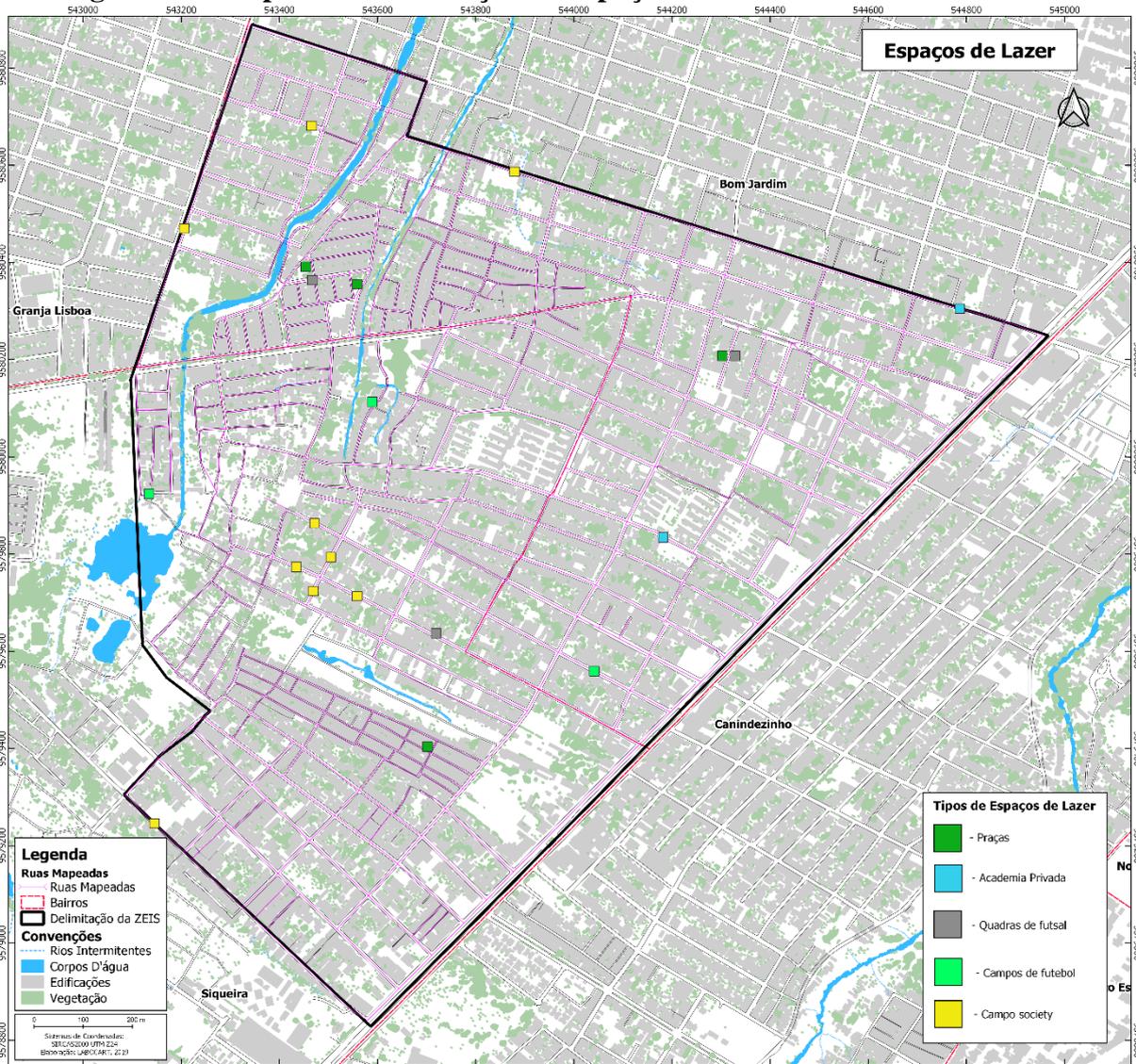


Fonte: Etnografia rua a rua PIRF-UFC, 2019.

Com isso, a participação do Estado na geração de políticas de segurança pública e saneamento básico, não esquecendo outras dimensões urbanas infraestruturais, como a própria regularização fundiária (num sentido mais estrito), situa-se como pré-condição à geração de trabalho e renda, da mesma forma que essa última se coloca como elemento fundamental ao êxito das primeiras e, por isso mesmo, serão tratadas de forma integrada. Tais políticas, tomadas como um primeiro eixo do processo de desenvolvimento econômico, serão analisadas com o devido detalhamento nos Planos 5 (Urbanístico) e 7 (Participação Comunitária e Desenvolvimento Social) do PIRF/UFC. Além do papel aqui referido dessas políticas na geração de trabalho e renda, pode-se destacar que a própria implementação das mesmas já se coloca como um estímulo à economia local, podendo esse último aspecto ser fortalecido através da contratação, sempre que possível, de mão de obra e produtos/serviços

locais. Ressalte-se, ainda no que diz respeito à infraestrutura local, o déficit de espaços de lazer da ZEIS Bom Jardim, como se pode observar na figura que segue.

Figura 16 – Mapa de Concentração de Espaços de Lazer na ZEIS Bom Jardim



Fonte: Etnografia rua a rua PIRF-UFC, 2019.

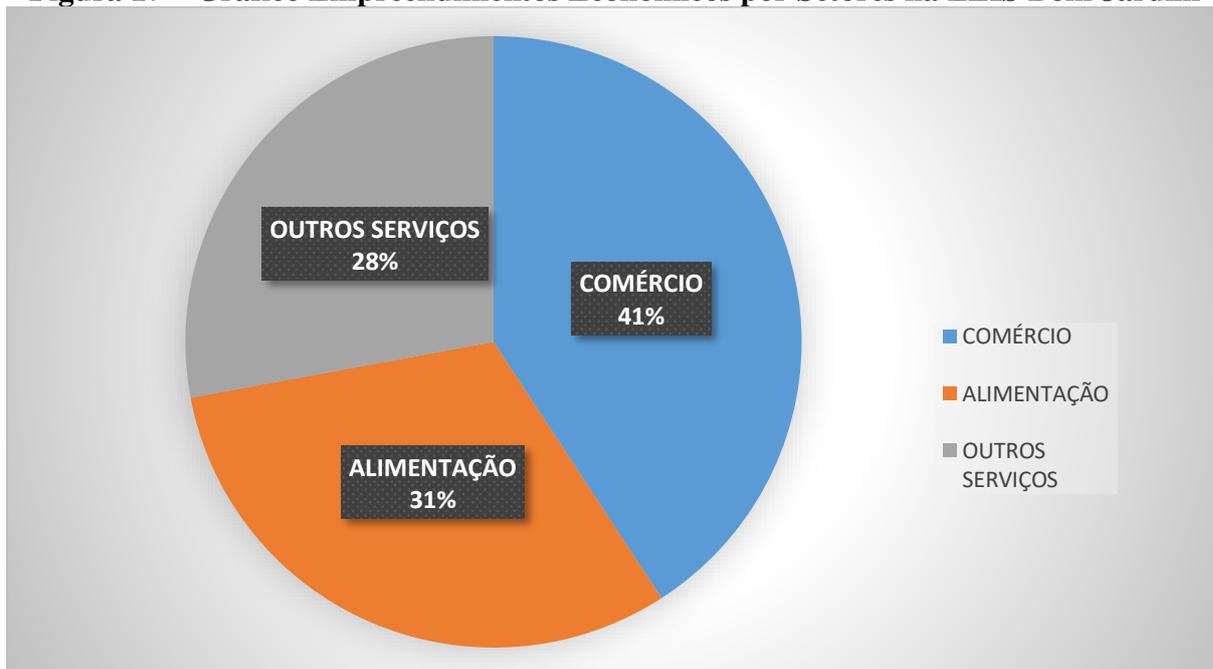
As considerações, até esse momento, no que diz respeito ao primeiro eixo geral do plano de geração de trabalho e renda aqui reunido, também se aplicam à infraestrutura de lazer apresentada acima, com ênfase para a importância desse segmento em termos da constituição de uma população saudável e vigorosa – centralmente necessária ao desenvolvimento econômico e social.

Com relação ao segundo eixo da proposta, há de se destacar o papel da formação educacional e cultural da população, ainda mais tendo em vista a centralidade do conhecimento científico e tecnológico para a produção de inovações, as quais assumem papel

decisivo na viabilidade econômica dos empreendimentos, da mesma forma que a produção cultural ganha importância como atividade econômica no contexto global, com destaque para Fortaleza ter sido escolhida, recentemente, pela Organização das Nações Unidas, como uma das 10 cidades criativas do mundo, o que abre espaço ainda maior para o estímulo à cultura no que se refere à geração de trabalho e renda.

Nessa direção, deve-se observar a natureza das atividades econômicas existentes na ZEIS Bom Jardim, bem como a interação das mesmas com os eixos gerais aqui considerados, particularmente, o eixo de formação cultural e educacional. Ressalte-se, em primeiro lugar, a distribuição dos empreendimentos econômicos presentes na ZEIS Bom Jardim por setores, conforme se apresenta na Figura 17, abaixo, que enfatiza a existência de 41% de empreendimentos relacionados ao comércio, 31% a atividades de alimentação e 28% a outros serviços, estando, portanto, a economia da ZEIS relacionada ao setor de serviços.

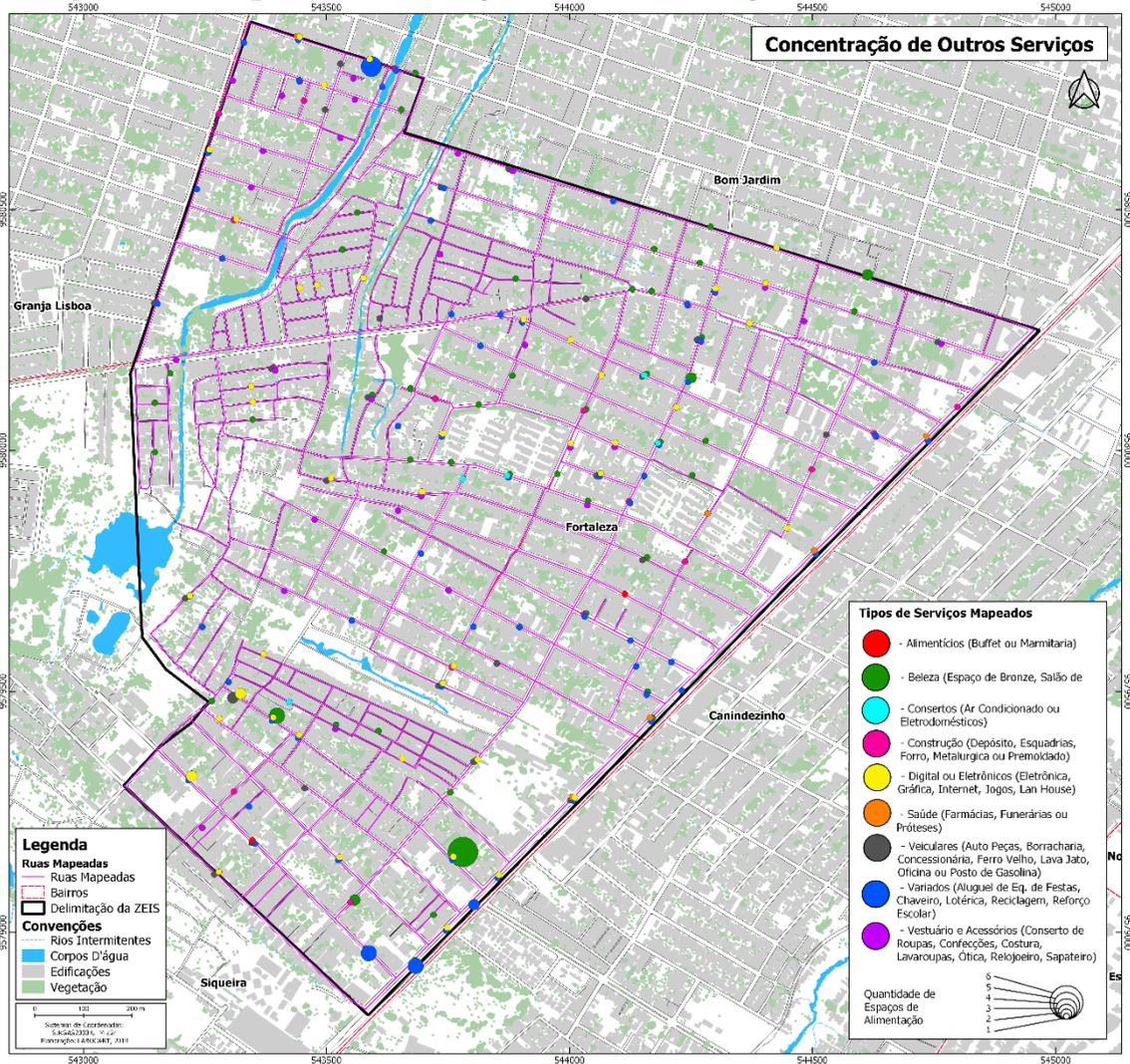
Figura 17 – Gráfico Empreendimentos Econômicos por Setores na ZEIS Bom Jardim



Fonte: Etnografia rua a rua PIRF-UFC, 2019.

Já a Figura 18 chama atenção para a concentração espacial dos Outros Serviços na ZEIS Bom Jardim.

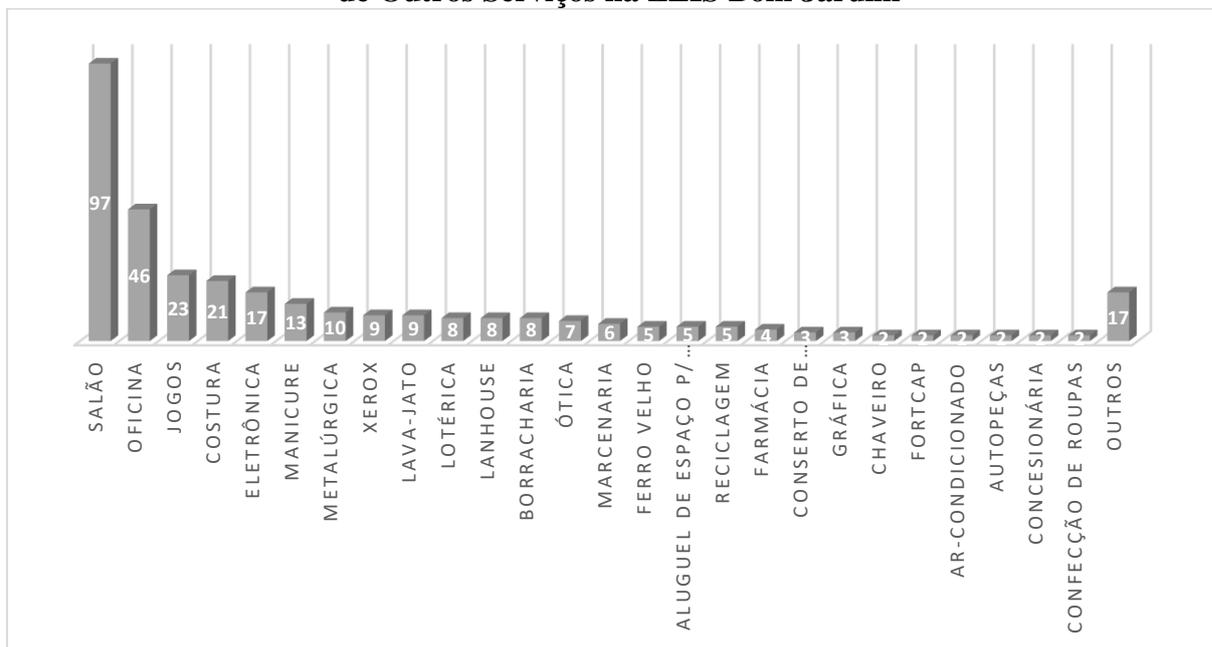
Figura 18 – Mapa de Concentração de Outros Serviços na ZEIS Bom Jardim



Fonte: Etnografia rua a rua PIRF-UFC, 2019.

Note-se que a estrutura de serviços em questão é influenciada, em primeiro lugar, por serviços de beleza e, em ordem decrescente de importância quantitativa, por oficinas, jogos, costura, eletrônica, manicure, metalúrgica, xerox, lava-jato, lotérica, *lan house*, borracharia, ótica, entre outros, de acordo com a Figura 19, a seguir. Em geral, essas atividades se mostram bastante sensíveis aos estímulos de uma política de geração de trabalho e renda baseada na formação cultural e educacional (da educação infantil a níveis mais elevados – superior e profissional), que culmine com a realização de eventos culturais, de lazer, esportivos e educacionais, os quais devem oferecer, além de espaços para a comercialização dos produtos/serviços localmente produzidos, a oportunidade de elevar o nível de escolaridade e cultura da ZEIS – inclua-se, nesse aspecto, a organização comunitária.

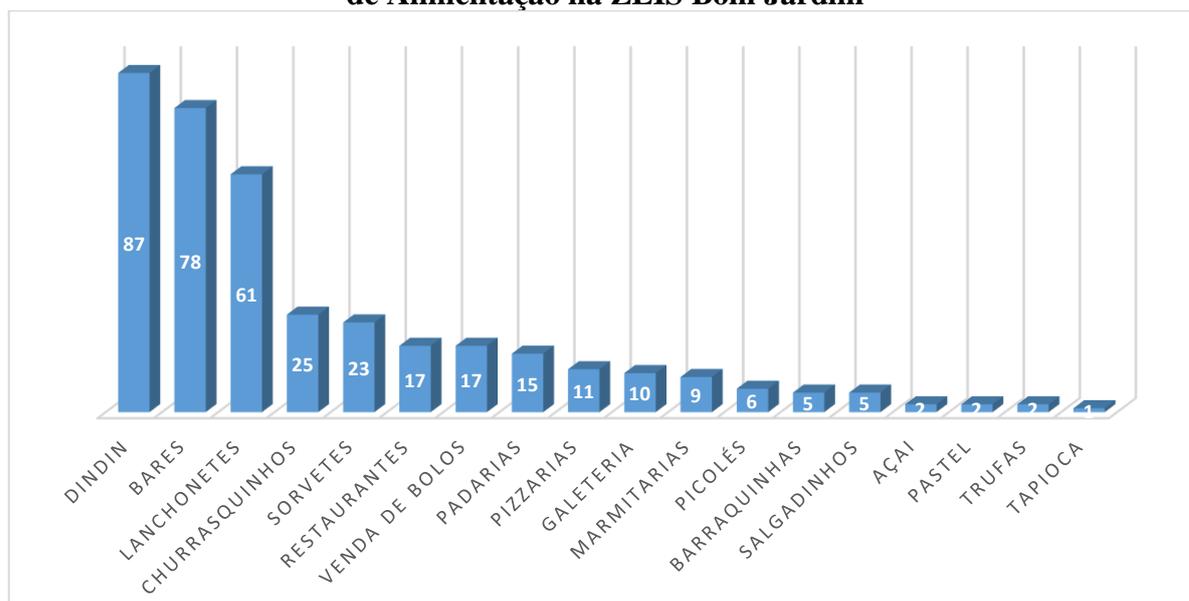
Figura 19 – Gráfico Empreendimentos Econômicos do Setor de Outros Serviços na ZEIS Bom Jardim



Fonte: Etnografia rua a rua PIRF-UFC, 2019.

Em se tratando das atividades do segmento de alimentação da ZEIS Bom Jardim, a Figura 20, que segue, reúne as principais ocorrências, com destaque para a produção de dindim, bares, lanchonetes, churrasquinhos, sorvetes, além de restaurantes, venda de bolos, padarias etc.

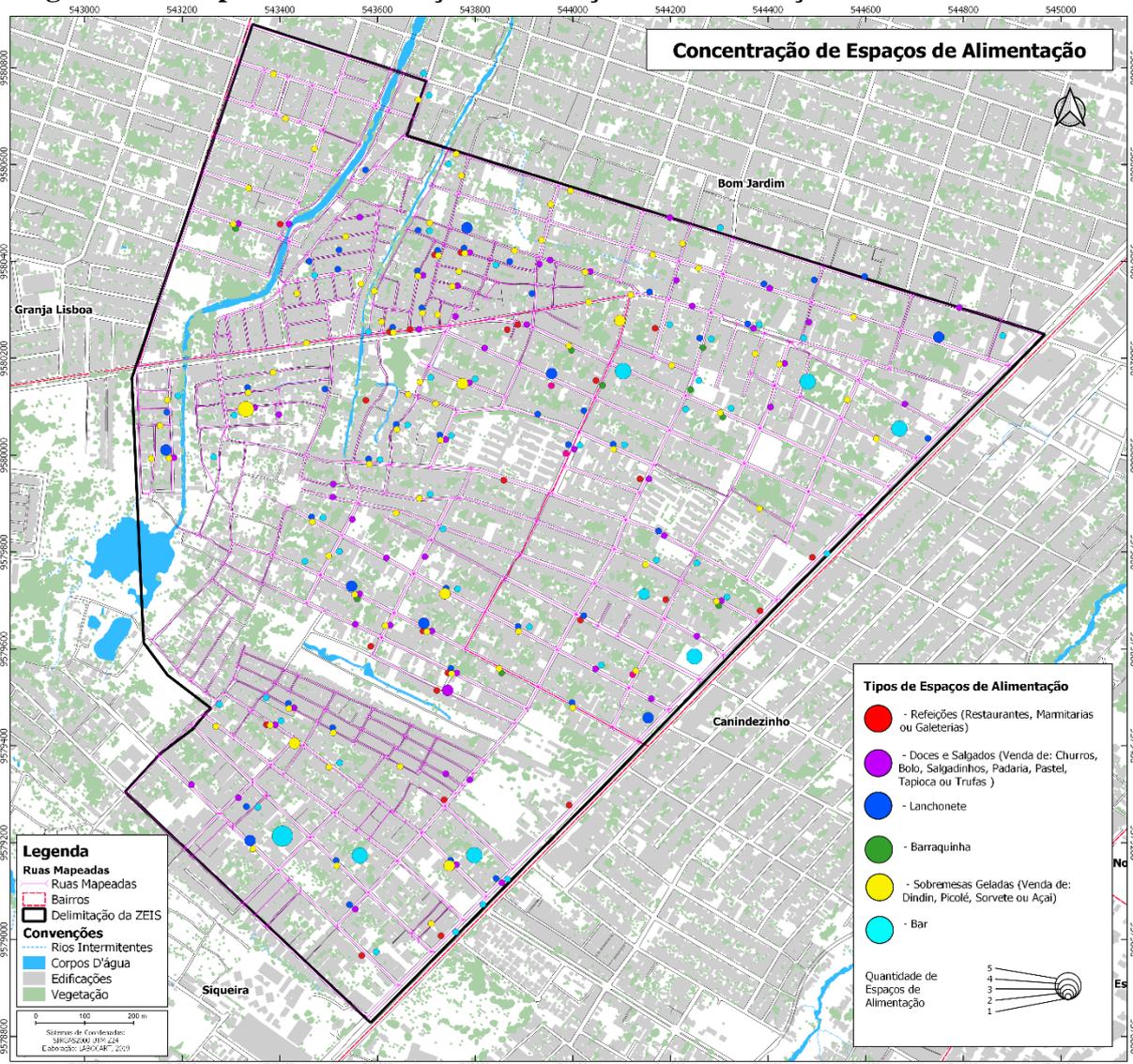
Figura 20 – Gráfico Empreendimentos Econômicos do Setor de Alimentação na ZEIS Bom Jardim



Fonte: Etnografia rua a rua PIRF-UFC, 2019.

Já a Figura 21 chama atenção para a concentração espacial de serviços de alimentação na ZEIS.

Figura 21 – Mapa de Concentração de Serviços de Alimentação na ZEIS Bom Jardim



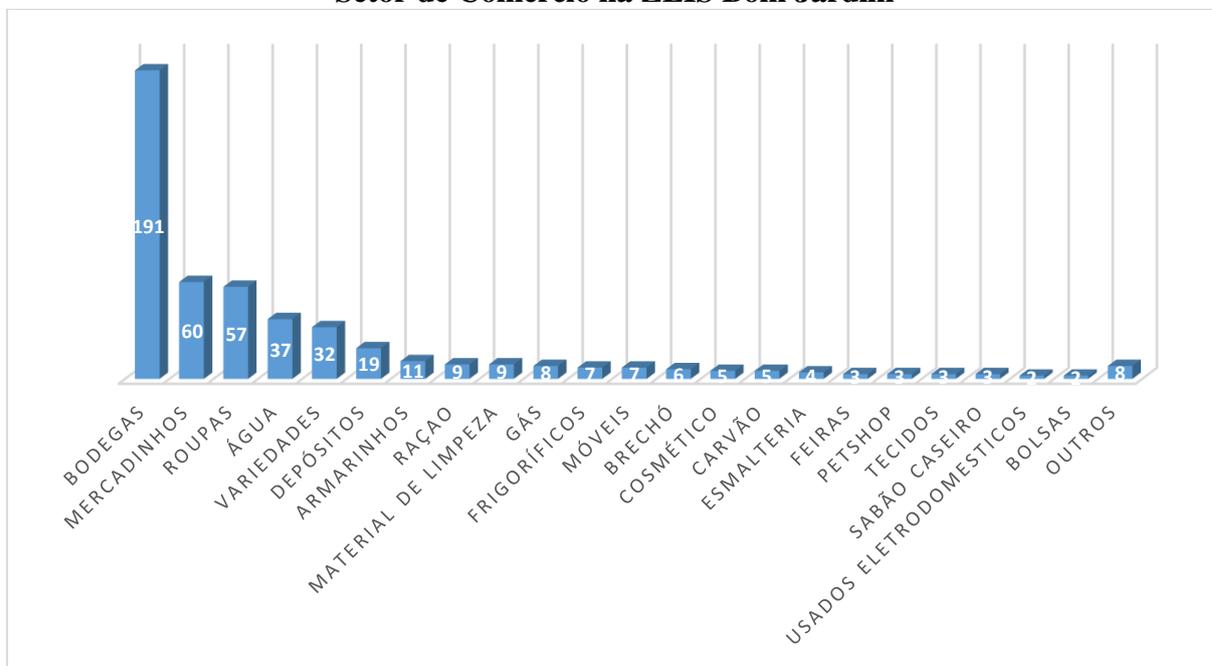
Fonte: Etnografia rua a rua PIRF-UFC, 2019.

Com parcerias firmadas com instituições como a UFC e algumas entidades do terceiro setor, visando à formação profissional, esse setor poderá se beneficiar tanto por meio do apoio a atividades formativas, como da realização de eventos culturais, de lazer e educacionais, resultando, ao mesmo tempo, em um nível mais elevado de capital humano e social, como da oportunidade proporcionada pelos referidos eventos à comercialização dos produtos/serviços da ZEIS Bom Jardim.

Considere-se, finalmente, as atividades de comércio da ZEIS Bom Jardim, cujo quantitativo encontra-se especificado na Figura 22, a seguir, com ênfase para bodegas,

seguidas por mercadinhos, comércio de roupas, água, variedades, depósitos, armarinhos, entre outros.

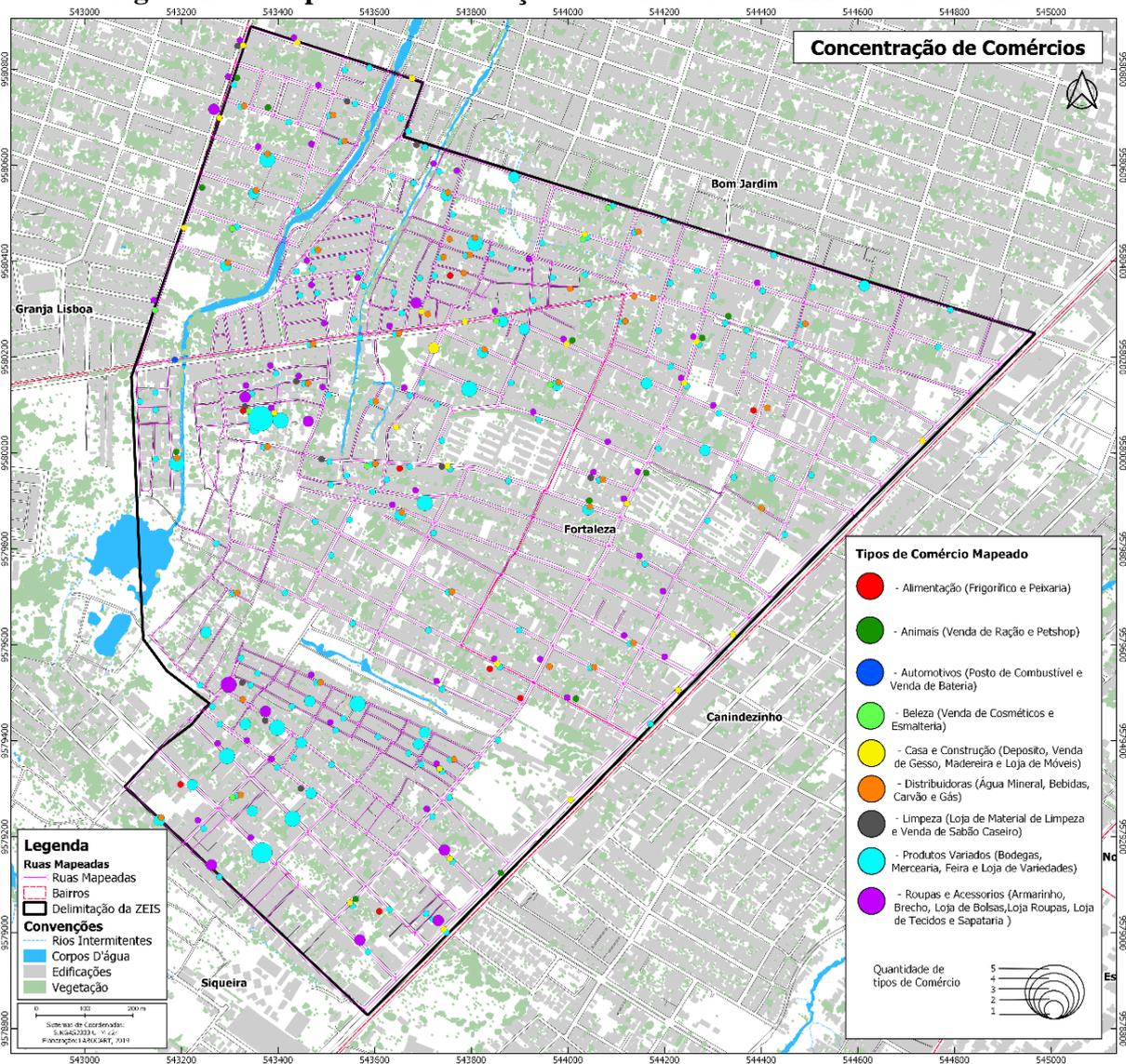
Figura 22 – Gráfico de Empreendimentos Econômicos do Setor de Comércio na ZEIS Bom Jardim



Fonte: Etnografia rua a rua PIRF-UFC, 2019.

A distribuição espacial dos empreendimentos comerciais da ZEIS Bom Jardim pode ser observada na Figura 23, a seguir.

Figura 23 – Mapa de Concentração de Comércios na ZEIS Bom Jardim



Fonte: Etnografia rua a rua PIRF-UFC, 2019.

Observe-se, finalmente, a importância dos segmentos econômicos ligados a Serviços, de maneira geral, na ZEIS Bom Jardim, que teriam relação direta com as atividades econômicas resultantes de uma política fortemente inspirada na formação cultural e educacional, incluindo a realização de atividades culturais, de lazer, esportivas e educacionais.

Uma política dessa natureza deve ser, ademais, complementada pela identificação dos efeitos da geração de trabalho e renda na ZEIS em termos de consumo, ao passo que a população há se organizar também nessa dimensão, por exemplo, através de cooperativas de consumo, estímulo ao consumo local etc. A organização financeira solidária também tende a reforçar o desenvolvimento local. Ao passo que essas últimas dimensões (consumo e finanças solidárias) conformam um terceiro eixo geral do plano de geração de trabalho e renda da ZEIS Bom Jardim.

A participação do poder público, nesse caso, há de ser orientada, em princípio, mediante a realização de atividades de formação e sensibilização, relacionadas ao segundo eixo aqui reunido, criando, simultaneamente, oportunidades de comércio, consumo e finanças solidárias.

Realizada a caracterização da ZEIS Bom Jardim, e definidos os pilares gerais do plano de geração de trabalho e renda do território, serão apresentados os resultados das oficinas realizadas pela equipe de Economia do PIRF/UFC, das quais participaram alguns dos segmentos econômicos mais representativos da ZEIS em questão. Serão, então, elencadas as propostas específicas para o fortalecimento de cada segmento, sendo esse o quarto eixo do Plano, a partir do qual serão sintetizadas propostas de ação, particularmente, na Matriz de Planejamento de ações de geração de trabalho e renda na ZEIS Bom Jardim.

4.3 Diagnóstico e planejamento dos Arranjos Produtivos na ZEIS Bom Jardim

As populações de áreas periféricas das grandes cidades brasileiras têm enfrentado as precárias condições de vida e trabalho, sobretudo, conforme se ampliam as desigualdades econômicas e sociais. Tais fenômenos vêm levando a crises urbanas e ambientais crescentes, com reflexos para a economia. É importante criar condições para que os/as empreendedores/as da ZEIS Bom Jardim desenvolvam, ainda mais, o seu trabalho, de modo a viabilizar, com apoio do poder público, a produção de renda suficiente para se viver com mais qualidade.

O presente item apresenta os resultados das quatro oficinas realizadas entre setembro e dezembro de 2019, com integrantes dos arranjos produtivos, a saber: i) Artesanato, ii) Beleza, iii) Confeção e, trabalhados de forma articulada, os segmentos de iv) Comércio e Alimentação e v) Marcenaria e Metalurgia, perfazendo, assim, cinco arranjos produtivos.

4.3.1. Sumário do Plano de Negócios do Arranjo Produtivo do Artesanato

I. Apresentação

Em relação ao artesanato, importa destacar que essa atividade, além de tradicional, com saberes passados de geração em geração, é fortemente exercida por mulheres, tendo em vista a possibilidade de conciliação com as atividades domésticas, representando, assim, um estímulo à autonomia econômica deste público, tendo em vista os desafios de

inserção econômica das mulheres das camadas populares da sociedade, notadamente, aquelas com filhos ainda pequenos ou aquelas responsáveis pelos trabalhos de cuidado com familiares idosos ou com alguma deficiência. Nesse sentido, é preciso reconhecer o relevante papel social e organizativo desse arranjo produtivo, além do potencial de geração de trabalho e renda, diante do qual o poder público deve fomentar com políticas públicas adequadas e efetivas.

II. Histórico do arranjo produtivo

O artesanato é um arranjo produtivo ainda não muito difundido no Bom Jardim, mas as artesãs locais do setor mostram-se bastante atuantes em seus ofícios. A atividade é desenvolvida majoritariamente por mulheres, que possuem vasta experiência com trabalhos manuais. Todas as empreendedoras presentes relataram desenvolver a referida atividade há muitos anos, sendo que muitas delas aprenderam com suas mães na infância e levaram adiante o trabalho.

Um fato comum identificado entre as empreendedoras é dado pela atuação do setor se constituir em uma fonte secundária de renda. Assim, muitas das artesãs participantes das oficinas ou são aposentadas ou possuem alguma outra atividade, sendo o artesanato um complemento para a renda familiar. Dessa forma, os trabalhos manuais são realizados em suas próprias residências, sendo, portanto, conciliados com as tarefas domésticas. O mesmo ocorre com a comercialização dos produtos em feiras ou realizada diretamente pelas artesãs, principalmente com a divulgação popularmente denominada de “boca a boca” na vizinhança. O maior anseio entre as empreendedoras do segmento em questão é a possibilidade de articulação e ampliação da participação em feiras e eventos para ampliar as vendas e a divulgação de seus produtos.

III. Descrição dos produtos/serviços

As/os empreendedoras/es do ramo do artesanato se concentram na comunidade São Vicente, localizada nas proximidades de uma igreja com o mesmo nome. A produção de bonecas se destaca como aquela com maior expressão produtiva, seguida pela produção de artigos de decoração, chaveiros, além de bordados à mão e em crochê. No quadro 3, identifica-se alguns dos produtos com sua respectiva descrição. Os artigos para decoração em

geral e para datas comemorativas como Natal, Páscoa e Carnaval, também possuem importante participação no arranjo, sendo o único que é resultante de uma produção coletiva. Essa categoria é demandada por uma empresa local com periodicidade.

Quadro 3 - Produtos que compõem o arranjo produtivo do Artesanato

PRODUTO	DESCRIÇÃO
Bonecas	Bonecas de pano com diversos tamanhos e formatos
Bordados a mão e em crochê	São bordados e pinturas, assim como crochê.
Chaveiros	Produzidos com sobras de tecido e outros materiais recicláveis
Artigos para decoração com material reciclado	São artigos para decoração da casa em geral, bem como peças especiais para natal e outras festas comemorativas.

Fonte: Dados levantados nas oficinas do PIRF, 2019.

Embora a ZEIS Bom Jardim possua grande extensão territorial e diversidade no comércio, as/os artesãs/os trabalham com fornecedores de outro bairro, no caso o Centro da cidade. As/os empreendedoras/es afirmam que o número de comércios concentrados no Centro contribui para encontrarem melhores preços. Esse fator aumenta o custo do produto e causa o escoamento da renda do Bom Jardim.

Apenas o grupo que fornece artigos de decoração para uma empresa local vivencia a organização coletiva do trabalho e a compra coletiva da matéria prima. O restante das/os empreendedoras/es produz individualmente.

IV. Análise de mercado (Matriz FOFA)

A ZEIS Bom Jardim tem sido assistida por algumas políticas públicas que beneficiam as/os empreendedoras/es do artesanato em Fortaleza. Exemplo disso são as ações promovidas pela Prefeitura de Fortaleza, por intermédio da Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE) que desenvolve, mensalmente, o Programa Feiras de Pequenos Negócios. Segundo dados oficiais disponíveis na página da Secretaria na internet, essa ação já cadastrou 1.990 artesãs/os e realizou mais de 1.240 feiras. Em 2014, o Programa gerou um faturamento aproximado de R\$ 4,1 milhões para as/os pequenas/os empreendedoras/es. A iniciativa disponibiliza, ainda, um espaço fixo onde se encontram exemplares dos produtos comercializados. Trata-se do Espaço do Artesanato, instalado na avenida Santos Dumont, 2500, loja 17. De acordo com o coordenador de Empreendedorismo e Sustentabilidade de Negócios da SDE, Valter Gomes:

A Prefeitura oferece este espaço de apoio, sem fins lucrativos, com estrutura adequada para que os artesãos venham e façam a demonstração dos seus produtos, que são necessariamente fabricados por eles. A nossa curadoria realiza a seleção, recebe os produtos e todo o valor da venda é destinado aos seus autores. É um equipamento que, cada vez mais, recebe novos adeptos. Estamos percebendo a expansão da adesão tanto às feiras quanto a este espaço. Desta forma, além das capacitações, a gente facilita a comunicação com o consumidor final (Informação verbal, 2019).

Ainda de acordo com o interlocutor, as/os interessadas/os em participar do Programa Feiras de Pequenos Negócios podem se dirigir à sede da SDE, ao *Vapt Vupt* Messejana, ao *Vapt Vupt* Antônio Bezerra, a uma das Salas do Empreendedor nas Secretarias Regionais ou ao Espaço do Artesanato¹⁰.

Por fim, uma forma de atuação coletiva que mobiliza os arranjos produtivos locais é a organização de feiras na cidade, que, segundo os relatos dos/as empreendedores/as locais nas oficinas, são ótimos locais para vendas. Uma outra forma de desenvolvimento tanto desse, como de outros arranjos locais, é investir na divulgação e na comercialização dos produtos, visando superar as lacunas existentes.

Do ponto de vista do Governo do Ceará, a Estação das Artes se coloca como uma das principais ações, por meio da Secretaria de Cultura (Secult), para o desenvolvimento da cultura na cidade. O projeto foi concebido em consonância com as diretrizes do planejamento estratégico Fortaleza 2040 e ocupará o prédio principal, demais edifícios e áreas do entorno da antiga Estação Ferroviária Eng^o João Felipe, na região do centro da cidade. Ele está inserido em uma política voltada para o desenvolvimento social, a requalificação urbana, com o mote de ativação da economia criativa e a promoção de novas vocações produtivas do Estado, em particular da capital cearense, sendo também parte do Programa *Juntos Por Fortaleza*, em uma parceria com a Prefeitura de Fortaleza.

Ha ainda os editais de arte e cultura difundidos através da Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza (Secultfor), o Edital das Artes¹¹, que fomenta geralmente as seguintes linguagens: Artes Visuais, Moda, Fotografia, Audiovisual, Literatura, Música, Teatro, Dança, Circo, Cultura Tradicional Popular, Humor, Mídia Digital e Artesanato.

¹⁰ Mais informações sobre o aludido programa estão disponíveis pelo: <<https://desenvolvimentoeconomico.fortaleza.ce.gov.br/sde/empreendedorismo-sustentavel.html>> Acesso em 30.dez.2019.

¹¹ O referido Edital das Artes de Fortaleza estimula a produção e a promoção das citadas linguagens, no âmbito do município, além de fomentar a programação artística em espaços públicos e privados, nos diversos territórios da capital cearense.

No que concerne aos desafios enfrentados pelas/os empreendedoras/es que poderiam ser amenizados, observe-se o quadro 4, em que foram elencadas pelo próprio grupo as fortalezas, as oportunidades, as fraquezas e as ameaças.

Quadro 4 - Informações da FOFA do arranjo produtivo do Artesanato

FORTALEZAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Empreendedoras experientes, que preservam saberes passados de geração em geração. • Venda a prazo. • Detém um padrão de qualidade na produção. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de capacitação. • Falta de divulgação dos produtos. • Falta de habilidade com o uso das mídias digitais. • Dificuldade na organização do fluxo de caixa.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Grande densidade demográfica. • Pouca exigência quanto ao nível de escolaridade. • Contexto econômico favorável à atividade. • Cultura local favorece a produção artesanal. • Atividade sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouco interesse pelo artesanato. • Desemprego, queda na renda e no consumo por conta da crise econômica. • Inflação levando a um aumento dos preços dos insumos. • Criminalidade. • Desvalorização da cultura local. • Pouca competitividade. • Pouca valorização do artesanato na comunidade. • Baixa disposição a pagar preço justo pelo produto.

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF, 2019.

A seguir, apresenta-se a análise dos eixos apresentados na matriz:

✓ **Fortalezas**

No Bom Jardim, as pessoas envolvidas no artesanato são prioritariamente mulheres, as quais se identificam como experientes no trabalho que realizam.

No que se refere aos meios de pagamento, as/os empreendedoras/es veem na possibilidade das vendas a prazo uma fortaleza, tendo em vista possibilitar o aumento do número de compradores.

As/Os empreendedoras/es se percebem como trabalhadoras/os criativas/os e, quando capacitadas/os, vislumbram aumentar sua potencialidade produtiva. Além disso, foi identificado um nível de endividamento zero entre aquelas que compõem o grupo, o que favorece as compras a prazo, assim como a solicitação de empréstimos no âmbito das necessidades.

As/Os empreendedoras/es afirmam deter um padrão de qualidade na produção dos produtos. Assim, o impacto desse arranjo no desenvolvimento socioeconômico e ambiental

local é considerável, uma vez que o trabalho é um fator de geração de renda, principalmente para mulheres com pouca experiência noutros setores produtivos, baixa escolaridade e por utilizarem produtos resultantes de reciclagem, reduzindo os custos de produção.

✓ **Oportunidades**

A ZEIS Bom Jardim possui grande densidade demográfica, disponibilizando um vasto mercado consumidor. Considerando-se a existência de um trabalho que não possui exigências quanto à escolaridade, pelo lado da produção, existe a possibilidade de alcançar número elevado de pessoas com habilidade manual e interesse em produzir. Quanto ao ambiente econômico, as/os empreendedoras/es afirmam que um contexto econômico positivo traz mais oportunidade de desenvolvimento para o negócio. Em geral, as/os empreendedoras/es visualizam no PIRF/UFC uma oportunidade de reforçar uma política pública voltada para o desenvolvimento da economia local.

No ambiente tecnológico, esse arranjo é beneficiado pelo acesso a tecnologias no mercado da moda, sendo essas voltadas para as novas tendências que incluem o artesanato, tais como peças de roupas ou parte delas. Isso fomenta a produção e o interesse pelos produtos. Outro aspecto que oportuniza esse arranjo no Bom Jardim é a cultura cearense, reconhecida pela diversidade de produção artesanal, que se estende ao mercado externo (nacional e até internacional).

Quando questionadas se a produção do artesanato é sustentável, as empreendedoras presentes nas oficinas foram unânimes em responder positivamente, uma vez que boa parte da matéria prima e insumos dos produtos é decorrente de material reciclado, conforme dito anteriormente; há o uso de sobras de retalhos da costura e outros materiais (caixas, garrafas...), bem utilizados para a produção.

✓ **Ameaças**

As empreendedoras compreendem que, embora o bairro tenha um alto fluxo de pessoas, existe, entre elas, pouco interesse pelo artesanato, decorrente de vários fatores, dentre eles, a baixa circulação de renda. No contexto econômico, as ameaças visualizadas pelo grupo se referem à crise financeira, ao aumento da inflação e ao aumento dos preços das matérias-primas e insumos, repassados ao consumidor ou internalizados pelas/os artesãs/os no

exercício da atividade. Somado a isso, a crise traz consigo o aumento do desemprego e, conseqüentemente, uma queda na renda e no consumo. As pessoas passam a priorizar em suas compras, notadamente gêneros de primeira necessidade, e, quando decidem comprar o artesanato, optam por produtos com preços mais baixos.

No contexto legal, identificou-se que, embora os membros desse arranjo reconheçam a importância das políticas públicas, afirmam que atualmente há uma carência de apoio do poder local. A falta de uma política pública eficaz para o controle do nível de criminalidade no bairro é outra ameaça para o setor, uma vez que dificulta a comercialização. As empreendedoras sentem a insegurança de vender suas mercadorias em espaços abertos ou mesmo de abrirem um pequeno comércio e serem surpreendidos com assaltos ou outras situações de violência.

No ambiente cultural, afirmam vivenciar a falta de valorização de seus produtos por parte da comunidade e consideram que algumas vezes o produto externo tem sido mais valorizado do que aquele produzido pelas pessoas do local. Apesar desse entendimento, as empreendedoras também compreendem que a falta de diversidade de produtos afeta o interesse do público consumidor. Essa realidade também interfere na competitividade do empreendimento, pois a pouca variação de produtos aumenta a concorrência.

Quanto à pouca disposição a pagar um preço justo pelo artesanato, essa é influenciada pela cultura de desvalorização do produto local, associada à baixa renda da população para consumo de itens dessa natureza. A pouca diversidade dos produtos está associada às habilidades da/o artesã/o. Para isso, seria necessário, entre outras ações, maior acesso à capacitação, bem como a outros consumidores, com perfil de renda adequado ao segmento. Atualmente, segundo afirmaram as empreendedoras, não existe acesso à capacitação.

Já no que se refere aos fornecedores, embora estejam concentrados no Centro da Cidade, é necessário realizar uma boa pesquisa de preços para encontrar matéria-prima mais barata. Se existisse uma organização coletiva estabelecida entre as mesmas, seria possível realizar compras em maior quantidade, favorecendo a queda dos preços pagos atualmente.

✓ **Fraquezas**

Dentre as fraquezas mencionadas, a falta de capacitação foi reforçada. A carência de divulgação dos produtos é outra fraqueza reconhecida, estando associada à pouca habilidade no uso das mídias digitais e, até mesmo, com computadores, de uma forma geral.

Boa parte das empreendedoras tem dificuldade na organização do fluxo de caixa. Além disso, falta dinheiro para comprar matéria prima diversificada. A produção, a venda e a comercialização individuais são considerados fatores limitantes para a ampliação e a diversificação da produção.

Na Oficina III, sobre Gestão Estratégica e Operacional, facilitada pela Prof^a Maione Rocha, na sede da Associação de Moradores do Siqueira, foram delineadas a Missão, os Valores, as Metas e algumas estratégias de atuação, conforme o Quadro 5, a seguir:

Quadro 5 - Missão Visão, Valores, Metas e estratégias de atuação no arranjo produtivo do Artesanato

Missão: Ser um espaço de organização coletiva para a atividade do artesanato.
Visão: Constituir um espaço de compartilhamento de saberes e práticas voltado a consecução de objetivos comuns.
Valores: Organização; Compartilhamento; Democracia; Participação nas decisões; Formação social; e Identificação com a localidade.
Metas e estratégias de atuação: Fortalecer-se, em conjunto com os demais produtores da ZEIS e, em particular, dentro do próprio arranjo, promovendo a comercialização através da realização de feiras, marketing digital etc.; uma outra forma é também investir em formações, particularmente, na área de marketing - devido a existir uma deficiência nesse aspecto - e também em outras áreas, tais como gestão, bem como acessar técnicas contemporâneas no campo do artesanato, combinando originalidade, <i>design</i> e funcionalidade, por exemplo.

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF, 2019.

A oficina realizou trabalhos em grupo para respostas a um roteiro de questões, em que foram pontuados aspectos da análise financeira e operacional, delineadas ações de marketing e comercialização e algumas estratégias de sustentabilidade para o segmento.

V. Análise financeira

Existe uma lacuna quando se trata da área financeira. O grupo do arranjo de artesanato, de uma forma geral, tem dificuldade de controlar suas contas, pois não consegue discernir qual parte do valor é o seu lucro. Porém, as integrantes do grupo afirmam que a renda mensal gerada pela atividade é de, aproximadamente, R\$ 200,00 ao mês.

No que se refere ao fluxo de caixa, a maioria das participantes afirmou possuir dificuldade na gestão dos empreendimentos individuais, sendo uma das principais a

identificação dos custos fixos. Como a produção ocorre em casa, é difícil fazer a contabilidade e o controle. Apontam como maiores gastos da produção a compra de matéria-prima (tecido, linha, tinta etc.).

Poucas pessoas compreendem o papel das instituições que oferecem microcrédito, em especial o Crediamigo, e sua importância para o crescimento do negócio. As empreendedoras afirmaram que o pedido de empréstimo ocorre quando há a necessidade de expandir o negócio. Atualmente, nenhuma das empreendedoras presente afirmou estar endividada.

VI. Análise operacional

As empreendedoras da atividade do artesanato na ZEIS Bom Jardim trabalham em ritmo desacelerado, voltado para o atendimento ocasional das necessidades. Apesar disso, ao longo da atuação do PIRF na comunidade, as empreendedoras consideraram a hipótese de um futuro aumento na produtividade. Além disso, o segmento se dispõe a realizar compras coletivas, mesmo que, nas outras etapas da produção, continue prevalecendo o trabalho individual ou familiar.

No que se refere à sustentabilidade ambiental, o artesanato consegue reduzir os custos por ser confeccionado a partir de material reciclado. As participantes das oficinas que já se organizam coletivamente para o projeto da CAGECE recebem o material reciclado diretamente da empresa. O restante coleta o tecido com amigos, pessoas conhecidas, ou que atuam no setor de confecção. O tecido é utilizado para produção de chaveiros e bonecas.

Criar capital social é um elemento chave do processo de desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas, e é o que se pretende estimular através da noção de arranjo produtivo, ao mesmo tempo, respeitando a individualidade de cada empreendimento, porém propondo a identificação de atividades comuns. Pode-se afirmar que, durante as oficinas, as participantes entenderam a proposta e chegaram a se colocar à frente em relação ao objetivo inicial, firmando suas próprias parcerias entre si de forma autônoma. No plano institucional, fica o desafio de garantir os recursos necessários para a implementação do plano local. Nesse sentido, um parceiro que já está se colocando para o desenvolvimento de atividades formativas é a UFC, marcadamente através dos seus projetos de extensão e pesquisa.

Uma atividade ou parceria surgida a partir desse processo do PIRF, envolvendo a UFC, foi a organização do II Seminário Cearense de Economia Solidária, além da participação dos/as empreendedores/as da ZEIS no 18º Feirão de Economia Solidária e Agricultura Familiar, organizada pela Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES). O trabalho, a partir de agora, permanece por parte das/os empreendedoras/es locais e de seus parceiros para que se possa atingir desde um nível de formação e organização maior entre os mesmos, até o acesso aos investimentos públicos e privados necessários para a consolidação do setor de produção criativa de artesanato da ZEIS Bom Jardim. Com isso, os recursos públicos podem promover a geração de trabalho e renda em uma localidade social e ecologicamente vulnerável, porém com bastante potencial inovador.

VII. Marketing e comercialização

Resumidamente, a partir da participação nas oficinas, verificou-se que as empreendedoras em questão não sabem o cálculo dos custos e definem o preço de forma intuitiva. O mesmo ocorre em relação à propaganda, pois não possuem muita noção de competitividade e nem dispõem de recursos para investir em divulgação. A chamada propaganda “boca a boca” ainda é o único meio de divulgação. Apesar disso, pretendem buscar novos mercados em feiras e eventos, bem como vendendo em outros bairros de forma ambulante, em *Food trucks* ou a pé. No mais, pretendem acionar investimentos nas redes sociais como um dos meios de divulgação, para além dos eventos.

VIII. Estratégias de sustentabilidade

Na quarta oficina, as empreendedoras do arranjo produtivo do artesanato foram estimuladas a listar uma série de ações buscando indicar possíveis soluções para os principais problemas do segmento, conforme se pode ver no Quadro 6:

Quadro 6 - Problemáticas e soluções para o arranjo produtivo do artesanato

Problemáticas	Possíveis soluções
Gerais	
Trabalho local pouco valorizado	Campanha de valorização do trabalho local
Falta divulgação	Política de divulgação e promoção de vendas pela internet
Insegurança	Segurança pública e mais oportunidades de trabalho para a juventude
Falta capital de giro e de investimento	Crédito em condições de pagamento (maior carência e juros baixos)
Específicas	
Pouco prazo para pagamentos	Tornar-se representante
Falta formação	Cursos de informática; redes sociais; administração financeira; beleza e etc

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF, 2019.

Considerando os dados expostos anteriormente, é possível identificar as possibilidades de ascensão desse mercado no que diz respeito à economia solidaria, mediante adoção de algumas práticas, como, por exemplo, as compras coletivas e as ações colaborativas para utilização de equipamentos, sede, propaganda etc.

Outras ações poderão ser desenvolvidas, a saber:

- ✓ Buscar apoio da Prefeitura para acesso a programas e projetos de apoio ao setor;
- ✓ Diálogo com empresas que dispõem de projetos na área da responsabilidade social e/ou ambiental e propor parcerias;
- ✓ Desenvolvimento de um mercado específico para pequenos produtores (nicho);
- ✓ Obtenção de um ponto fixo compartilhado, realização de cursos, eventos, reuniões;
- ✓ Parcerias com outros arranjos para desenvolver o bairro e, com isso, melhorar a geração de trabalho e renda;
- ✓ Uma alternativa para formação e capacitações específicas é a parceria com a Universidade Federal do Ceará. Uma das ações da UFC é o curso Colcha de Retalhos¹², que ocorre periodicamente. Ali são ministradas oficinas de produção de peças em tecido para mulheres do bairro Bom Jardim que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa é uma oportunidade de capacitação profissional e também de geração de renda. O referido projeto é uma iniciativa da Rede de Mulheres Solidárias, em parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, o Projeto Moda Inclusiva Ceará do Curso de Design-Moda da UFC, o Conselho Regional de Administração do Ceará (CRA/CE), a

¹² Mais informações estão disponíveis pelo: <<https://agencia.ufc.br/a-moda-como-meio-de-inclusao-social-no-bairro-bom-jardim/>>

Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município de Fortaleza (SDE/PMF) e a Pena Indústria e Comércio.

4.3.2 Sumário do Plano de Negócios do Arranjo Produtivo da Beleza

I. Apresentação

A crise econômica que o país vem experimentando nos últimos anos levou a um aumento do desemprego e a busca por novas alternativas de renda. Mesmo aqueles que permanecem empregados têm sido atraídos pela possibilidade de uma renda extra, devido à elevação do custo de vida. Nesse contexto, as atividades de cabeleireiro, barbearia, manicure, pedicure e estética (limpeza de pele, massagem e bronzamento) emergem como um segmento produtivo que requer investimento relativamente baixo, sendo o trabalho realizado a partir da vocação ou habilidade das pessoas, juntamente com produtos e utensílios adequados.

Nas oficinas realizadas no Bom Jardim, identificou-se que as atividades desse segmento econômico são exercidas predominantemente por mulheres, embora exista uma participação significativa dos homens. Segundo as/os empreendedoras/es, inicialmente as atividades foram instaladas nas suas residências (sendo destinados um ou dois cômodos para tal finalidade). Apesar disso, um número considerável de estabelecimentos funciona em espaços alugados.

Na ZEIS Bom Jardim, há muitas/os empreendedoras/es que optaram por essa área e que realizam o trabalho de forma individual, mas conseguem visualizar a possibilidade de realizar ações coletivas ou solidárias com as/os demais integrantes do ramo. A seguir, apresenta-se um breve histórico sobre os empreendimentos participantes das oficinas.

II. Histórico dos empreendimentos do arranjo produtivo

As atividades empreendedoras no ramo da beleza que englobam a oferta de serviços e procedimentos estéticos diversos, como cortes e químicas em cabelos (alisamentos, tinturas etc.), maquiagem, sobrancelhas e decoração de unhas, entre outros, formam um setor produtivo de bastante adesão no Bom Jardim. Foi identificado que a grande maioria dos ofertantes dos serviços de embelezamento iniciou suas atividades produtivas ainda na

adolescência, de forma autônoma, e muitos já possuíam experiência de trabalho na área há pelo menos cinco anos.

Verificou-se que nenhuma/um das/os empreendedoras/es participantes fez cursos profissionalizantes para o desempenho de suas atividades. Eles relataram que a experiência prática foi a forma de aprendizagem, juntamente com a observação e o auxílio de pessoas mais experientes, o que lhes possibilitou praticar suas funções com bom desempenho. Além disso, o desenvolvimento de trabalho do setor ocorre de forma autônoma, com a oferta dos serviços, majoritariamente em suas próprias residências, ou nos domicílios dos clientes. O anseio da aquisição de um espaço físico para montagem de um salão próprio é um ponto comum também observado entre as/os empreendedoras/es participantes das oficinas.

A identificação pessoal e o prazer em desempenhar as atividades e serviços do ramo de embelezamento foram as principais motivações para a adesão ao setor produtivo. As/Os empreendedoras/es reafirmam suas autopercepções em termos de talento para o ofício escolhido e, assim, ressaltam trabalhar com o que sabem e gostam de fazer.

O mercado de trabalho em salões de beleza, estética e cuidado visual de modo geral (em domicílio, na sala de casa, garagem ou até na rua, como ocorre na Praça do Ferreira e Praça do Leões) é bastante promissor tanto no Brasil, como no Ceará. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC, 2019), nos últimos cinco anos, o mercado de estética cresceu 567% no Brasil, passando de 72 mil para mais de 480 mil profissionais. Ainda segundo a Associação que representa o setor, as perspectivas de crescimento para 2019 são de 1,5% a 2% em comparação ao ano anterior, quando o setor movimentou R\$ 47,5 bilhões.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o mercado da beleza e estética tem crescido no atual contexto pela necessidade de geração de renda, atrelado às habilidades da população local e à necessidade de baixo investimento, o que faz com que sua expansão aconteça mesmo em tempos de crise, pois a procura por uma boa aparência e bem-estar tornou-se estrutural na sociedade, o que faz com que esse mercado não seja sazonal.

III. Descrição dos produtos/serviços

Quadro 7 - Os principais produtos do arranjo produtivo da Beleza no Bom Jardim

SALAO DE BELEZA E/OU BARBEARIA
Manicure e pedicure
Pintura de cabelo, mechas
<i>Designer</i> de sobrancelhas
Bronzeamento natural
Corte de cabelo masculino
Barba e bigode

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF, 2019.

IV. Análise de mercado (Matriz FOFA)

Da mesma forma que, no arranjo anterior, o diagnóstico ocorreu por meio da análise da matriz FOFA, sendo verificado o ambiente interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidades e ameaças) em relação a cada arranjo produtivo.

Os aspectos internos são de responsabilidade dos agentes econômicos envolvidos, já os externos referem-se aos fatores que não podem ser controlados. Essa análise facilita a visão de conjunto e foi construída coletivamente com os empreendedores/as locais, tendo em vista o estabelecimento de estratégias e fortalecimento para atuar no mercado em diversas situações.

Quadro 8 - Informações da FOFA do arranjo produtivo da Beleza

FORTALEZAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> - Movimento de cliente - Fidelidade - Diferencial no atendimento - Serviço que todos precisam 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta capital de giro para investimento - Falta de equipamentos/aparelhos para prestar outros serviços
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Cursos profissionalizantes - Empréstimos adequados - Geração de emprego 	<ul style="list-style-type: none"> - Custo alto dos produtos (matéria prima) - Concorrência com grandes empresários

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF, 2019.

A análise da referida matriz em relação ao ramo da beleza do Bom Jardim demonstrou, quanto ao ambiente interno, as principais fortalezas: qualidade no trabalho, fidelidade dos clientes e atendimento personalizado/diferenciado. Quanto às oportunidades, foram mencionados os seguintes fatores: necessidade de se qualificar profissionalmente para

desenvolver economicamente, aumentar o leque de clientes via redes sociais e gerar emprego e renda.

Quanto ao ambiente externo, a pesquisa apontou, como principais fraquezas, a falta de capital de giro e investimento, sendo as principais ameaças: a concorrência e os elevados custos das matérias-primas.

✓ **Perfil dos consumidores e fornecedores**

De acordo com os dados oficiais do governo do Estado do Ceará (2019) acerca do perfil demográfico e domiciliar (IBGE, 2010) o Grande Bom Jardim (GBOM JARDIM), área em que a aludida ZEIS está incluída, representa 8% do total dos domicílios da cidade de Fortaleza, contabilizados em 710.066. Esse perfil ainda indica que o GBOM JARDIM se caracteriza por ser um local com baixa renda média, inferior a R\$ 500,00.

Nessa mesma perspectiva, dados do IPECE (2019) também evidenciam essa situação econômica da população do Bom Jardim, avaliado com uma renda média mensal de R\$ 349,75, sendo 110º bairro de um total de 119, em uma distribuição da renda por bairros de Fortaleza.

Observe-se que o poder aquisitivo dos consumidores é restrito, a considerar que os dados se referem ao bairro, e não diretamente à ZEIS, que possui condições socioeconômicas ainda mais precárias. Isso explica, também, a intenção de desenvolvimento comunitário ser retratada com destaque pelos agentes produtivos, inclusive para a consideração do poder aquisitivo da comunidade na definição dos preços de serviços e produtos ofertados.

O comércio e o setor de serviços (como é o caso dos salões de beleza, barbearia e afins) são a maior e principal atividade econômica desenvolvida na região, pelo fato da comercialização e da prestação de serviços estarem atreladas a todos os arranjos produtivos. Somado a isso, a falta de capital de giro e investimento é outra questão que também perpassa todos os setores econômicos considerados, relacionado à falta de apoio das organizações de fomento ao desenvolvimento desses agentes.

Os participantes da oficina relataram ainda que, apesar de comprarem diretamente dos fornecedores, os custos são elevados e que, nos últimos anos, o preço da mão de obra teve variações significativas. Uma oportunidade nesse sentido seria a articulação dos produtores para a compra coletiva de insumos, como já foi mencionado nas oficinas ministradas e

compreendido pelos agentes econômicos dos setores envolvidos, dado que será uma forma de benefício mútuo que permitirá a obtenção de custos menores de matéria-prima.

Alternativa nesse quesito é a própria cooperação, a exemplo da compra de produtos, uma espécie de caixa comum, ou aluguel compartilhado de espaços (*co-working*), possibilitando maiores retornos financeiros. Tal dinâmica poderia se estender aos outros arranjos produtivos com a adaptação do produto/serviço requerido, como é o caso dos setores de serviços estéticos e de confecção, ambos formados por trabalhadores do mesmo ramo e com diferentes serviços que podem se agrupar em um só conjunto produtivo.

Por outro lado, o Bom Jardim conta com o espaço Centro de Referência do Empreendedor, que oferece oportunidades de capacitação para empreendedores/as, contando, inclusive, com iniciativas que visam identificar os potenciais fornecedores do bairro e possibilitar o desenvolvimento da economia da região. Apesar da existência do espaço e de um certo esforço governamental para alcançar os empreendedores dessa ZEIS, os relatos das/os empreendedoras/os apontam para um alcance dessa política aquém do seu potencial. Assim, mostra-se necessário uma maior aproximação e visibilidade desse equipamento público, situado geograficamente no bairro, com moradores que possuem pequenas iniciativas econômicas, fortalecendo o avanço socioeconômico da região.

Por fim, o capital humano e sua especialização são tidos como referências para o desenvolvimento dos ramos retratados e, assim, para o progresso da economia local.

✓ **Análise dos Concorrentes**

Conforme pode ser observado na análise dos dados, as/os participantes destacaram que a concorrência com os grandes empresários dificultou as atividades econômicas dos pequenos produtores. Elas/es relataram ainda que, apesar de comprarem diretamente dos fornecedores, os custos são elevados. Uma oportunidade nesse sentido seria a articulação dos produtores para a compra coletiva de insumos, dado que será uma forma de benefício mútuo e permitirá a obtenção de custos menores de matéria-prima, como já foi mencionado no segmento do artesanato.

As/os empreendedoras/es também se ressentem da falta de recursos para investimento e capital de giro. A compra de máquinas em conjunto, para uso colaborativo, da mesma forma que o acesso a um espaço físico para prestação do serviço poderão viabilizar o acesso a equipamentos mais modernos, bem como instalações necessárias ao aperfeiçoamento

do negócio, permanecendo ainda a necessidade de crédito subsidiado por parte do governo. Por fim, o capital humano e sua especialização são tidos como referências para o desenvolvimento do ramo e, assim, para o progresso da economia local.

Algumas pessoas demonstraram estar organizadas/os, mas ainda têm pouca visão estratégica ou consciência de onde estão e onde querem chegar. A partir da oficina sobre planejamento estratégico e operacional (terceira atividade formativa realizada), foi possível orientar e discutir sobre: missão, visão e valores, metas e estratégias de atuação como mostra o Quadro 9.

Quadro 9 - Missão Visão, Valores, Metas e estratégias de atuação no arranjo da Beleza

Missão: Reunir um time de bons profissionais para prestar o melhor serviço de beleza, com preço justo e acessível.
Visão: Ter um espaço adequado, ter capital (buscar empréstimos), afinidade, orientação direcionada para o atendimento e expansão do negócio.
Valores: Competência, Honestidade, Qualidade com Preço Justo.
Metas e estratégias de atuação: Prestar um bom serviço, oferecendo mais opções, com técnicas atualizadas, mão-de-obra treinada e motivada.

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF, 2019.

V. Análise financeira

Os resultados da pesquisa apontaram muitas dificuldades por parte das/os empreendedoras/os em manter uma rotina financeira, tais como contabilidade dos gastos, dos investimentos, crédito e fluxo de caixa ou estoque. Não há uma organização das informações detalhadas. De acordo com as/os mesmas/os, os maiores gastos acontecem com matéria-prima e insumos (energia, água, dentre outros). Mais de 90% desconhecem a margem de lucro. Apesar disso, consideram ser proveitoso o trabalho, por conseguirem complementar a renda, com cerca de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00 por mês. Não existe separação entre os ganhos com o negócio e a renda pessoal.

Quanto ao fluxo de caixa, não existe a contabilidade daquilo que é receita ou daquilo que é lucro. Sobre o que é receita-despesa-lucro, os participantes disseram não ter conhecimento, ou seja, não realizam essa rotina contábil. Porém, por ocasião da oficina, foram passadas noções básicas.

A possibilidade de crédito é uma necessidade e uma realidade para alguns. As/Os empreendedoras/es afirmam haver a necessidade de crédito para expandir os negócios (compra de matérias-primas, maquinários, realizar cursos/capacitação, melhorar as condições do ambiente de trabalho etc.). Alguns disseram obter recursos financeiros via Crediamigo (BNB), mas relataram dificuldades de pagamento ou divergência no valor.

VI. Análise operacional

As/Os trabalhadoras/es do ramo de beleza da ZEIS Bom Jardim exercem suas atividades dentro do expediente comercial (de 8 às 18h). Consideram o retorno do investimento satisfatório, haja vista a média de renda do setor. Na maioria das vezes, contam com a ajuda de familiares para a prestação dos serviços. Sobre a qualificação na área de beleza, existe uma disponibilidade de cursos técnicos voltados para corte, massagens e maquiagens ofertados no próprio bairro, por instituições tais como entidades religiosas e ONGs. Todavia, quando se referem à gestão financeira, de pessoas ou administrativa, observa-se uma carência de conhecimento. Outra fragilidade no segmento da beleza é de atendimento aos clientes e de marketing e divulgação.

O tópico sustentabilidade ambiental ainda é uma variável pouco vivenciada. O trabalho na produção de serviços de beleza não usa técnicas para reduzir desperdícios e nem para um melhor aproveitamento das matérias-primas. O uso da criatividade atrelada à sustentabilidade e as boas práticas para manipulação de produtos de beleza poderiam ser fortalecidos por meio dos cursos ofertados pelo Sistema S, principalmente Senai e Senac. Essa ferramenta, quando bem utilizada, promove aumento na produtividade e agrega valor aos serviços ofertados.

VII. Marketing e comercialização

Os dados coletados identificam que a formação de preços é definida considerando a concorrência, somada aos valores gastos com os insumos e à margem de lucro. Não há uma sistematização das informações e nem controle contábil.

A principal forma de divulgarem seus produtos é anunciando-os verbalmente e, às vezes, usando mídias sociais, como *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*.

Os principais demandantes de seus produtos são a própria comunidade, vizinhos e familiares. Mas, às vezes, eles se deslocam para eventos noutras comunidades, como, por exemplo, nas festas que acontecem nas igrejas.

VIII. Estratégias de sustentabilidade

Na quarta oficina, as/os empreendedoras/es foram estimuladas/os a listar algumas ações, tendo em vista a solução dos principais problemas do segmento, conforme se pode ver abaixo:

Quadro 10 - Problemáticas e soluções para o arranjo produtivo da Beleza

Problemáticas	Possíveis soluções
Gerais	
Trabalho local pouco valorizado.	Campanha de valorização do trabalho local.
Falta divulgação.	Política de divulgação e promoção de vendas pela internet.
Insegurança.	Segurança pública e mais oportunidades de trabalho para a juventude.
Falta capital de giro e de investimento.	Crédito em condições de pagamento (maior carência e juros baixos).
Específicas	
Pouco prazo para pagamentos.	Tornar-se representante.
Falta formação.	Cursos de informática; redes sociais; administração financeira; beleza, dentre outros.

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF, 2019.

As possibilidades de fortalecimento desse segmento econômico no que diz respeito à economia solidaria pode ocorrer pela via das compras coletivas e outras ações colaborativas (utilização de equipamentos, sede, propaganda, etc.), bem como pela adoção de práticas sustentáveis (reuso de água, descarte correto de resíduos químicos, evitar marcas que testam produtos em animais, reduzir o uso de papel e produtos descartáveis, entre outras). Além disso, buscar nichos específicos é um fator em ampla expansão no mercado de beleza, como, por exemplo, a especialização em *design* de sobancelhas, unhas decoradas, dentre outros. A procura pela qualificação desse mercado é vasta na cidade, fazendo com que os produtores busquem sempre aperfeiçoamento, tendo boas referências no Sistema S, bem como a contratação de profissionais especializados, de acordo com as demandas locais.

4.3.3. Sumário executivo do Arranjo Produtivo Comércio e Alimentação

I. Apresentação

Os setores de comércio e alimentação têm historicamente absorvido parte considerável da mão de obra desempregada e/ou subempregada, que busca alternativas de renda (principal ou complementar). Tais segmentos produtivos atraem empreendedores/as na comercialização e/ou produção de alimentação, principalmente, as chamadas marmitex (também popularmente conhecidas como quentinhas ou pratinhos) e sobremesas (docinhos, brigadeiro, bolo em pote, *brownie*). Ainda com relação ao comércio, a ZEIS possui destaque para a revenda de roupas (principalmente “modinha” feminina) e também de roupas usadas (brechós).

II. Histórico dos empreendimentos

A maioria dos empreendimentos surgiu da busca para obter ou complementar a renda, com destaque para a mão de obra feminina, segundo informaram as/os participantes das oficinas, pela busca de conciliar a geração de renda com o trabalho doméstico (principalmente mulheres que são donas de casa e que possuem crianças pequenas ou um familiar doente ou idoso, que demande cuidados especiais) ou ainda porque perderam o emprego formal. Outro fator que influenciou o surgimento desse tipo de empreendimento foi a localização geográfica do bairro, grande e longe do centro da cidade. Assim, a produção e a venda de alimentos (seja na feira livre local, no centro da cidade ou no próprio bairro) é uma alternativa viável. O mesmo ocorre com a revenda de roupas novas e usadas, anteriormente citadas. Tais atividades coadunam-se com o crescimento da informalidade no exercício de atividades mais simples, com baixo custo de investimento e/ou sem necessidade de qualificação.

III. Descrição dos produtos/serviços

Quadro 11–Principais produtos do arranjo de Comércio e Alimentação da ZEIS Bom Jardim

ALIMENTAÇÃO (PRODUÇÃO PRÓPRIA)	COMÉRCIO (REVENDA)	FEIRA (REVENDA)
Bolos	Bomboniere	Frutas a granel e no varejo
Salgadinhos		Polpas de frutas
Marmitex/pratinho/quentinha	Brechó	
Lanches (misto quente, café, tapioca/cuscuz, caldo de cana, suco)	Modinha (roupa íntima, prática de esportes, roupa básica – bermudas, blusas, vestidos)	
Pizza		
Açaí		
Polpa de frutas		

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF, 2019.

IV. Análise de mercado (Matriz FOFA)

Quadro 12 - Informações da FOFA do arranjo produtivo do Comércio e Alimentação

ALIMENTAÇÃO	
Fortalezas	Oportunidades
- Boa qualidade dos produtos	- Cursos profissionalizantes de capacitação
- Bom atendimento	- Acesso a equipamentos de qualidade
- Diversificação dos produtos	
Fraquezas	Ameaças
- Falta de capital de giro	- Elevado preço da matéria prima
	- Necessidade de IPTU para acessar linhas de crédito
	- Insegurança na comunidade
FEIRA	
Fortalezas	Oportunidades
- Tempo de trabalho	- Integração a projetos de apoio a feiras
- Fidelidade dos clientes	
Fraquezas	Ameaças
- Falta apoio do poder público	- Falta de segurança.
- Falta de estrutura para realização das feiras	- Feirantes “clandestinos”
- Falta de fiscalização dos feirantes	- Condições insalubres dos produtos (vencidos)
- Falta organização	
COMÉRCIO	
Fortalezas	Oportunidades
- Produtos com boa qualidade	- Aceitação e necessidade local do produto pelos clientes
- Bom relacionamento com os clientes	- Necessidade do desenvolvimento da visão empreendedora
Fraquezas	Ameaças
- Falta de capital de giro	- Oscilação de preços da matéria prima
	- Falta de apoio governamental/municipal

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF, 2019.

No que se refere ao perfil dos consumidores, a pesquisa identificou que o poder aquisitivo dos mesmos é restrito. As/Os empreendedoras/es do arranjo de alimentação identificaram que uma forma de alcançar maiores resultados econômicos no desenvolvimento de suas atividades seria proporcionar produtos alimentícios mais variados para públicos específicos. Dentre esses, foram mencionados alimentos para alérgicos ou diabéticos, assim como para o público vegano, vegetariano, *lowcarb*, que tem crescido consideravelmente. Conforme afirmaram nas oficinas, essa diversificação aumenta o fluxo de possíveis compradores do segmento, melhorando a questão da concorrência.

Na percepção das/os participantes, há uma concorrência desleal por parte dos grandes empresários, dificultando as atividades econômicas dos pequenos produtores. Os produtores de alimentos relataram ainda que, apesar de comprarem diretamente dos fornecedores, os custos são elevados. Uma oportunidade nesse sentido seria a articulação das/os produtoras/es para a compra coletiva de insumos, como mencionado nas oficinas ministradas e compreendido pelos agentes econômicos dos setores envolvidos, dado que será uma forma de benefício mútuo e permitirá a obtenção de custos menores de matéria-prima.

Outra potencialidade identificada é a existência do Centro de Referência do Empreendedor, que oferece oportunidades de capacitação para empreendedores/as. Segundo informações da Prefeitura de Fortaleza (2019), o referido espaço estimula o fortalecimento das iniciativas, identificando os potenciais fornecedores e possibilitando o desenvolvimento da economia local. No entanto, os relatos das/os produtoras/es passam a impressão de que o referido equipamento público não está alcançando de maneira adequada um público importante e potencial para a economia do Bom Jardim, que é o/a microempreendedor/a individual.

Assim, mostra-se necessário uma maior aproximação desses espaços públicos que já estão situados geograficamente no bairro para, também, abranger aos moradores que possuem pequenas iniciativas econômicas, fortalecendo o avanço econômico-social da região. Por fim, o investimento em capital humano e social pode ser considerado fundamental para o aperfeiçoamento das atividades em curso, bem como para aumentar a sua produtividade e, conseqüentemente, seus ganhos e o progresso da economia local.

✓ **Análise dos Concorrentes**

Dadas as características das atividades, fortemente ligadas ao comércio ambulante, no caso do comércio de alimentos, com as vendas na calçada de casa, em carrinhos, ou de porta em porta, e, no caso da venda de roupas pelas sacoleiras, que ofertam os produtos de acordo com o perfil ou os interesses de suas clientes (encomendas), os brechós, em um dos cômodos da casa, etc., as/os participantes consideram não haver dificuldade com os concorrentes, tendo em vista o fato de que seus produtos são personalizados ou para uma clientela fidelizada. A discussão sobre esse tópico ficou esvaziada, porque esse não foi considerado um grande problema, possivelmente porque o mercado no bairro é grande para este produto (alimentação/comércio ambulante).

Foi identificada pré-disposição para organização coletiva entre as/os empreendedoras/es dos arranjos do comércio e alimentação. Apesar disso, a visão estratégica do negócio ainda é insipiente. Nesse contexto, a consciência de onde estão e aonde querem chegar resultou na definição da Missão, da Visão, dos Valores, das Metas e das Estratégias de atuação, conforme Quadro 13:

Quadro 13 - Missão Visão, Valores, Metas e estratégias de atuação no arranjo produtivo do Comércio e Alimentação

Missão: Oferecer um produto de maior qualidade, agradecer ao cliente e trazer produtos novos e com preços acessíveis.
Visão: Produzir e Fornecer alimentos de qualidade, variado e com bom padrão de qualidade, tendo como referência o centro da cidade. Ampliar a oferta de roupas íntimas e/ou roupas no estilo modinha feminina na venda de porta a porta.
Valores: Oferecer um diferencial no atendimento, Confiança e produto personalizado.
Metas e estratégias de atuação: Melhor atendimento ao cliente, no pré, durante e pós-venda; investimento na segurança do cliente e do produto; oferta de bens que já tenham boa demanda; aumento do capital de giro; desenvolvimento de um elo de colaboração; e planejamento para obtenção de crédito.

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF, 2019.

V. Análise financeira

Os resultados da pesquisa apontaram muitas dificuldades das/os empreendedoras/es em fazer uma rotina financeira, a contabilidade dos gastos, os investimentos, o crédito e o fluxo de caixa ou estoque. Ou seja, não há uma organização das informações detalhadas. O que foi debatido, quanto à questão financeira, é que os maiores

gastos acontecem com matérias-primas e insumos (energia, água, gás), havendo desconhecimento da margem de lucro. Em razão disso, a maioria considera ser proveitoso o trabalho, pois conseguem complementar a renda, com cerca de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00 por mês.

Do mesmo modo que ocorre nos demais arranjos, não existe separação entre os ganhos com o negócio, o que é fluxo de caixa ou recursos, por exemplo, empréstimos/crédito (Crediamigo, cartão, cheque especial, dinheiro emprestado). Quanto ao fluxo de caixa, não existe a contabilidade daquilo que é receita ou daquilo que é lucro. As/Os participantes afirmaram não realizar essa rotina contábil.

A possibilidade de acesso a crédito é uma necessidade e já consiste numa realidade para alguns. As/Os empreendedoras/es afirmam haver a necessidade de crédito para expandir os negócios tanto no que se refere à compra de matérias-primas, como maquinários, além de cursos/capacitação e melhoramento das condições do ambiente de trabalho etc. Alguns disseram obter recursos financeiros via Crediamigo, mas relataram dificuldades de pagamento.

VI. Análise operacional

As/Os trabalhadores/as do ramo de comércio e alimentos disseram trabalhar dentro do expediente comercial e consideraram o retorno do investimento satisfatório. Na maioria das vezes, contam com a ajuda de familiares para a produção e a comercialização dos produtos (polpas de frutas, quentinhas etc.). Sobre a qualificação na área de alimentação, alguns participantes afirmaram que há cursos ofertados no próprio bairro por entidades religiosas e ONGs. Porém, em sua maioria, carecem de conhecimento sobre gestão, finanças e relações interpessoais, para melhor atenderem aos clientes e organizarem (e planejarem) a receita e os custos de produção e venda.

O tópico sustentabilidade ambiental é ainda uma variável pouco vivenciada. O trabalho na produção de alimentos não usa técnicas para reduzir desperdícios e nem melhor aproveitamento dos alimentos/matérias-primas (formação ou capacitação sobre sistemas alimentares, o uso da criatividade atrelada à sustentabilidade, boas práticas para manipulação de alimentos e nutrição/dieta orientada são alguns dos cursos ofertados pelo Senai e Senac, por exemplo, que poderiam melhorar a produtividade e agregar valor aos seus produtos).

Situação semelhante foi observada com os vendedores ambulantes de frutas, bem como com as sacoleiras e o brechó, que consideram obter lucro apenas intuitivamente, porque pagam o que compram para revender e, em suas palavras, “sobra um pouquinho para pagar as contas no fim do mês”. A margem de ganho mensal declarada pelos participantes gira em torno de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00, ou seja, um complemento de renda.

VII. Marketing e comercialização

A formação de preços, segundo os participantes, é definida em paralelo com a concorrência, baseada nos valores dos insumos, e a margem de lucro ocorre, em suas palavras, no “olhômetro” – ou seja, não há um método adotado. Assim, não há uma sistematização das informações e nem controle contábil.

A principal forma de divulgarem seus produtos é anunciando-os pessoalmente e, às vezes, usando redes sociais.

Os principais demandantes de seus produtos são a própria comunidade, os vizinhos e os familiares. Mas às vezes, eles se deslocam para eventos na comunidade, como, por exemplo, para festas que acontecem nas igrejas.

VIII. Estratégias de sustentabilidade

Algumas formas de sustentação para aquelas/es que trabalham no ramo de alimentação e comércio na ZEIS Bom Jardim foram pensadas, embora alguns grupos que atuam coletivamente, de forma geral, ainda possuam baixo nível de organização, prevalecendo o individualismo e a dispersão. Ao longo das oficinas, foi discutida a possibilidade de buscarem estabelecer parcerias e redes entre empreendimentos do mesmo segmento.

As/Os empreendedoras/es vislumbram a possibilidade de utilizar redes sociais para divulgação dos produtos, priorizar a qualidade dos produtos, planejar capacitação pessoal e planejamento para criar um estoque e, assim, obter poupança/caixa. Também consideram a importância de criar serviço de entregas e a possibilidade de diversificar os meios de pagamentos (por exemplo, com a aquisição de maquinetas para pagamento em cartão).

Quadro 14 - Problemáticas e soluções para o arranjo produtivo Comércio e Alimentação

PROBLEMÁTICAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
Gerais	
Pouca valorização do trabalho local	Aumentar a produtividade com qualificação (cursos)
Criminalidade no território	Buscar investimento governamental
Falta de capacitação (administração financeira, contabilidade, informática)	Aumentar a oferta de cursos na comunidade – ONGs, privado e público
Concorrência	Buscar trabalharem de rede, solidariedade
Falta de capital de giro	Ampliar e buscar mais linhas de crédito (Crediamigo, banco solidário etc)
Específicas	
Os fornecedores variam muito os preços	Realizar compras coletivas para pressionarem os fornecedores (poder de barganha)
Não possuem serviço de entrega de pedidos	Se organizarem para demandar serviços do tipo motoboy com cooperadores/sócios
Pouca diversificação de pagamento	Buscar a formalização, como o MEI, para acessarem sistema de cartão de crédito/débito

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF, 2019.

Outras ações para fortalecimento dos segmentos produtivos foram pensadas:

- ✓ Existem programas de iniciativa privada e/ou pública, tais como a Horta Solidária e a Bodega Solidária, que reduziriam custos e são ações que reforçam a economia solidária, melhoram questões de saúde e meio ambiente.
- ✓ Ações de sustentabilidade podem ocorrer ainda em parceria com o Sebrae e Secretarias Municipal ou Estadual, como é o caso do Programa Gastronomia Mais Verde e a Orgânica Brasil.
- ✓ Buscar capacitação junto ao Sistema S ou organizações da sociedade civil que atuem na área de atendimento ao cliente, marketing e gestão financeira.

4.3.4 Sumário executivo do Arranjo Produtivo da Confeção

I. Apresentação

A atividade de confeção é bastante tradicional na ZEIS Bom Jardim e se confunde com a própria história do bairro. É uma atividade exercida em sua maioria por mulheres, que aprenderam seus ofícios muito cedo, “ajudando suas mães em casa”, segundo afirmaram. O reduzido capital condiz com o maquinário de costura simples utilizado pelas/os empreendedoras/es, o que dificulta o crescimento profissional dessas mulheres nesse setor.

Foi relatada a dificuldade de atuar em um mercado concentrado, com poucas pessoas dispostas a comprar dos/as pequenos/as empreendedores/as. Segundo relataram, a

atividade lhes oferece uma média de 1 a 2 salários mínimos. Nessa atividade, muitos contam com ajuda de mão de obra de familiares. As mulheres veem nessa atividade um apoio/estímulo para estudar, dado que o horário de trabalho é flexível. Apesar disso, muitas enfrentam a resistência de seus esposos/companheiros, que, conforme relatou uma das participantes da oficina, “não admitem ter sua mulher trabalhando fora de casa”. Trata-se de uma arraigada cultura patriarcal, muito presente nos lares brasileiros, mas que permanece, mesmo com os avanços das mulheres em termos de acesso a escolaridade formal, renda etc.

Entre as metas e as estratégias de atuação para melhoria da atividade, destaca-se produzir e vender mais, bem como fabricar produtos com mais qualidade. Além disso, é possível pensar na criação de uma cooperativa de costureiras, que poderia comprar matéria-prima mais barata, acessando um ganho de escala e, com isso, obter acesso mais fácil a linhas de crédito subsidiado para capital de giro e investimento.

II. Histórico do arranjo produtivo

O trabalho da grande maioria é executado em suas próprias residências, atendendo somente a demanda do bairro. O apoio familiar para a condução dos serviços também é destacado, já que muitas trabalham em conjunto com familiares. Dessa forma, trabalhando em casa, as participantes relataram que conseguem conciliar as atividades domésticas com as demandas profissionais

A principal motivação para a adesão a esse segmento produtivo diz respeito, em muitos casos, ao enraizamento do ofício no contexto familiar, passado de mãe para filha e sustentado até então. Em outra circunstância, foi relatada a crescente demanda no bairro em relação ao trabalho parcelado de costuras (costura de peças de roupas feitas em casa e repassadas para uma empresa, sem que a costureira tenha vínculo empregatício), atestando uma das facetas da precarização do trabalho. A entrada no setor deveu-se à necessidade de geração de renda sem a exigências de escolaridade.

III. Descrição dos produtos/serviços

O segmento confecção da ZEIS Bom Jardim produz roupas variadas, além de fronhas e lençóis, sobretudo para venda na própria localidade.

Quadro 15 - Produtos que compõem o arranjo produtivo da Confeção

Produto	Descrição
Roupas	Modinha, lingerie, roupas para crianças e homens.
Fronhas, lençóis e colchas para cama	Algumas colchas são produzidas com retalhos (<i>Patchwork</i>).
Mochilas	Em tecido, de diversos modelos e tamanhos.

Fonte: Dados levantados nas oficinas do PIRF, 2019.

IV. Análise de mercado (Matriz FOFA)

O setor de confecção tem se destacado no estado do Ceará e no município de Fortaleza, em particular por sua resiliência e criatividade. O Estado apresenta uma grande potencialidade tendo em vista o crescimento de 3,6% da sua produção têxtil, entre 2012 e 2016, enquanto a produção nacional nesse mesmo período obteve uma queda de 12,8% (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018). O papel representado pelo segmento confecção no Ceará é reconhecido inclusive por estados e regiões vizinhas que recorrem, sobretudo, à capital do estado para adquirir mercadorias, com grande repercussão na geração de trabalho e renda local.

Segue abaixo a análise da matriz FOFA, realizada na primeira oficina sobre Diagnóstico Participativo, envolvendo as/os empreendedoras/es do arranjo confecção:

Quadro 16 - Informações da FOFA do arranjo produtivo da Confeção

FORTALEZAS	FRAQUEZAS
Confiabilidade no cumprimento dos prazos de entrega dos produtos No aspecto ambiental, tem-se a doação de resíduos	Não possuem maquinário adequado para produzir peças com alto nível de qualidade
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Organizar-se para trabalharem juntos	Concorrência de grandes empresas. Lojas com preços menores devido a produzirem em larga escala Concorrentes são mais organizadas

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF, 2019.

Conforme pode ser observado na análise dos dados, os participantes destacaram que a concorrência com os grandes empresários dificulta as atividades econômicas dos pequenos produtores. Um dos meios encontrados para proteger os comerciantes locais, especificamente os donos de supermercados, quanto à chegada de empreendimentos maiores na região (Atacados), foi a formação de redes que favorecem as compras coletivas.

Em relação ao mercado fornecedor, as/os empreendedoras/es do arranjo produtivo de confecção compram seus insumos de fornecedores de outros bairros, principalmente no Centro da cidade. O tecido, que é um insumo importante para a produção, é comprado fora da

ZEIS, em feiras ou fábricas, por não ter essa disponibilidade de compra no local. Alguns insumos até podem ser encontrados na comunidade, entretanto o preço não é atrativo. Bens de capital, como máquinas, não são ofertados na ZEIS. Apenas produtos como linha e cola são comprados nos mercadinhos locais.

O arranjo da confecção tem sido beneficiado com a instalação do Centro de Referência do Empreendedor, uma vez que o referido equipamento público oferece máquinas e equipamentos de uso coletivo para costureiras locais, além de proporcionar oportunidades de capacitação para empreendedores/as desse segmento. Além disso, no que concerne à gestão financeira do empreendimento, existe a oferta de serviço do contador para empreendedores. Apesar disso, muitos/as empreendedores/as ainda não conhecem os serviços do Centro de Referência.

A seguir, encontram-se missão, visão, valores, metas e estratégias de atuação:

Quadro 17 - Missão Visão, Valores, Metas e estratégias de atuação no arranjo produtivo da Confecção

Missão: Produzir realização pessoal e ao mesmo tempo gerar renda.
Visão: Conseguir um ponto fixo para venda dos produtos.
Valores: Qualidade dos produtos, ética e solidarismo com empreendedores do mesmo arranjo.
Metas e estratégias de atuação: Fabricar e vender mais produtos, com mais qualidade. Criar uma cooperativa de costureiras para ter acesso a matéria-prima mais barata. Ter acesso a uma linha de crédito subsidiado que proporcione capital de giro e de investimento.

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF, 2019

V. Análise financeira

Nesse ponto, são relevantes as limitações das/os empreendedoras/es em organizar uma rotina financeira, bem como a contabilidade dos gastos, os investimentos, o crédito e o fluxo de caixa ou o estoque. Foi debatido o peso no orçamento dos gastos com matérias-primas e insumos (energia, água, gás). Não há identificação exata dos ganhos/lucros.

As/Os empreendedoras/es afirmam haver a necessidade de crédito para expandir os negócios para compra de matérias-primas, maquinários, realizar cursos/capacitação, melhorar as condições do ambiente de trabalho. Houve relatos de falta de capital de giro e investimento para expandir o negócio. O Crediamigo (BNB) seria uma opção, o qual disponibiliza até R\$ 2.500,00 por pessoa. Porém, outras opções devem ser criadas, especialmente, para ampliar os investimentos no setor. Qualidade em termos técnicos da

produção local aponta que se pode ampliar a geração de trabalho e renda nas condições atuais da ZEIS Bom Jardim por meio da atividade de confecção.

Por fim, é fundamental desenvolver a formação em áreas como educação financeira, administrativa, jurídica, contábil, além de informática básica e marketing digital, entre outras. Permanece a necessidade de acesso ao crédito em condições adequadas ao segmento econômico das/os empreendedoras/es da ZEIS, notadamente em termos de taxas de juros menores e carência mais ampliada, sem prejuízo do subsídio governamental, tendo em vista o interesse social e ecológico desse segmento econômico.

VI. Análise operacional

As/Os empreendedoras/es relatam sobre a falta de suporte para legalização do negócio, bem como para acesso às informações tributárias e fiscais. Outro fator importante é que não há organização do tempo de trabalho diário entre as atividades domésticas e pessoais e as do empreendimento.

As/Os empreendedoras/es possuem os meios de produção: um maquinário simples, embora ainda seja grande a dificuldade para adquiri-lo. Com máquinas mais aperfeiçoadas, seria possível produzir de forma mais inovadora e diversificada a produção. Também falta capital de giro, afetando o nível de produção.

VII. Marketing e comercialização

Através de relatos durante as oficinas, foi identificado que as estratégias de marketing dos empreendimentos consistiam-se basicamente na divulgação personalizada. Devido a dificuldades no domínio das novas tecnologias, a maioria das/os empreendedoras/es não faz divulgação nas redes sociais.

No quesito comercialização, a inadimplência e a concorrência foram identificadas pela comunidade como obstáculos a serem superados. Outra dificuldade relatada consiste na administração financeira, especialmente no que se refere à formação de preços, os quais são definidos de maneira intuitiva.

Para conquistarem maior espaço no mercado, as/os empreendedoras/es enfrentam o desafio de precificar seus produtos em valores mais baixos ou aumentarem a qualidade. A

oportunidade de se legalizarem permitiria a comercialização de forma mais segura, por meio de contratos.

Atualmente, vendem para pessoas da própria comunidade, vizinhas, parentes e na feirinha da igreja. Enquanto isso, consideram a possibilidade de ampliar a comercialização através da participação em feiras, ou da venda em outros bairros, de forma ambulante.

Ademais, consideram, como estratégia de comercialização, o aumento na visibilidade dos espaços culturais que já existem no bairro.

VIII. Estratégias de sustentabilidade

O mercado de confecção em Fortaleza é aquecido e diversificado. Os/As empreendedores/as podem buscar nichos específicos, tais como a produção das roupas *fitness*, para pessoas acima do peso (*plus size*), moda para pets, roupas com temáticas, moda íntima e moda praia.

A procura pela qualificação desse mercado é vasta em Fortaleza, fazendo com que os/as produtores/as busquem sempre aperfeiçoamento. Destacam-se, como referência, os seguintes locais de qualificação: Senac, Senai, Sebrae, Casa da Modelagem, além dos Cursos de Design e Moda da UFC e IFCE.

Outras ações poderiam ser desenvolvidas no sentido de:

- ✓ Apoio da Prefeitura e de algumas empresas que dispõem de projetos.
- ✓ Identificação dos espaços culturais para comercialização e divulgação dos produtos da cidade de Fortaleza.
- ✓ Desenvolver um mercado específico para pequenos produtores (nicho), incluindo eventos na própria ZEIS.
- ✓ Venda em feiras, obtenção de um ponto fixo compartilhado, realização de cursos, reuniões etc.
- ✓ Parceria com o arranjo produtivo do artesanato, através de doação do material residual da confecção.

4.3.5 Sumário executivo do Arranjo Produtivo da Marcenaria e Metalurgia

I. Apresentação

As atividades de metalurgia e marcenaria da ZEIS Bom Jardim também convivem com as atuais dificuldades econômicas, em particular para os pequenos produtores. Ao passo que a ampla densidade populacional da localidade anima os/as empreendedores/as, a falta de escolas em tempo integral e a baixa qualificação profissional entre os jovens no bairro, além do desemprego, ameaçam sua condição.

Os empreendedores (em sua maioria, homens) se ressentem da falta de capital de giro e investimento, bem como da elevada carga tributária em vigor no país. Tais fatores demandam um processo de distribuição de renda, mediante apoio a projetos de ação social, também voltados à criação de oportunidades para os adolescentes trabalharem.

Um dos gargalos observados nesse segmento é o limitado acesso às tecnologias, embora o avanço tecnológico tenha possibilitado, por exemplo, a divulgação dos seus produtos. Outra dificuldade surge em razão da territorialidade do bairro ser permeada por disputas pelo controle de áreas de tráfico de drogas, e isso repercute, inclusive, sobre o deslocamento da comunidade para ir às reuniões em lugares mais distantes.

A poluição da água e o canal a céu aberto abrem boas oportunidades para se propor mais áreas verdes, particularmente, nas margens dos cursos d'água, sem esquecer o saneamento ambiental das casas e dos empreendimentos. Por fim, cabe ressaltar a necessidade de formalização dos negócios, em condições adequadas ao público da ZEIS, até para que possam dispor de maior segurança nos contratos.

Além disso, uma associação entre os/as empreendedores/as para propaganda e a garantia de qualidade do produto poderiam fortalecer os setores. Uma linha de crédito subsidiado poderia proporcionar capital de giro e de investimento em meio ao segmento em pauta. Impõe-se, ademais, a urgência de formação seja em termos da atividade fim, ou de atividades meio.

II. Histórico do arranjo

A produção de móveis, portões, estruturas de ferro, entre outros, também se destaca na ZEIS Bom Jardim, evidenciando possibilidades locais para o setor produtivo de

marcenaria e metalurgia. Uma característica comum identificada nos trabalhadores locais do ramo diz respeito a uma antiga trajetória de trabalho na área. Todos os empreendedores presentes afirmaram que iniciaram suas atividades produtivas há mais de 20 anos. Muitos tinham experiência profissional em grandes empresas na área da construção civil, serralha, serviço de solda, entre outros, e entraram no ramo com uma grande bagagem profissional acumulada.

Foi identificado que todos os empreendedores do setor são autônomos, do sexo masculino, e, apesar de trabalharem já há bastante tempo no ramo, não possuem espaço físico para a execução de suas atividades produtivas, realizando-as em suas próprias residências ou em domicílio, a depender do tipo de serviço prestado, com exceção de um único empreendedor que é proprietário de seu local próprio para produção.

A maior queixa dos presentes pautou-se na falta de estruturação física para a produção, o que dificulta e, muitas vezes, impede a produção em maior escala, e ainda se torna causa de mal-estar com a vizinhança local por conta da poluição sonora gerada.

A maior motivação para os empreendedores terem aderido ao arranjo produtivo deve-se ao fato de suas experiências profissionais anteriores em áreas de trabalho correlatas, o que foi visto como uma potencialidade de expansão do negócio. Muitas vieram de contextos de demissão do mercado formal, sendo a nova atividade uma maneira de se manter financeiramente.

III. Descrição dos produtos/serviços

O segmento de marcenaria e metalurgia da ZEIS Bom Jardim produz móveis, portões, estruturas de ferro, entre outros, sobretudo, para venda no próprio bairro.

VI. Análise de mercado (Matriz FOFA)

Os segmentos em questão, sendo atividades manufactureiras fazem com que os produtores busquem a diferenciação técnica dos produtos para obterem melhor qualidade.

Segue a análise da matriz FOFA, realizada na primeira oficina “Diagnóstico Participativo”, envolvendo empreendedores do arranjo Marcenaria e Metalurgia:

Quadro 18 - Informações da FOFA do arranjo produtivo da Marcenaria e Metalurgia

FORTALEZAS	FRAQUEZAS
Qualidade do produto que faz Bom atendimento Força de vontade para alcançar o objetivo desejado Honestidade	Falta capital de giro Descompromisso do cliente que encomenda, mas falha no pagamento.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Acompanhamento do município e estado no apoio técnico e financeiro Apoio de um Projeto para criação de uma escolinha para capacitação dos serviços de solda e outros	Concorrência Tributos elevados

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF, 2019.

Os participantes do arranjo destacaram, ainda, que os clientes, muitas vezes, optam por produtos mais baratos, porém não se atentam ao fato de que a matéria-prima utilizada está sendo de baixo valor agregado e que, possivelmente, não possui a mesma durabilidade que um produto de maior qualidade. Devido a essa falta de informação, a concorrência oferta produtos com preços menores e acaba se desenvolvendo de forma mais direta.

Em relação aos fornecedores, não possuem fornecedores fixos, havendo o objetivo de comprar diretamente, sem intermediários. Devido à raridade e ao elevado preço da matéria-prima no local, a mesma é comprada fora da ZEIS. Também o capital físico, como máquinas, não é ofertado na ZEIS.

Conforme destacaram os participantes, a concorrência com os grandes empresários dificultou as atividades econômicas dos pequenos empreendedores. Esses últimos relataram ainda que, apesar de comprarem diretamente dos fornecedores, os custos são elevados. Uma oportunidade nesse sentido seria a articulação dos produtores para a compra coletiva de insumos, como já foi mencionado, dado que será uma forma de benefício mútuo e permitirá a obtenção de custos menores de matéria-prima.

Quadro 19 - Missão Visão, Valores, Metas e estratégias de atuação no arranjo da Marcenaria e Metalurgia

Missão: Fortalecer os empreendimentos econômicos e o desenvolvimento local
Visão: Conseguir apoio da Prefeitura para formalização, incluindo orientação contábil e redução/isenção de impostos
Valores: Qualidade e garantia dos produtos e desenvolvimento comunitário
Metas e estratégias de atuação: Produzir renda a partir da criatividade (diferenciação da técnica), qualidade e garantia do produto. Uma linha de crédito subsidiado poderia proporcionar capital de giro e investimento ao segmento. Se coloca, ademais, a urgência por formação, incluindo a juventude do bairro, tanto em termos de atividades fim, como atividades meio. A associação entre os empreendedores para propaganda, garantia de qualidade do produto etc.

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF, 2019.

V. Análise financeira

Nesse ponto, são relevantes as limitações dos empreendedores em organizar uma rotina financeira; falta desde o controle de caixa ou estoque até a separação entre recursos próprios e do negócio. Foi debatido pelos empreendedores o peso no orçamento dos gastos com matérias-primas e insumos (energia etc.).

Os mesmos afirmam haver a necessidade de crédito para expandir os negócios (compra de matérias-primas, maquinários, cursos/capacitação, melhoria das condições do ambiente de trabalho). Neste caso, as linhas de crédito do Crediamigo (BNB) seriam uma opção. Porém, outras opções devem ser criadas, especialmente, para ampliar os investimentos no setor e incluir o público jovem. Permanece a necessidade de acesso ao crédito em condições adequadas ao segmento econômico dos empreendedores da ZEIS, notadamente em termos de taxas de juros menores e carência ampliada, sem prejuízo do subsídio governamental, tendo em vista o interesse social e ecológico envolvido.

No tocante às formações, nesse caso, será fundamental desenvolver formação em áreas como educação financeira, administrativa, jurídica, contábil, além de informática básica e marketing digital, entre outras.

VI. Análise operacional

Foi relatada a dificuldade de atuar em um mercado concentrado, com grandes empresas que atraem a maior parcela dos compradores. A alta carga tributária também é sentida como obstáculo ao processo de regularização. Além disso, os empreendimentos revelaram a precariedade das instalações, também a falta de capital de giro para financiar a produção/atividade.

A concorrência desleal, segundo afirmaram os participantes, diminui o preço, abrindo mão da qualidade do produto e criando dificuldades ao segmento. Os empreendedores falaram sobre a falta de formação específica e também da falta de percepção dos clientes em relação à qualidade dos produtos.

A análise em curso revelou, ainda, o desconhecimento da existência de suporte técnico para formalização dos empreendimentos, bem como para acesso às informações tributárias e fiscais. Observou-se que os custos de produção não são corretamente calculados e não há organização do tempo de trabalho diário.

Segundo suas afirmações, com máquinas mais aperfeiçoadas, poderiam fazer produtos mais variados e inovadores. Também afirmam que são responsáveis na entrega dos produtos, mas se ressentem dos clientes que encomendam os produtos e não querem pagar. No aspecto ambiental, a utilização de materiais recicláveis tende a ser um diferencial também em termos de produção sustentável, mas ainda não é algo praticado.

VII. Marketing e comercialização

Através de relatos feitos durante as oficinas, foi identificado que as estratégias de marketing dos empreendimentos consistem basicamente na venda direta e por recomendação, mas, também, por meio das redes sociais. Reconhecem a possibilidade de vender em feiras, lojas e *internet*.

Enquanto trabalham com a noção de preço justo, parecem estar basicamente sintonizados ao mercado do Bom Jardim.

Para conquistarem outros mercados, enfrentam o desafio de precificar seus produtos de forma adequada. A oportunidade da formalização dos empreendimentos permitiria a comercialização de forma mais segura, por meio de contratos.

Atualmente, os envolvidos com esse ramo de atividade vendem para pessoas da própria comunidade, vizinhas, parentes e na feirinha da igreja. Enquanto isso, consideram a possibilidade de ampliar as vendas através da participação em feiras, ou em outros bairros, de forma ambulante.

VIII. Estratégias de sustentabilidade

Mostra-se necessária uma maior aproximação do Centro de Referência do Empreendedor, para também abranger os moradores que possuem pequenas iniciativas econômicas, fortalecendo o avanço econômico e social da região. Além disso, a especialização do capital humano e social é fundamental para o desenvolvimento dos ramos retratados e, assim, para o progresso da economia local. Uma iniciativa capaz de gerar renda e, ao mesmo tempo, contribuir para elevar o desenvolvimento humano na ZEIS (e que foi sugerido pelos empreendedores) é que eles próprios possam ser contratados pela Prefeitura para ministrar cursos aos jovens do Bom Jardim, nas áreas de marcenaria e metalurgia, para

que os mesmos possam ter uma formação e, posteriormente, desenvolver algum trabalho nessa área.

Outras ações poderiam ser desenvolvidas no sentido de:

✓ Apoio dos poderes públicos e de empresas que dispõem de projetos de apoio ao segmento.

✓ Identificação dos espaços demandantes dos serviços de marcenaria e metalurgia da cidade de Fortaleza para realização da venda direta de produtos.

✓ Escoar uma parte da produção em feiras.

✓ Obtenção de um ponto fixo compartilhado, onde também possam ser realizados cursos, eventos e reuniões.

✓ Parceria com demais arranjos produtivos da ZEIS no intuito de desenvolver projetos comunitários integrados, em parceria com as Universidades e Institutos Federais.

5 APRECIÇÃO GERAL E RECOMENDAÇÕES

Diante do exposto, observa-se que, para viabilizar o fortalecimento dos empreendimentos econômicos na ZEIS Bom Jardim, o papel do poder público é fundamental. Nesse sentido, os dados demonstram que a população tem sido apenas pontualmente alcançada pelas políticas públicas, seja em âmbito federal, estadual ou municipal. Por isso, há diversas demandas reprimidas nas áreas de educação, saúde, cultura, segurança pública que impactam diretamente na geração de trabalho e renda.

Para incentivar e fortalecer as atividades econômicas na ZEIS Bom Jardim, o governo municipal tem implementado programas e projetos que estimulam a circulação de renda na área. Nesse sentido, foram identificadas algumas iniciativas da Prefeitura de Fortaleza, sendo que o projeto Meu Bairro Empreendedor foi o de maior destaque. Esse último pretende desenvolver a economia local sob o seguinte aspecto: elevar o capital humano, social e empresarial no território. O programa oferece oficinas para confecção de uma diversidade de peças artesanais que são comercializadas. Também promove a formação de grupos que trabalham com materiais recicláveis que seriam inicialmente descartados, dentre esses: jornais, garrafas PET, retalhos de pano, revistas, dentre outros. Outras ações encontram-se em andamento, dentre elas: o Centro de Referência do Empreendedor (CRE), citado anteriormente pelos participantes das oficinas, o qual se propõe a oferecer:

- ✓ Serviços de consultoria, capacitação e acompanhamento aos/às empreendedores/as.
- ✓ Espaço de um ateliê de moda para desenvolver e qualificar a área de confecção do bairro.
- ✓ Um espaço de incubação de empresas de base tecnológica do bairro.
- ✓ Salas de reuniões, internet e equipamentos.
- ✓ Galpão de aproximadamente 650m² alocado para receber uma feira permanente, garantindo a comercialização de produtos dos/as empreendedores/as locais.

Em relação às iniciativas do setor privado foram identificadas as empresas ENEL e CAGECE, com os respectivos projetos:

- ✓ *Projeto ECOENEL*: O projeto estimula o descarte adequado de resíduos recicláveis pelas famílias cearenses. O consumidor, individual ou cooperativo, é estimulado a deixar seus resíduos recicláveis nos postos de coleta Ecoenel, apresentando sua conta de energia, na qual receberá um desconto.

✓ *Programa Reciclocidades*: Atuando desde 2009, o Programa tem como público alvo homens e mulheres acima de 16 anos, em situação de baixa renda ou em condição de vulnerabilidade, residentes na zona urbana. O Reciclocidades contribui para a inclusão social do segmento da população menos favorecida e promove a geração de trabalho e renda.

Em diálogo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza, para levantamento dos dados sobre os projetos/programas implementados na ZEIS, foi informado que:

✓ A Prefeitura firmou parcerias com alguns conselhos profissionais, visando ao fortalecimento dos negócios locais, entre os quais foram destacados: Administração, Economia e Contabilidade. Outras parcerias importantes estariam sendo buscadas com bancos para oferecer crédito aos/às empreendedores/as: BNB, Caixa Econômica, BB e Santander.

✓ *Financiamento Orientado*: Aprovação de uma linha de financiamento para pequenos negócios de até R\$ 5.000,00. Serão 500 créditos subsidiados para financiar compra de máquinas, insumos e equipamentos.

✓ *Projeto Meu Bairro Compras*: Foi implementado no Bom Jardim pela Prefeitura (SDE) em parceria com o governo do estado (Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG)), com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). O projeto tem como objetivo apoiar os/as empreendedores/as locais, por meio da participação nas compras públicas, em especial as compras realizadas nas escolas municipais e creches parceiras.

Outro importante aspecto a ser considerado nas sugestões está relacionado ao crédito disponibilizado pelos bancos públicos, em especial o Banco do Nordeste (BNB), o qual disponibiliza o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (Crediamigo). O Programa contribui para o desenvolvimento socioeconômico dos/as empreendedores/as por meio do microcrédito, com a devida orientação. Trata-se de um Programa que leva o crédito a microempreendedores/as formais e informais, que estejam começando ou que tenham um faturamento anual de até R\$ 200.000,00. Segundo informações contidas na página do BNB na internet, o atendimento do Crediamigo é personalizado, com unidades especializadas para atender ao público, e o Bom Jardim acolhe uma dessas unidades.

Os riscos desse tipo de crédito são minimizados pela metodologia do aval solidário, que forma grupos solidários para acesso ao crédito. Tais grupos reúnem entre três ou quatro empreendedores/as que têm uma confiança mútua e solicitam o crédito em

conjunto. Cada um/a solicita o valor necessário individualmente, mas se responsabiliza pelo todo. Uma categoria menos utilizada é o *Crediamigo Comunidade*, o qual é solicitado a partir de um banco comunitário. Pessoas que trabalham na mesma região e que têm o mesmo objetivo de desenvolver a sua comunidade podem adquirir capital de giro para algumas ferramentas de uso comum para o desenvolvimento da infraestrutura local. Outra categoria é o *Crediamigo Mais*, que oferece o recurso necessário para realizar a atividade e, somado a isso, uma capacitação. Os grupos solidários substituem o avalista pelo aval coletivo.

Em todos os arranjos da ZEIS Bom Jardim, identificou-se que pelo menos um/a empreendedor/a já recebeu esse tipo de crédito, principalmente para capital de giro. Outra possibilidade é desenvolver instrumentos de finanças solidárias mediante estímulo aos bancos comunitários ou aos fundos rotativos solidários. Para tanto, é necessário um tempo de maturação maior, pois ambas as modalidades têm em comum a confiança mútua entre os participantes, algo que demanda tempo e metodologias adequadas.

Ainda sobre o quesito microcrédito, é importante salientar o papel das finanças solidárias no desenvolvimento comunitário. Nessa perspectiva, nas oficinas realizadas para elaboração do Plano, principalmente na segunda e terceira, o tema das Finanças Solidárias foi abordado e apresentadas as distintas modalidades (Fundos Rotativos, Bancos Comunitários e Cooperativas de Crédito). Dentre elas, os chamados Bancos Comunitários de Desenvolvimento, cuja experiência exemplar, conhecida mundialmente e também citada pelos participantes, é o Banco Palmas, no Conjunto Palmeiras, embora existam outras metodologias, que se assemelham, tais como a que cria os chamados Grupos de Oportunidades Locais e Desenvolvimento (GOLDS), baseadas no modelo do Self-Help Group (SHG), desenvolvido no sudeste da Índia por uma organização não governamental de microfinanças. Entretanto, como já dito anteriormente, a criação de um banco comunitário requer mais tempo para a devida maturação e criação de ambiente de confiança entre os participantes. Nesse sentido, destacamos a necessidade de aprofundamento dos debates, considerando, inclusive, os acúmulos oportunizados pelo Seminário Estadual, que contou com a participação de uma representante do Instituto Palmas, organização que possui reconhecida expertise na área, tendo implementado diversas ações mediante parceria com o poder público, notadamente por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária. A referida experiência foi relatada no *Painel Experiências Exitosas em Economia Solidária*.

De forma breve, podemos caracterizar o que se está entendendo por Banco Comunitário e listar algumas premissas para sua criação. Para França Filho e Silva Jr (2009),

a definição de banco comunitário está associada ao desenvolvimento de um território. Por isso, a denominação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento foi definida, conforme a seguir:

Os bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) podem ser definidos como uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares situadas em territórios com baixo índice de desenvolvimento humano. Estruturados a partir de dinâmicas associativas locais, os BCDs apoiam-se em uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território. Para tanto, articulam-se quatro eixos centrais de ações em seu processo de intervenção: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária (FRANÇA FILHO; SILVA JR, 2009, p. 31).

Conforme Paiva (2015), considerando esse arcabouço conceitual e as práticas desenvolvidas, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários elaborou alguns princípios balizadores do funcionamento dos empreendimentos, que expõem suas características e sintetizam o seu modo de atuação:

1. É a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária;
2. Os bancos comunitários oferecem duas modalidades de crédito: uma em real e outra em moeda social circulante;
3. Suas linhas de crédito estimularam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;
4. Apoiam os empreendimentos em suas estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros);
5. Atuam em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social;
6. Estão voltados, sobretudo, aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias,
7. Sua sustentabilidade, em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas (RBBC, 2007 *apud* PAIVA 2015).

Desse modo, um banco comunitário consiste em uma organização propulsora do desenvolvimento local. No caso do referencial aqui adotado, o Instituto Palmas desempenha um papel central, atuando como uma espécie de “entidade âncora”, constituindo-se na principal entidade de apoio à rede de bancos comunitário no Brasil. Atualmente, enquanto OSCIP de microcrédito, o referido Instituto está respaldado a estabelecer contratos e convênios com o poder público e também com as instituições bancárias oficiais, captando recursos e tecnologias para os bancos por ele assessorados.

Ao priorizar como estratégia de geração de trabalho e renda, os pequenos empreendimentos que se vinculam à perspectiva da economia solidária, é importante ressaltar, de um lado, um cenário de recuo nas políticas de apoio e fomento, na esfera federal, porém, com algumas oportunidades que merecem atenção. A principal delas se refere aos avanços na

legislação e no reconhecimento de empreendimentos dessa natureza. No último dia 11 de novembro de 2019, o Plenário do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC 137/2017) que cria a Política Nacional de Economia Solidária (PNES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), além de regulamentar empreendimentos desse tipo já existentes, o que significa um avanço em meio à retração vigente neste setor desde 2015.

Desse modo, a elaboração de uma política pública que fortaleça e consolide as experiências em economia solidária requer integrar formação, produção, comércio justo, consumo e finanças solidárias como um sistema interdependente e autogestionário.

Para tanto, um conjunto de premissas que deve ser considerado pelos entes públicos, no intuito de fazer acontecer as ações que compõem o presente PIRF, em resposta aos anseios e às necessidades dos moradores da ZEIS Bom Jardim:

- ✓ Vontade e decisão política dos gestores públicos, em especial aqueles vinculados à Prefeitura de Fortaleza, no sentido de criar os meios necessários para a implementação da referida Política Pública.

- ✓ Destinação de recursos financeiros.

- ✓ Dispor de estrutura organizacional com recursos humanos capacitados para coordenar a operacionalização das ações e projetos.

- ✓ Desenvolver uma compreensão sobre os princípios, os valores e os objetivos da economia solidária por parte da população, dos dirigentes e dos servidores públicos.

- ✓ Considerar a vivência e as relações entre os grupos produtivos solidários.

- ✓ Firmar parcerias com instituições que apoiam grupos produtivos solidários.

É importante ressaltar que várias discussões e agendas institucionais já foram realizadas pelas organizações locais e pelo movimento de economia solidária do Ceará, resultando em proposições que se aplicam à realidade do território/ZEIS em questão. Inclusive, do ponto de vista da legislação, em Fortaleza há uma lei municipal de incentivo à economia solidária, a qual carece da devida regulamentação (criando os instrumentos legais) para que seja efetivada.

Do ponto de vista operacional, liste-se a seguir algumas recomendações e, na sequência, uma matriz de ações, indicando possíveis responsáveis, parcerias e tendo como horizonte temporal inicial o segundo semestre de 2020 (Apêndice 2):

- ✓ Ampliar acesso ao Programa CREDJOVEM, de incentivo ao empreendedorismo entre os jovens.

✓ Retomar as discussões sobre boas práticas em finanças solidárias, a exemplo do Projeto de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), que foi inicialmente implementado em 2004, porém, com as mudanças de contexto político-institucional com interferência direta no BNB, houve descontinuidade de suas ações.

✓ Realizar Programa de Formação nos temas demandados pelos arranjos produtivos, priorizando os seguintes: Economia Solidária, Consumo Consciente, Administração Financeira, Gestão de Projetos Sociais, Informática Básica, *Marketing* Digital e Tecnologias Específicas necessárias ao desenvolvimento dos arranjos produtivos, conforme plano de negócios elaborado.

✓ Estabelecer parcerias com instituições como o Centro Cultural Bom Jardim, Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS) e UFC, dentre outras instituições de ensino superior, na perspectiva da organização de um Cursinho Comunitário capaz de contribuir para o ingresso da comunidade da ZEIS nas Universidades Públicas.

✓ Fortalecer parceria com a Rede Cearense de Economia Solidária, dentre outras redes (Rede DLIS, Rede Estrela de Iracema e Rede Bodega), propondo desde a troca até a captação de recursos para o setor da economia solidária, incluindo, no caso, os arranjos produtivos da ZEIS Bom Jardim.

✓ No tocante às capacitações, poderão ser firmadas parcerias com empresas que dispõem de projetos de responsabilidade social corporativa e com organizações do Sistema “S”, de acordo com as demandas aqui identificadas em cada arranjo produtivo.

✓ Ações de sustentabilidade podem ocorrer em conjunto com organizações locais, bem como na busca para integração dos empreendimentos dos arranjos produtivos a iniciativas exemplares, tais como Programa Gastronomia Mais Verde e a Orgânica Brasil, que realizam a Oficina de Resgate de Ofícios Artesanais Sustentáveis - Ofício Verde, responsável pela produção de utensílios de cozinha feitos de Bambu.

A seguir, o Quadro 20 apresenta uma matriz com propostas de ações, considerando quatro dimensões estratégicas de atuação e a definição de responsáveis/possíveis parcerias e prazos (o horizonte temporal considerou 2020 a 2022).

Quadro 20 – Matriz de Planejamento de ações de geração de trabalho e renda na ZEIS Bom Jardim

EIXO 1: APOIO À PRODUÇÃO, COMÉRCIO JUSTO E CONSUMO SUSTENTÁVEL

OBJETIVO GERAL: Valorizar e ampliar a produção e o comércio justo e solidário, associados ao consumo sustentável, para dinamizar as atividades econômicas contribuindo na defesa das necessidades e interesses dos moradores da ZEIS Bom Jardim

AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS/FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2022
<p>1. Elaboração de planos territoriais de ECOSOL, contemplando as seguintes áreas:</p> <p>1.1. Implementação de ações de formação e capacitação, visando melhorias no nível técnico e organizativo (gestão) dos empreendimentos, incluindo a aquisição de equipamentos e matéria-prima (kit produtivo);</p> <p>1.2. Identificação e fortalecimento dos encadeamentos produtivos e redes de cooperação, articulados à estratégia de desenvolvimento da ZEIS;</p> <p>1.3. Apoio aos segmentos produtivos identificados, com estímulo ao fortalecimento dos princípios da Economia Solidária, priorizando a autogestão dos empreendimentos, o beneficiamento e a agregação de valor aos produtos e serviços etc;</p> <p>1.4. Apoio à comercialização com base nas boas práticas do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e em diferentes modalidades, tais como: redes de comercialização, realização de feiras, eventos culturais, esportivos, de lazer etc., pontos fixos, espaços de comercialização em espaços públicos já existentes (a exemplo do Bom Mix);</p> <p>1.5. Criação da rede de consumidores, comércio eletrônico e certificação dos produtos da economia solidária.</p>	<p>Conselho Gestor PIRF</p> <p>Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza;</p> <p>Universidades públicas e privadas;</p> <p>Setor de responsabilidade social da ENEL e Cagece (Projeto com recicláveis);</p> <p>Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, Rede Estrela de Iracema; Rede DLIS.</p>			

EIXO 2: AMPLIAÇÃO DO ACESSO A CONHECIMENTOS: EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E ASSESSORAMENTO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

OBJETIVO GERAL: Desenvolver ações de educação, formação e assessoramento aos grupos e empreendimentos solidários mapeados na ZEIS Bom Jardim

AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS/FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2022

1. Realização de ações formativas e de assessoramento técnico nas áreas de atuação dos segmentos produtivos anteriormente citados, de forma continuada, com vistas à construção gradual da identidade grupal, fortalecimento da autogestão dos empreendimentos, respeitada a cultura local e aprofundamento das orientações e princípios da economia solidária	Conselho Gestor PIRF Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza; Universidades públicas e privadas; Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, Rede Estrela de Iracema; Rede DLIS.			
2. Capacitação e acompanhamento sistemático aos empreendimentos solidários nas áreas de produção, beneficiamento, designs, tecnologias sustentáveis etc.	Idem anterior e outras organizações parceiras.			
3. Estabelecimento de parcerias com as incubadoras de economia solidária nas Universidades Públicas e Centros de Ensino Superior para que atuem nas diversas ações de assessoramento aos grupos e EES.	Idem anterior			
4. Aprofundamento da parceria com a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES) e demais redes locais, com apoio à gestão político-organizativa dos EES, por meio da realização de encontros territoriais e estadual e ações de formação de lideranças e facilitadores.	Idem anterior			
5. Criação de um programa de Formação de técnicos e gestores públicos em economia solidária e desenvolvimento territorial.	Idem anterior			
6. Sistematização e publicação das experiências dos percursos formativos vivenciados, com vistas a conferir visibilidade e replicabilidade às ações desenvolvidas e seus resultados/impactos.				
EIXO 3: AMPLIAÇÃO DO ACESSO A FINANCIAMENTO: MICROCRÉDITO E FINANÇAS SOLIDÁRIAS				
OBJETIVO GERAL: Garantir a ampliação do acesso às diversas modalidades de financiamento, adequadas ao perfil dos empreendimentos mapeados na ZEIS Bom Jardim				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS/FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2022
. Criação de um Fundo de Financiamento e Incentivos à Economia Solidária, definindo fontes, mecanismos operacionais de apoio financeiro às iniciativas de finanças solidárias, tais como fundos solidários, bancos comunitários e cooperativas de crédito, bem como ao microcrédito produtivo orientado com foco nos empreendimentos solidários mapeados na ZEIS. Uma boa iniciativa nesse sentido seria a retomada do Projeto de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), implementado pelo BNB, anteriormente citado, mas que se encontra interrompido.	Conselho Gestor PIRF Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza; Instituto Palmas de Economia Solidária e organizações com reconhecida atuação em finanças solidárias; BNB/Crediamigo; Universidades públicas e privadas; Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, Rede Estrela de Iracema; Rede DLIS.			

2. Ações de educação financeira com concepção pedagógica adequada ao perfil dos gestores dos empreendimentos de economia solidária e estímulo a iniciativas grupais de finanças solidárias, tais como grupos de poupança, clubes de troca, moeda social, fundos rotativos.	Idem anterior			
3. Ampliar acesso aos programas de microcrédito produtivo orientado já existentes, dentre eles, o Crediamigo (BNB).	Idem anterior			
4. Aprofundamento das discussões sobre a possível criação de um banco comunitário local.	Idem anterior			
EIXO 4: AMBIENTE INSTITUCIONAL DA POLÍTICA: MARCO LEGAL, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS				
OBJETIVO GERAL: Criar um ambiente institucional de apoio e fomento à economia solidária, ampliando as ações de fortalecimento do setor na ZEIS Bom Jardim e demais integrantes deste Plano				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS/FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2022
1. Criação de uma assessoria especial de economia solidária (Criação de uma assessoria especial de economia solidária (vinculada ao Gabinete do Prefeito ou a SDE, pois esta já atua neste segmento desde 2005) com poderes para articular a política integrada de economia solidária dentro e fora do Governo, garantindo a devida intersectorialidade da Política, com iniciativas de áreas tais como: Educação, Assistência Social; Meio Ambiente etc, bem como em sintonia com as diretrizes do Governo Estadual e Federal na área da Geração de Trabalho e Renda.	Conselho Gestor PIRE Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza; Universidades públicas e privadas; Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, Rede Estrela de Iracema; Rede DLIS.			
2. Fomentar a regulamentação da Lei Municipal existente, para que seja institucionalizada a Política Municipal de Economia Solidária, partindo do diálogo com os atores de ECOSOL e áreas afins, devendo conter a base conceitual da política, seus mecanismos operacionais, instrumentos de gestão com responsabilidades e atribuições, mecanismos de controle social (conselho) e, sobretudo, os instrumentos de financiamento e incentivos financeiros (fundos e formas de acesso), criando uma ambiência favorável e dando segurança jurídica e sustentabilidade institucional para a ampliação das iniciativas de economia solidária no município.	Idem anterior			
Estruturação e gestão dos Centros públicos de economia solidária (um em cada ZEIS: Bom Jardim, Pici e Poço da Draga) que constituirão o lugar referência e de operacionalização da política nos territórios/ZEIS e darão apoio à multiplicação da política no nível da gestão municipal.				

<p>3. Estruturação e gestão dos Centros públicos de economia solidária (preferencialmente um em cada ZEIS) que se constituirão no lugar referência e de operacionalização da política nos territórios/ZEIS e darão apoio à multiplicação da política no nível da gestão municipal (a exemplo da exitosa experiência do Governo da Bahia).</p>	<p>Idem anterior</p>			
<p>4. Fortalecimento do Cadastro de Empreendimentos da Economia Solidária (Cadsol), criado pelo Governo Federal com o intuito de constituir o Sistema Nacional de Economia Solidária. A exemplo do CadÚnico, este seria a porta de entrada para acesso às políticas públicas de fomento aos EES.</p>	<p>Idem anterior</p>			

Fonte: Equipe de Economia do PIRF/UFC, 2019.

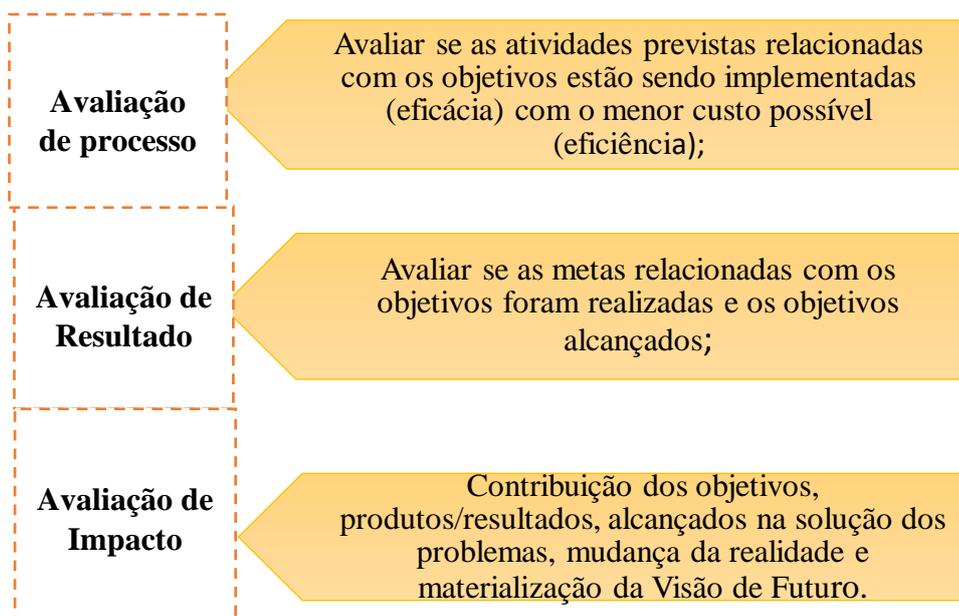
6 UMA PROPOSTA DE SISTEMA SIMPLIFICADO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Neste quesito, é fundamental definir uma metodologia e os meios de monitoramento e avaliação das ações implementadas com o objetivo de acompanhar e qualificar o desenvolvimento dos programas e dos projetos vinculados ao PIRF, desdobramentos do referido Plano, garantindo a eficiência, a eficácia e a efetividade na aplicação dos recursos.

Considera-se o Monitoramento como o acompanhamento sistemático das ações, passo a passo, e está diretamente relacionado ao processo de execução. Já a Avaliação, verifica o alcance dos objetivos e as alterações de situações-problema, ou seja, verifica a evolução entre a Situação Atual em relação à Situação Desejada/Planejada.

Desse modo, o processo de gestão, monitoramento e avaliação do referido Plano requer que a estrutura organizacional já existente na ZEIS Bom Jardim, notadamente o seu Conselho Gestor, seja validada e/ou aperfeiçoada, com vistas a assegurar o processo de implantação das ações estratégicas apresentadas na Matriz de Planejamento Operacional, ao tempo que permita realizar a avaliação do alcance dos objetivos propostos a partir de três tipos de indicadores, ou seja, i) Avaliação de processo, ii) Avaliação de resultado e iii) Avaliação de impacto, como apresentado na Figura 24, a seguir.

Figura 24 – Ciclo da Gestão e Planejamento



Fonte: Cartilha de Apoio à Gestão de Empreendimentos Econômicos Territoriais, 2013.

Para materializar essa proposta de monitoramento e avaliação do Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Bom Jardim, faz-se prudente que outros espaços de discussões sejam ampliados, envolvendo os participantes diretos das ações, a saber: os/as empreendedores/as dos arranjos produtivos, o Conselho Gestor, os Mobilizadores Sociais, Entidades que atuam na referida ZEIS e outras representações sociais e institucionais para avançar conjuntamente na construção participativa de um sistema simplificado de monitoramento e avaliação que dê conta de acompanhar a implantação das ações estratégicas e de seus resultados.

Assim, é fundamental que se tenha claramente definido o que avaliar e também o que os arranjos produtivos indicam como foco da avaliação. A seguir, apresenta-se uma proposta a ser apreciada e desenvolvida pela ZEIS Bom Jardim, no sentido de fomentar o exercício de controle social.

Quadro 21 – Proposta de sistema simplificado de Monitoramento e Avaliação do Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Bom Jardim

Monitorando e Avaliando o PGTR ZEIS Bom Jardim	Sistemática/Período		
	2020 (Resultados iniciais)	2021 (Resultados parciais)	2022 (Impactos)
EIXO 1 - APOIO À PRODUÇÃO, COMÉRCIO JUSTO E CONSUMO SUSTENTÁVEL			
OBJETIVO GERAL - Valorizar e ampliar a produção e o comércio justo e solidário, associados ao consumo sustentável, para dinamizar as atividades econômicas, contribuindo com a defesa das necessidades e interesses dos moradores da ZEIS Bom Jardim.			
AÇÕES ESTRATÉGICAS			
1. Elaboração de planos territoriais de ECOSOL, contemplando as seguintes áreas:			
1.1. Implementação de ações de formação e capacitação , visando melhorias no nível técnico e organizativo (gestão) dos empreendimentos, incluindo a aquisição de equipamentos e matéria-prima (kit produtivo) ;	X	X	X
1.2. Identificação e fortalecimento dos encadeamentos produtivos e redes de cooperação , articulados à estratégia de desenvolvimento da ZEIS.	X	X	X
1.3. Apoio aos segmentos produtivos identificados, com estímulo ao fortalecimento dos princípios da economia solidária , priorizando a autogestão dos empreendimentos, o beneficiamento e a agregação de valor aos produtos e serviços etc.		X	X
1.4. Apoio à comercialização com base nas boas práticas do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e em diferentes modalidades, tais como: redes de comercialização, realização de feiras, eventos culturais, esportivos, de lazer etc., pontos fixos, espaços de comercialização em espaços públicos já existentes (a exemplo do Bom Mix) e criação de uma plataforma de comércio eletrônico para vendas pela internet (a exemplo da proposta da		X	X

experiência da página Cirandas, criada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária).			
1.5 Criação da rede de consumidores , integrando os arranjos produtivos.		X	X
1.6 Desenvolvimento de uma certificação dos produtos e serviços da economia solidária, nos moldes participativos (a exemplo do Selo da Agricultura Familiar).		X	X

Monitorando e Avaliando o PGTR ZEIS Bom Jardim	Sistemática/Período		
	2020 (Resultados iniciais)	2021 (Resultados parciais)	2022 (Impactos)
EIXO 2 - AMPLIAÇÃO DO ACESSO A CONHECIMENTOS: EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E ASSESSORAMENTO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA			
OBJETIVO GERAL: Desenvolver ações de educação, formação e assessoramento aos grupos e empreendimentos solidários mapeados na ZEIS Bom Jardim			
AÇÕES ESTRATÉGICAS			
1. Realização de ações formativas e de assessoramento técnico nas áreas de atuação dos segmentos produtivos anteriormente citados, de forma continuada, com vistas à construção gradual da identidade grupal, fortalecimento da autogestão dos empreendimentos, respeitada a cultura local e aprofundamento das orientações e princípios da economia solidária.	X	X	
2. Capacitação e acompanhamento sistemático aos empreendimentos solidários nas áreas de produção, beneficiamento, designs, tecnologias sustentáveis etc.		X	
3. Estabelecimento de parcerias com as incubadoras de economia solidária nas Universidades Públicas e Centros de Ensino Superior para que atuem nas diversas ações de assessoramento aos grupos e EES.		X	X
4. Aprofundamento da parceria com a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES) e demais redes locais , com apoio à gestão político-organizativa dos EES, por meio da realização de encontros territoriais e estadual e ações de formação de lideranças e facilitadores.	X	X	X
5. Sistematização e publicação das experiências dos percursos formativos vivenciados , com vistas à conferir visibilidade e replicabilidade às ações desenvolvidas e seus resultados/impactos.	X	X	X
Monitorando e Avaliando o PGTR ZEIS Bom Jardim	Sistemática/Período		
	2020 (Resultados iniciais)	2021 (Resultados parciais)	2022 (Impactos)
EIXO 3 - AMPLIAÇÃO DO ACESSO A FINANCIAMENTO: MICROCRÉDITO E FINANÇAS SOLIDÁRIAS			
OBJETIVO GERAL: Garantir a ampliação do acesso às diversas modalidades de financiamento, adequadas ao perfil dos empreendimentos mapeados na ZEIS Bom Jardim.			
AÇÕES ESTRATÉGICAS			
1. Criação de um Fundo de Financiamento e Incentivos à Economia Solidária , definindo fontes, mecanismos operacionais de apoio financeiro às iniciativas de finanças solidárias, tais como fundos solidários, bancos comunitários e cooperativas de crédito, bem como ao microcrédito produtivo orientado com foco nos empreendimentos solidários mapeados na ZEIS. Uma boa iniciativa nesse sentido seria a retomada do		X	X

Monitorando e Avaliando o PGTR ZEIS Bom Jardim	Sistemática/Período		
	2020 (Resultados iniciais)	2021 (Resultados parciais)	2022 (Impactos)
<p>Projeto de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), implementado pelo BNB, anteriormente citado, mas que se encontra interrompido.</p> <p>2. Ações de educação financeira com concepção pedagógica adequada ao perfil dos gestores dos empreendimentos de economia solidária e estímulo a iniciativas grupais de finanças solidárias, tais como grupos de poupança, clubes de troca, moeda social, fundos rotativos.</p> <p>3. Ampliar acesso aos programas de microcrédito produtivo orientado já existentes, dentre eles o Crediamigo (BNB).</p> <p>4. Aprofundamento das discussões sobre a possível criação de um banco comunitário local.</p>	X	X	X
	X		
	X	X	X
Monitorando e Avaliando o PGTR ZEIS Bom Jardim	Sistemática/Período		
	2020 (Resultados iniciais)	2021 (Resultados parciais)	2022 (Impactos)
EIXO 4 - AMBIENTE INSTITUCIONAL DA POLÍTICA: MARCO LEGAL, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS			
OBJETIVO GERAL: Criar um ambiente institucional de apoio e fomento à Economia Solidária, ampliando as ações de fortalecimento do setor na ZEIS Bom Jardim e demais integrantes deste Plano			
<p>1. Criação de uma assessoria especial de Economia Solidária (vinculada ao Gabinete do Prefeito ou a SDE, pois essa já atua neste segmento desde 2005) com poderes para articular a política integrada de economia solidária dentro e fora do Governo, garantindo a devida intersetorialidade da Política, com iniciativas de áreas tais como: Educação, Assistência Social, Meio Ambiente etc, bem como em sintonia com as diretrizes do Governo Estadual e Federal na área da Geração de Trabalho e Renda.</p>	X		
<p>2. Fomentar a regulamentação da Lei Municipal existente, para que seja institucionalizada a Política Municipal de Economia Solidária, partindo do diálogo com os atores de ECOSOL e áreas afins, devendo conter a base conceitual da política, seus mecanismos operacionais, instrumentos de gestão com responsabilidades e atribuições, mecanismos de controle social (conselho) e, sobretudo, os instrumentos de financiamento e incentivos financeiros (fundos e formas de acesso), criando uma ambiência favorável e dando segurança jurídica e sustentabilidade institucional para a ampliação das iniciativas de economia solidária no município.</p>	X	X	X
<p>3. Estruturação e gestão dos Centros públicos de Economia Solidária (preferencialmente um em cada ZEIS) que se constituirão no lugar referência e de operacionalização da política nos territórios/ZEIS e darão apoio à multiplicação da política no nível da gestão municipal (a exemplo da exitosa experiência do Governo da Bahia).</p>		X	X
<p>4. Fortalecimento do Cadastro de Empreendimentos da Economia Solidária (Cadsol), criado pelo Governo Federal com o intuito de constituir o Sistema Nacional de Economia Solidária. A exemplo do CadÚnico, este seria a porta de entrada para acesso às políticas públicas de fomento aos EES.</p>	X	X	X

Fonte: Equipe de Economia do PIRF/UFC, 2019

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se o presente trabalho com um trecho da crônica de Rubem Alves, sobre Otimismo e Esperança, desejando e esperançando, junto com a comunidade da ZEIS Bom Jardim, pela implementação do PIRF.

Hoje não há razões para otimismo. Hoje só é possível ter esperança.

Esperança é o oposto de otimismo.

Otimismo é quando, sendo primavera do lado de fora, nasce a primavera do lado de dentro.

Esperança é quando, sendo seca absoluta do lado de fora, continuam as fontes a borbulhar dentro do coração.

Camus sabia o que era esperança. Suas palavras: e no meio do inverno eu descobri um verão invencível...

Otimismo é alegria por causa de: coisa humana, natural.

Esperança é alegria a despeito de: coisa divina.

O otimismo tem suas raízes no tempo. A esperança tem suas raízes na eternidade.

O otimismo se alimenta de grandes coisas. Sem elas, ele morre.

A esperança se alimenta de pequenas coisas. Nas pequenas coisas ela floresce. Basta-lhe um morango à beira do abismo.

Hoje, é tudo o que temos [...]: morangos à beira do abismo, alegria sem razões. A possibilidade da esperança..."

Rubem Alves.

8 REFERÊNCIAS

ABIHPEC – Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. **Panorama do Setor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos** (2019). Disponível em: <<https://abihpec.org.br/publicacao/panorama-do-setor-2019/>>. Acessado em 20/11/2019.

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. In: **Sociologias**. Ano 4 Nº 8. Porto Alegre, 2002.

AMORIM, Mônica Alves; MOREIRA, Maria Vilma Coelho; IPIRANGA, Ana Silvia Rocha. A construção de uma metodologia de atuação nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no estado do Ceará: um enfoque na formação e fortalecimento do capital social e da governança. **Interações** (Campo Grande), v. 6, n. 10, 2016.

ANTEAG. **Autogestão e Economia Solidária** – uma nova metodologia. 2º volume. BSB: Ministério do Trabalho e Emprego, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BEHR, R. R.; LIMA, AATFC. **Participação, Criatividade e Planejamento Estratégico**. VI SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Bauru: UNESP, 1999.

BENI, Mário Carlos. Política e Estratégia do Desenvolvimento Regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. **Revista Turismo em análise**, v. 10, n. 1, p. 7-17, 1999.

BORTOLI NETO, A. A virada dos pequenos. **Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios**, n. 100, p. 37, 1997.

BOURDIEU, P. (Coord.) **A miséria do mundo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DALLA VECCHIA, Raquel Virmond Rauen. Arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento regional e local. **Revista Capital Científico-Eletrônica** (RCCe)-ISSN 2177-4153, v. 4, n. 1, p. 31-50, 2006.

DURKHEIM, E. **Sociologia**. Tradução de Laura Natal Rodrigues. 9. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

FARAH JÚNIOR, Moisés Francisco. Desenvolvimento local e comportamento dos agentes econômicos: estratégias empresariais pró-ativas ou reativas? **Revista da FAE**, v. 4, n. 2, 2001.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FERREIRA, Luis Fernando Filardi *et al.* Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. **Gestão e Produção**, v. 19, p. 811-823, 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ceará Avança na Produção de Insumos para a Moda**. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2018/03/ceara-avanca-na-producao-de-insumos-para-a-moda.shtml>>. Acesso em 20/12/2019.

FORTALEZA, PREFEITURA DE. **Fortaleza 2040**: Plano de Ações Estratégicas de Regularização

Fundiária (PLAERF). 2016. Disponível em: <http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/eixos/0_RegularizacaoFundiria.pdf>. Acesso em: 15/11/2019.

FRANÇA FILHO, Genauto; SILVA JR. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. In: CATTANI, A.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

GEM [GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR]. **Empreendedorismo no Brasil: Relatório Executivo** 2013. Curitiba: GEM, 2014. Disponível em: <<http://www.sebraemg.com.br/atendimento/bibliotecadigital/documento/CartilhaManual-ou-Livro/Pesquisa-GEM-2013---Relatorio-executivo>>. Acesso em: 16/03/2014.

LEI Nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm>. Acesso em: 13/11/2019.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. Produção de terceiros sobre Paulo Freire; Série Livros, 2009.

GPDU/UECE, CDVHS. **Diagnóstico Sócio Participativo do Grande Bom Jardim**. Fortaleza, 2003.

HIRATA, Daniel. **Sobreviver na Adversidade: entre o mercado e a vida**. Tese de Doutorado em Sociologia, São Paulo, FFLCH-USP, 2010.

IPEA. **Temas especiais**. Experiências de industrialização localizada. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <www.ipea.gov.br/polind/ipead03.html> Acesso em: 20/06/2001.

LASTRES, H. M.; CASSIOLATO, J. E., LEMOS, C. MALDONADO, J. e VARGAS, M.A. **Globalização e inovação localizada** – Experiências de Sistemas Locais no Mercosul. Brasília: IEL/IBICT, 1999.

MENDONÇA, Haroldo. **Comércio justo e economia solidária no Brasil e o papel da política pública na sua promoção**. 2011.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. 2007. 191f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2007.

PAIVA, Victoria Régia Arrais de. **Dilemas e perspectivas de institucionalização das Finanças Solidárias: a experiência dos Bancos Comunitários no Ceará**. 2015. 350f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2015.

PLANO INTEGRADO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA-PIRF. Convênio PMF-UFC - **Caderno de Planejamento Estratégico para Elaboração do PIRF**, 2019.

PLANO INTEGRADO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA-PIRF. **Caderno de Diagnóstico Socioeconômico, físico-ambiental, Urbanístico e Fundiário**, 2019.

PARREIRAS, Luiz Eduardo. **Negócios solidários em cadeias produtivas: protagonismo coletivo e desenvolvimento sustentável**. 2007.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; MANTOVANELI JUNIOR, Oklinger; PELLIN, Vadinho. Arranjo produtivo local como estratégia que promove o ecodesenvolvimento: análises das experiências de Bonito (MS), Lagoa de Ibiraquera (Garopaba e Imbituba)(SC), e Santa Rosa de Lima (SC). **Turismo-Visão e Ação**, v. 7, n. 1, p. 69-91, 2005.

SANTOS, Evelynne Tabosa dos. **Exportações de artesanato do Ceará no período de 2004 a 2006: desafios e oportunidades**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Fortaleza – CE, 2007. Disponível em: <<https://uol.unifor.br/oul/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer&ns=true&obraCodigo=78435>>. Acesso 17/11/2019.

SARAIVA, Adriana. e RENAUX, Pedro. **Estatísticas Sociais: PNAD Contínua - Pesquisa revela retrato inédito do mercado de trabalho do interior do país**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25066-pesquisa-revela-retrato-inedito-do-mercado-de-trabalho-do-interior-do-pais>> Acessado em: 19/11/2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE-SEUMA. **Estudo Preliminar de Compatibilização da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei N° 7.987/1996) com o Plano Diretor Participativo de Fortaleza - PDPFOR (LC N° 062/2009)** – 2015. Disponível em: <<https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/servicos/Compatibilizacao-Lei-de-Use-e-Ocupao-do-Solo-LUOS-e-Plano-Diretor.pdf>>. Acesso em 13/11/2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, Caio Márcio; REIS, Liliane Costa. **Desenvolvimento Local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária/Governo Federal/Ritz, 2001.

SILVEIRA, Felipe Lazzari da. **A cultura do medo e sua contribuição para a proliferação da criminalidade**. 2º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. Santa Maria / RS UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TELES, Vera da Silva. “Nas dobras do legal e do ilegal: Ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade”. **Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 5-6:97-126, 2009.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes. **Planejamento estratégico como ferramenta de competitividade na pequena empresa: desenvolvimento e avaliação de um roteiro prático para o processo de elaboração do planejamento**. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

9 APÊNDICE

AÇÕES E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO PODER PÚBLICO NA ZEIS BOM JARDIM

- ✓ **Mapeamento das atividades socioeconômicas nos bairros de Fortaleza** – Para implementar os projetos, a Prefeitura de Fortaleza financiou um mapeamento dos elementos que identificam as principais atividades econômicas dos bairros, os seus indicadores sociais e os serviços públicos existentes. Os dados levantados têm favorecido o avanço de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico local. O banco de dados organizado sobre o Bairro Bom Jardim contribuiu para o trabalho da equipe-Economia.
- ✓ **Projeto Incubadoras de Empresas de Fortaleza (PARQFOR)** – Esse projeto tem como objetivo a implantação de oito incubadoras em Universidades e Faculdades conveniadas ao Programa de Apoio a Parques Tecnológicos e Criativos de Fortaleza (PARQFOR). O projeto tem como público alvo jovens empreendedores/as universitários, os quais serão beneficiados com espaço *Coworking*, serviços de telefonia, internet, acesso a computadores, bem como assessorias nas áreas gerencial, contábil, jurídica, gestão financeira, qualificações e networks. No Bom Jardim, esse acesso já foi iniciado por meio do Centro de Referência.
- ✓ **Projeto Mulher Empreendedora** – Estimula o empreendedorismo feminino, possibilitando o acesso ao microcrédito, além de capacitações e consultorias gerenciais. Por meio de seleção pública, o programa contempla 200 (duzentas) propostas de negócios com crédito de até R\$15.000,00. É uma concessão de financiamento subsidiado utilizado para compra de máquinas, equipamentos e insumos usados na criação ou ampliação de empreendimentos em Fortaleza. No Bom Jardim, onze mulheres foram beneficiadas na primeira edição o projeto. As mulheres que têm suas propostas aprovadas passam inicialmente por capacitações para em seguida receber o financiamento. A capacitação é uma condição para recebimento do financiamento. Com o dinheiro em mãos, a empreendedora passa a ser acompanhada por um consultor na gestão do negócio por período de um ano.
- ✓ **Projeto Plantar, Colher e Empreender** – Esse projeto ainda não foi implementado, mas consiste na capacitação técnica e gerencial em agricultura urbana, considerando as práticas comunitárias de segurança alimentar. Será disponibilizado um financiamento subsidiado de até R\$ 5.000,00 para implantação de quintais produtivos. O projeto consegue alcançar principalmente empreendedores/as das periferias, onde os espaços para o plantio são mais disponíveis. Serão oferecidas aulas práticas e teóricas em escolas de tempo integral e no horto. Depois disso é que ocorre o financiamento para fazer a horta na sua casa. O projeto pretende alcançar o empreendedor individual ou empresas e o Bairro Bom Jardim está entre aqueles contemplados com o projeto.
- ✓ **Projeto Startup Fortaleza** – Está prevista para 2020 uma parceria do governo do estado, capacitações e mentoria, e Prefeitura, com o financiamento. O objetivo do projeto é incentivar a criação ou a ampliação de *startups* em Fortaleza, por meio da oferta de capacitações técnicas e gerenciais, bem como da concessão de financiamento subsidiado para compra de máquinas, equipamentos, insumos e serviços. O Bom Jardim está entre os bairros que serão alcançados.
- ✓ **Projeto Meu Bairro Empreendedor** – Por meio desse projeto, o governo municipal estabelece ações para o desenvolvimento econômico local, integrado e sustentável em bairros de Fortaleza. O Bom Jardim foi um dos primeiros territórios onde o projeto se instalou.

10 ANEXOS

10.1 Cartaz Seminário

CONVITE

II SEMINÁRIO CEARENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA
NOS TERRITÓRIOS DAS ZEIS BOM
JARDIM, PICI E POÇO DA DRAGA

12 - 13.DEZ.2019

Auditório José Albano (CH1/UFC)



10.2 Programação Seminário

PROGRAMAÇÃO

12/12/2019

8:30 às 9:00h: Credenciamento

9:00 às 10:30h: Mesa 1 – Narrativas e reflexões das atividades do PIRF nos territórios: resultados, possibilidades e desafios

10:30 às 12:00h: Mesa 2 – Diálogos e Convergência para o fortalecimento das Zeis: construindo possibilidades de parcerias e agenda de compromissos

12:00 às 13:30h: Almoço

13:30 às 15:00h: Mesa 3 - Diálogos e Convergência para o fortalecimento das Zeis: relatos de experiências inspiradoras em economia solidária

15:00 às 16:30h: Mesa 4 – O papel da incubação no fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários: trajetórias das incubadoras de Economia Solidária no Ceará

16:30 às 17:00h: Lançamento de livros

17:00h: Programação cultural e encerramento de atividades do dia

13/12/2019

09:00 às 12:00h: Mesa 5 - Diálogos e Convergência da Economia Solidária com as diversas outras economias na construção do Bem Viver.

10.3 Modelo convite às instituições



Ao Ilmo. Sr. Prof. Francisco Guedes

Coord. Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários

Universidade Estadual do Vale do Acaraú

Sobral-Ce

Prezado colega,

Em nome da Coordenação do Eixo Economia do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), projeto implementado mediante parceria entre a UFC e o Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor), cujas ações estão concentradas em três territórios das Zonas de Interesse Social, na cidade de Fortaleza, convidamos V. Sa. a colaborar com a Mesa Redonda 4: “O papel da incubação no fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários: trajetórias das incubadoras em economia solidária no Ceará”, integrante do **II Seminário Cearense de Economia Solidária: geração de trabalho e renda nos territórios das ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga**, a realizar-se dia 12/12/2019, no horário das 8:30 às 17:00h, no Auditório José Albano – Centro de Humanidades/UFC, conforme programação em anexo.

Ressaltamos, ainda, que este evento também é parte integrante do Feirão Estadual de Socioeconomia Solidária, promovido pela Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, que seguirá com outras atividades nos dias 13 e 14 de dezembro do corrente ano, na Praça da Gentilândia.

Ficamos ao dispor para quaisquer informações adicionais e desejosos de contar com vossa honrosa presença.

Um abraço solidário.



Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso

Coordenador Eixo Economia PIRF – UFC

Realização:



Prefeitura de Fortaleza
Instituto de Planejamento de Fortaleza



10.4 Programação do Feirão de Socioeconomia Solidária



18º feirão de socioeconomia solidária e agricultura familiar

PROGRAMAÇÃO

12
QUINTA

- 15h Assembleia com participantes
- 16h Oficina de sacolas de papel reciclado / Performance "Falo" – NAH/UECE
- 17h Cortejo do Auditório José Albano para a Praça da Gentilândia
- 17h30 Grupo Miraíra – IFCE
- 18h Abertura do 18º Feirão
- 18h30 Apresentações Culturais
- 21h Encerramento 1º dia

13
SEXTA

I Seminário – Economia Solidária: Dialogando e convergindo com as Economias que buscam construir o Bem Viver

- 8h30 Acolhida/Amorização/Troca de afetos
- 9h Abertura e composição da Mesa
- 9h15 Participação das Economias: Negro; Feminista; Ecológica; Dos Povos; Criativa
- 10h30 Pontuando convergências – Prof. Victória (UFCA) e André (UFC)
- 11h Abertura para a Plenária
- 12h10 Encaminhamentos e agradecimentos
- 14h Roda de Conversa com os territórios sobre organização da Economia Solidária (Local: IFCE)
- 14h30 **OFICINAS**
Praça da Gentilândia -abertas para participantes e feirantes.
1. Cores da Solidariedade – Da teoria à prática na linguagem das cores
2. Boas Práticas de Alimentação (IFCE)
3. Redes Sociais e Comercialização (IFCE)
- 17h Grupos Tapebas – Escola do Trilho e Escola da Ponte
- 18h Início das apresentações Culturais com Grupo NEABI – IFCE
- 19h Templo da Poesia
- 20h Rais Jader
- 21h Encerramento 2º dia

14
SÁBADO

- 8h Comercialização na Praça e Oficinas
1. Contação de História e confecção de bonecas Abayomi
2. Oficina de Bordado – Vanda Fernandes
- 9h KHORI - Apresentação cultural
- 9h30 Início das Apresentações Culturais
- 12h Encerramento da Feira

10.5 Roteiro Metodológico 3ª Oficina – Planejamento Estratégico e Operacional

Responsáveis: Coordenadora Profa. Maione Rocha, Mestrando Paulo Torres e Graduando Lucas Pontes.

Objetivo: Possibilitar, por meio de atividades práticas, a organização de um sistema solidário e produtivo a partir dos negócios e trabalhos desenvolvidos pelos moradores e empreendedores do Poço da Draga.

Método: Após realizada a exposição dos pontos explicativos, por meio dos slides, desenhos e vídeos, partiremos para a organização dos participantes. Antes, iremos fazer um levantamento das atividades dos participantes para procedermos com a divisão dos grupos.

Fases:

1º - Divisão entre os moradores locais, dentre aqueles que possuem similaridades nos ramos de negócios (costura, alimentação, eventos, comércio etc.), para a formação de grupos com afinidades;

2º - Cada grupo irá elaborar um elemento do planejamento organizacional (descrição da empresa, plano de marketing, plano operacional e planejamento financeiro), para ao final, termos uma prévia de organização empresarial;

3º - Cada equipe terá cerca de 20 minutos para elaborar (e responder) os formulários, e assim compor seu ponto de trabalho.

4º - Ao final, será possível identificar os seguintes pontos:

- a) A dificuldade que cada um teve, de maneira individual, para organizar as informações e como essa tarefa se tornou mais fácil quando se fez de forma coletiva;
- b) Os pontos em comum de cada atividade desenvolvida pelos moradores, como os outros (dificuldades de elaboração de preços, de promover o produto, de organizar sua produção etc);
- c) Evidenciar como a organização coletiva traz melhores resultados para a comunidade como um todo;
- d) O conhecimento que cada um adquiriu ao desenvolver os objetivos do planejamento organizacional.

1º Grupo – descrição da empresa (identificação de objetivos, missão e responsabilidades da empresa).

A atividade será desenvolvida por meio de uma conversa com as pessoas, quando serão colocados no questionamento os seguintes pontos a serem respondidos:

Qual o objetivo da empresa?

Para que ela existe?

O que o seu negócio consiste?

Como ele pode se destacar no mercado?

Objetivo desse grupo é possibilitar que os empreendedores, de forma geral, identifiquem características comuns entre eles na elaboração dessas respostas.

2º Grupo – Plano de Marketing (Valor dos produtos, análise do mercado, estratégia de divulgação, Marketing digital)

A atividade será desenvolvida por meio de uma conversa com as pessoas, quando serão colocados no questionamento os seguintes pontos a serem respondidos:

Como eu faço o preço do meu produto?

Para quem eu vou vendê-lo?

Onde eu posso vender meu produto?

Como eu faço para divulgar meu produto?

3º Grupo – Plano Operacional (Como organizar minha produção para se tornar mais produtiva, MEI, preciso de pessoas para trabalhar comigo)

A atividade será desenvolvida por meio de uma conversa com as pessoas, quando serão colocados no questionamento os seguintes pontos a serem respondidos:

Será que estou sendo produtivo?

Como organizar meu tempo?

Mínimo de produção para ganhar lucro?

Organização de tarefas?

4º Grupo – Plano Financeiro (Lucro x receita, como melhorar meus rendimentos, custos fixos e custos variáveis, empréstimos)

A atividade será desenvolvida por meio de uma conversa com as pessoas, quando serão colocados no questionamento os seguintes pontos a serem respondidos:

Como eu sei se estou tendo lucro?

Será que tem como eu posso melhorar meus rendimentos?

Quais custos eu tenho na produção desse produto?

Quando eu devo pedir empréstimo e para que serve esse dinheiro?

Obs.: É possível, ainda, que ao invés dos grupos responderem, apenas os facilitadores das oficinas responderem as perguntas, em tom de conversa informal e explicativa.

ROTEIRO DE QUESTÕES OFICINA 3

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E ORGANIZACIONAL PIRF

ZEIS: _____

Data: ____ / ____ / ____

Grupo de _____

Atividade em Grupo: **DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO (OBJETIVOS, VALORES, MISSÃO).**



Qual o seu objetivo?	
----------------------	--

Por que ela existe?	
---------------------	--

Em que consiste o seu negócio?	
--------------------------------	--

Como ele pode se destacar no mercado?	
---------------------------------------	--

OFICINA 3 – PIRF – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E ORGANIZACIONAL

ZEI: _____

Data: ____ / ____ / ____

Grupo de _____

Atividade em Grupo: **PLANO DE MARKETING (VALOR DO PRODUTO, ANÁLISE DE MERCADO, RDES SOCIAIS).**



Como eu faço o preço do meu produto?	
Para quem vou vendê-lo?	
Onde eu posso vender o meu produto?	
Como eu faço pra divulgar meu produto?	

OFICINA 3 – PIRF – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E ORGANIZACIONAL

ZEI: _____

Data: ____ / ____ / ____

Grupo de _____

Atividade em Grupo: **PLANO OPERACIONAL (COMO SER MAIS PRODUTIVO, RENDER MEU TEMPO).**



Será que estou sendo produtivo?	
Como organizar meu tempo?	
Como eu tenho lucro?	
Como organizo minhas tarefas?	

OFICINA 3 – PIRF – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E ORGANIZACIONAL

ZEI: _____

Data: ____ / ____ / ____

Grupo de _____

Atividade em Grupo: **PLANEJAMENTO FINANCEIRO (CUSTOS, LUCRO X DESPESA).**



Estou tendo lucro?	
Quais meus maiores gastos?	
Quanto eu tiro por mês?	
Quando eu devo pedir empréstimo?	

10.6 Documento Complementar ao Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Bom Jardim

Prezados/as gestores do Iplanfor,

Vimos pelo presente responder ao requisitado no Relatório de Reanálise que trata das considerações acerca do produto da Etapa 6 - Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Bom Jardim elaborada pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato - DIART/Iplanfor, no âmbito do Plano Integrado de Regularização Fundiária, sob a responsabilidade da Universidade Federal do Ceará - UFC, observando o conteúdo do contrato 025/2019 e respectivo Termo de Referência a ele associado.

A seguir apresenta-se a justificativa de cada conteúdo considerado no Termo de Referência como Presente c/ressalva (P/r), Incompleto (I) e Ausente (A).

Conteúdo Contrato 025/2019 Baseado no Termo de Referência	ZEIS Bom Jardim
2. Mapeamento do Mercado de Trabalho e Arranjos Produtivos locais: Inventário de Estudos e Diagnósticos Socioeconômicos realizados pelas comunidades.	(P/r)
<p>Justificativa</p> <p>Na ZEIS Bom Jardim foi identificado um diagnóstico participativo desenvolvido em 2003, pelo Núcleo de Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano (GPDU) da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa, organização não governamental que atua na região desde 1994, que contou com ampla mobilização social. Pelo papel protagonista da comunidade o estudo é citado por vários trabalhos acadêmicos, devido a sua abrangência (horizonte temporal planejado foi de 20 anos, tendo sido realizado em 501 ruas, com aplicação de 1.324 questionários). Outros estudos foram relatados pelo CDVHS e constam de sua página na internet: https://cdvhs.org.br/</p> <p>O estudo acima referido foi citado na última versão do plano e referenciado ao final, conforme pode ser visto no item 3.4, que trata da importância do planejamento participativo para o desenvolvimento local (pág. 39).</p>	

Conteúdo Contrato 025/2019 Baseado no Termo de Referência	ZEIS Bom Jardim
3. Mapeamento do Mercado de Trabalho e Arranjos Produtivos locais: Sondagens junto ao IDT/SINE, SDE/PMF, Superintendência Regional do Trabalho e Sindicatos para busca de informações sobre o mercado de trabalho local.	P/r
<p><u>Justificativa</u></p> <p>Sobre os dados da <i>Superintendência Regional do Trabalho</i> a busca na página da referida instituição, verificou que os dados foram realocados do Ministério do Trabalho e Emprego (extinto em 2019) para o Ministério da Economia. Assim, dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), ficaram mais difíceis de ser acessados. Ademais, avaliamos que os dados disponíveis nas outras bases citadas seriam suficientes para compor o cenário estadual e municipal, que é de desemprego elevado, posto que em relação à ZEIS foi considerada a pesquisa direta “<i>Etnografia Rua a Rua</i>”.</p>	
6. Ações de Formação de Habilidades Básicas, Específicas e de Gestão Profissionais da Força de Trabalho: Promover articulações das Instituições Formadoras de Mão-de-obra com o Conselho Gestor da área.	P/r
<p><u>Justificativa:</u></p> <p>O processo de sensibilização e articulação com as entidades ocorreu ao longo do trabalho, sendo o Seminário o momento de culminância. A título de detalhamento do processo de articulação, este ocorreu de acordo com o perfil de cada instituição, e versou principalmente sobre as possibilidades de acesso à formação, capacitação e crédito, neste último caso, envolvendo o BNB, para microcrédito e o Instituto Palmas, com atuação no segmento das finanças solidárias. Em alguns casos os contatos foram feitos pessoalmente, com visitas e noutros foi feito via telefone e também por email.</p> <p>Conforme exposto a partir da pág. 24, as articulações ocorreram mediante diálogo com estas instituições, que expuseram suas linhas de atuação e resultados alcançados, bem como explicitaram como poderão apoiar a ZEIS. Sabe-se que são passos importantes que precisam ser continuados quando da implementação do Plano, cabendo ao conselho gestor e entidades responsáveis pela execução das ações, o aprofundamento desse processo, para que tais discursos sejam materializados em termos de parceria, convênios, entre outros instrumentos.</p>	

Conteúdo Contrato 025/2019 Baseado no Termo de Referência	ZEIS Bom Jardim
<p>Assim, a equipe identificou e contactou com as seguintes instituições.</p> <p>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SDE/Prefeitura de Fortaleza; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae/Ce; Coordenadoria de Participação Social/Prefeitura de Fortaleza; Pró-reitora de Extensão da Universidade Federal do Ceará. E, no sentido de intercambiar experiências, as experiências extensionistas das incubadoras foram expressadas no Painel 4: “O papel das Incubadoras de Economia Solidária”, que contou com a participação dos gestores das incubadoras atualmente existentes, a saber: a IEES/Universidade Estadual Vale do Acaraú; Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão (UFC) a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Unilab; e a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários da UFCA; além da Incubadora de empresas do IFCE e a Associação Emancipadas, empreendimento incubado pelo Instituto Palmas, com apoio da UFC.</p> <p>Em relação às entidades da sociedade civil essa mesma articulação foi efetivada pela aproximação com as experiências exemplares desenvolvidas pelas seguintes organizações: o IADH - Projeto Habitação de Interesse Social; o Cetra - Rede Agroecológica do Ceará; o Curso de Gestão de Políticas Públicas/UFC responsável pelo Projeto com a Rede Feminista Estrela de Iracema, a Rede Bodega de Comercialização Solidária (que atua no ramo do Comércio Justo e Solidário) e a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária – por meio da Cáritas Diocesana, que compõe a coordenação da Rede.</p>	
<p>7. Ações de Formação de Habilidades Básicas, Específicas e de Gestão Profissionais da Força de Trabalho: Promover articulações dos Sindicatos de Trabalhadores com o Conselho Gestor para mobilizar mão-de-obra qualificada local para ser empregada em segmentos econômicos fora das ZEIS</p>	<p>(A)</p>
<p><u>Justificativa</u></p> <p>Na página 39, é citado apenas um sindicato, o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento Periciais, Informações e Pesquisas do Ceará (SESCAP), no âmbito do <i>Projeto Meu Bairro Empreendedor</i>, que é uma ação em fase de implementação por parte da Prefeitura de Fortaleza (via SDE).</p> <p>Como o plano foi voltado para ações de economia solidária, os sindicatos de trabalhadores, embora sendo entidades importantes, têm sua ação mais voltada para o trabalho formal e até onde mapeamos, infelizmente, não possuem atuação na ZEIS no sentido de colaborar com geração de trabalho e renda com intermediação de mão de obra, ficando este papel a cargo do Sine/IDT.</p> <p>Conforme recomendação, foi inserido um comentário na pág. 41 sobre a importância e também</p>	

Conteúdo Contrato 025/2019 Baseado no Termo de Referência	ZEIS Bom Jardim
<p>registrando a ausência de representações sindicais (incluindo também os conselhos profissionais e demais organizações articuladas pelo Projeto Meu Bairro Empreendedor) no contexto da elaboração do PIRF na ZEIS Bom Jardim.</p> <p>Com relação aos painéis 4 e 5 do Seminário Estadual, o item anterior já detalhou o processo de articulações feito e quais as instituições mobilizadas.</p> <p>No caso da mobilização de mão-de-obra qualificada a ser empregada fora da ZEIS, conforme dito anteriormente, foi reconhecido o papel do Sine/IDT e também sugerido a criação de um cadastro de trabalhadores/as integrantes dos arranjos produtivos que possam dispor de produtos e serviços para fora das ZEIS.</p>	
<p>9. Fomento e Desenvolvimento de Empreendimentos de Economia Solidária: Analisar com o Conselho Gestor a viabilidade da implantação dos Grupos de Trocas Solidárias no âmbito das ZEIS.</p>	<p>(I)</p>
<p><u>Justificativa</u></p> <p>O tema foi abordado nas oficinas e também vivenciado no Feirão Estadual, porém, não houve uma análise mais apurada com o Conselho gestor sobre a viabilidade de implantação das trocas solidárias de modo permanente. No entanto, com a sensibilização dos grupos/EES para tal, as ações de implementação do Plano poderão fomentar essa prática.</p> <p>Apesar disso, nas Oficinas II e III, bem como no II Seminário Estadual de Economia Solidária o tema das trocas solidárias foi apresentado como uma das possibilidades de concretização, podendo, inclusive, ocorrer com ou sem a moeda social. A descrição da abordagem do tema foi ampliada e o roteiro da oficina foi agregado ao plano, conforme solicitado, nos anexos.</p>	
<p>10. Fomento e Desenvolvimento de Empreendimentos de Economia Solidária: Difundir a ideia do Consumo Solidário e da Conscientização ambiental.</p>	<p>(I)</p>
<p><u>Justificativa</u></p> <p>A ideia de consumo solidário foi fomentada nas oficinas II e III (Ver páginas 18 a 20), as quais impulsionaram os/as participantes a pensar em compras coletivas, consumo consciente e consciência ambiental. A partir do conhecimento compartilhado avaliamos que foi possível direcionar o processo educativo sobre a questão ambiental. Não foram realizadas ações mais específicas, porém, os painéis 4 e 5 no Seminário Estadual também discutiram a ideia de consumo solidário, tendo sido apresentadas as boas práticas em Economia solidária no âmbito do município de Fortaleza e do estado do Ceará. Seguem abaixo os roteiros</p>	

Conteúdo Contrato 025/2019 Baseado no Termo de Referência

ZEIS

Bom Jardim

metodológicos trabalhados:

Oficina II: Planejamento e Economia Solidária

Momento 1 Apresentação expositiva	Momento 2 Grupo de trabalho	Momento 3 Socialização dos dados
<p>Conceito de planejamento; Importância do planejamento para o empreendedor; Conceito e práticas exitosas de Economia Solidária (ECOSOL); ECOSOL como estratégia competitiva para os pequenos empreendimentos; Aspectos propostos da economia Solidária; Estudo e aplicação da FOFA para os arranjos produtivos locais identificados.</p>	<p>Divisão dos participantes em pequenos grupos de acordo com o segmento que trabalha a fim de identificar na sua realidade o que foi apresentado teoricamente. Nesse momento a FOFA foi aprofundada nos grupos.</p>	<p>Retorno dos participantes ao grupo maior para apresentar o que foi discutido nos pequenos grupos. Nesse momento o facilitador fez suas contribuições e os outros envolvidos na oficina validavam o que estava sendo apresentado.</p>

Oficina III: Gestão Estratégica e Operacional Voltada à ECOSOL

Momento 1 Apresentação expositiva	Momento 2 Grupo de trabalho	Momento 3 Socialização dos dados
<p>Conceito e etapas do planejamento estratégico; Gestão Estratégica e Operacional (visão, visão estratégica, valores, missão); Planos estratégico, tático e operacional; Identificação do setor de atividade do empreendimento/negócio (indústria, comércio, serviços) para formação do arranjo; Conceito de mercado; Ações coletivas de atuação nesse mercado; Caracterização do processo produtivo (o que produzir, como, para quem, quanto, fontes de</p>	<p>Divisão dos participantes, de acordo com o segmento trabalhado, para a formação de grupos com afinidades. Cada grupo elaborou um elemento do planejamento organizacional (descrição da empresa, plano de marketing, plano operacional e planejamento financeiro), que daria uma prévia de organização empresarial.</p>	<p>Socialização da:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Dificuldade individual para organizar as informações e como essa tarefa se tornou mais fácil quando se fez de forma coletiva; 2. Pontos em comum de cada atividade desenvolvida pelos moradores, como os outros (dificuldades de elaboração de preços, de promover o produto, de organizar sua produção); 3. Evidenciar como a organização

Conteúdo Contrato 025/2019 Baseado no Termo de Referência		ZEIS Bom Jardim
receita, resultado); Alternativas para o fortalecimento dos empreendimentos/arranjos solidários; (MEI, Simples Nacional, Associação, Cooperativa).		coletiva traz melhores resultados para a comunidade como um todo; 4. O conhecimento que cada um adquiriu ao desenvolver os objetivos do planejamento organizacional.
12. Fomento e Desenvolvimento de Empreendimentos de Economia Solidária: Rediscutir com Bancos Públicos a possibilidade de retomada do Programa de Apoio a Projetos Produtivos solidários.		(P/r)
<p><u>Justificativa</u></p> <p>O Painel 2, com Instituições e Entidades de apoio e fomento à Economia Solidária no II Seminário Estadual de Economia Solidária, estabeleceu diálogo com vistas a firmar parcerias, especialmente, com o Banco do Nordeste do Brasil – Gerência de Negócios, e outras instituições, a exemplo do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae/Coordenadoria Fortaleza e a Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Econômico – SDE, com a intenção de dar continuidade e/ou revisão dos serviços de crédito aos empreendimentos (individual e em grupos solidário). Sabe-se que este processo deve ser retomado quando da implementação do Plano e que depende de condições estruturais, de ordem política, que interferem diretamente na retomada (ou não) de projetos da natureza do PAPPs, que fomentou não apenas bancos comunitários, mas outras experiências de finanças solidárias, como os fundos rotativos. No caso da ZEIS Bom Jardim, há uma potencialidade a mais no quesito crédito, porque já agrega um núcleo do Crediamigo, que oportuniza acesso a microcrédito.</p> <p>Destaque-se que não houve a formalização de uma agenda de compromissos por escrito, mas o evento foi gravado e relatado no corpo do Plano de cada ZEIS.</p>		
16. Fomento ao Microcrédito e Implantação de Banco Comunitário: Promover o encontro dos programas de microcrédito das instituições públicas e privadas com as microunidades de produção das ZEIS.		(P/r)
O microcrédito, em especial o Crediamigo financiado pelo Banco do Nordeste, e		

Conteúdo Contrato 025/2019 Baseado no Termo de Referência	ZEIS Bom Jardim
<p>que se constitui como o maior programa da América Latina neste segmento, tem sido utilizado por parcela significativa dos empreendimentos na ZEIS Bom Jardim. Diante desta realidade, no II Seminário Cearense de Economia Solidária, no Painel 2 “Diálogos e Convergência para o fortalecimento das ZEIS: construindo possibilidades de parcerias e agenda de compromissos”, os empreendedores tiveram a oportunidade de ouvir, tirar dúvidas e colocar seus avanços e limitações em relação ao Banco do Nordeste-BNB. A discussão na mesa mostrou especificamente a realidade de oferta e demanda de crédito por ZEIS, deixando aberto espaços de diálogo e negociação em torno do crédito (página 25). Além disso, ficou claro por parte das instituições, em especial o BNB e SDE, que já têm ações concretas na ZEIS, a disponibilidade de estabelecer uma agenda como esses empreendedores, colocando-se à disposição para maior aproximação e formalização de uma parceria.</p>	
<p>18. Fomento ao Microcrédito e Implantação de Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD): Estimular a criação de Banco Comunitário, mediante metodologia específica.</p>	I
<p>Justificativa</p> <p>O tema Finanças solidárias foi apresentado nas oficinas II e III em sua diversidade, sendo estas: Fundos Rotativos, Bancos Comunitários e Cooperativas de Crédito, dentre elas, os chamados Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Apesar disso, a criação de um banco comunitário requer tempo de maturação e ambiente de confiança entre os participantes. Desta forma, o Painel 3 (Experiências Exitosas em Economia Solidária), por ocasião do II Seminário Cearense de Economia Solidária, trouxe experiências exitosas do Banco Palmas e outras boas práticas em finanças solidárias, no caso, a da Associação Emancipadas, criada por mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, no Conjunto Palmeiras.</p> <p>Foi acrescentado um texto ao corpo do Plano (a partir da pág. 107) contendo as características e premissas para a criação de bancos comunitários, fazendo referência à experiência do Instituto Palmas, que possui reconhecimento nacional e internacional. Nesse sentido, uma ferramenta pedagógica que se apresenta para desencadear esse processo é a metodologia de incubação. Por isso, o Painel 4, que abordou o papel das Incubadoras de Economia Solidária foi pensado e também consta da matriz de planejamento e recomendações do referido Plano.</p>	

Por fim, avaliamos que a partir dos distintos processos oportunizados pela elaboração do Plano de Geração de Trabalho e Renda na ZEIS Bom Jardim, fica clara a importância de continuidade dos trabalhos, com vistas à efetivação das ações planejadas, envolvendo o conjunto de instituições públicas, privadas e as organizações da sociedade civil, com o devido papel de controle social exercido pelo Conselho Gestor.

Sem mais a tratar no momento, permanecemos à disposição.

Atenciosamente.

Prof. Gil Célio de Castro Cardoso

Coordenador do Projeto PIRF/UFC-Economia